séculos, fora a língua da elite, a língua de civilização das "pessoas de bem", o fato de passar a falar germânico — enquanto, abaixo dessa linha, um outro povoado, talvez incluído na mesma unidade política, falava romano — era realmente sem importância? Como se a civilização não interviesse para explicar as relações políticas entre os homens; como se só tivesse importância o recorte apressado de fronteiras mais ou menos artificiais; como se os vinte ou trinta volumes em que, entra ano, sai ano, o sempiterno debate entre *Kultur* e *Civilisation* vem bater seu ponto representassem apenas um jogo de salão? É necessário tomar partido.

Entre os séculos IV e VI de nossa era, às margens do Reno (não estamos falando, bem entendido, de outras regiões), determinada civilização, a latina — na medida em que se exprimia por uma língua e em uma língua —, recebeu um golpe terrível. Ora, essa medida era formidável, pois vejamos: uma economia rudimentar; um trabalho reduzido aos princípios manuais e às formas servis; uma ciência medíocre, especulativa e, em parte, mística; uma ignorância total do magnífico esforço que iria permitir, mais tarde, que a humanidade — retomando os caminhos abertos pelo heróico pensamento grego — pudesse ver claro no assustador complexo de forças e fenômenos físicos e começar pela análise a conquista e domesticação das forças naturais; e devemos acrescentar um pensamento que só saberia conservar-se pela palavra ou pelo manuscrito: para uma sociedade tão mal equipada para assegurar a própria perpetuação, destruir a língua falada que assegurava sozinha a difusão das idéias condutoras, destruir a elite que conservava sozinha o monopólio da língua escrita não seria destruir a civilização quase que em sua totalidade?

Entre os séculos IV e VI de nossa era, um fato: dos Alpes ao mar do Norte, em todas as terras renanas, começou-se a falar germânico. Talvez tenha havido — de caso pensado ou resultante simplesmente de circunstâncias fortuitas — fidelidades obstinadas; famílias em que, durante um certo tempo, a tradição romana persistiu; centros — criados por uma ou outra razão, como, por exemplo, pelos únicos conhecedores da delicada arte de cortar a vinha e fazer o vinho — em que

velhos habitantes das margens renanas, agrupados, conservaram por algum tempo seus hábitos lingüísticos. Línguas muito antigas — como o basco, por exemplo — não desafiaram todas as mudanças étnicas ou políticas e atravessaram séculos sem perecer? Durante mais de duzentos anos, não vimos, em pleno coração da Alemanha, dois ou três povoados de refugiados do século XVII manterem obstinadamente sua linguagem de origem?

Exceções que confirmam a regra. Em pleno domínio de um germanismo triunfante e, como dissemos, prestigioso, essa posição tornou-se insustentável. Pensemos na história que nos conta um texto merovíngio. Um homem de Saint-Goar, um certo Reginarius, falava germânico, e seu zelo lingüístico não podia suportar os romanizantes: insultava-os se passavam diante dele. Anedota eterna. Debochar do falar que não se entende: o merovíngio de Saint-Goar não está tão distante no tempo quanto poderia parecer. E, aliás, tratava-se do romano; o latim já estava morto — o latim do comércio, da administração, do exército, dos debates jurídicos e das leis. Deixou de ser conhecido pelo uso. Só podia ser reaprendido ainda, e penosamente, como língua morta. Os que continuavam tentando usá-lo faziam o que podiam. No século VII, Fredegário, o cronista, trabalha duramente para escrevê-lo, mas a cada passo perde-se na selva obscura dos tempos e modos. Ele admite a situação — seu latim, porém, o grita. Sem que se percebesse claramente, esse latim transformou-se a cada dia um pouco mais — transformou-se em romano.

O latim, a língua exportada por Roma. Mas não era só a língua: foram-se também a arquitetura em pedra talhada, a escultura em mármore e bronze, a pintura. No século IX, quando Carlos Magno quis construir, em Aachen, uma igreja digna de seu prestígio, precisou, para mobiliar sua famosa rotunda com colunas, esvaziar templos italianos e colocar em pedestais desiguais os fustes que não tinham previsto a realeza bárbara. O próprio direito, que nas mãos dos vencedores tinha consolidado de maneira tão firme os sucessos das legiões, dá lugar às leis dos recém-chegados, aos costumes dos bárbaros, e lhes cede terreno. Uma civilização, vencida, apaga-se diante de ou-

tra... A frase parece forte demais? No entanto, se é verdade, como quer Marcel Mauss, que uma civilização é um conjunto de "fenômenos de civilização" migratórios, tendendo sempre a ultrapassar o quadro da nação que os veicula — houve, nesses tempos, uma civilização bárbara que se estendeu amplamente, por contato pacífico ou belicoso, sobre as terras que agora nos ocupam. Uma civilização trazendo atrás de si elementos retirados de vinte fontes, recolhidos ao longo das estradas da Europa oriental ou nórdica; uma civilização com suas formas de arte, sua ourivesaria, suas jóias e fivelas de vidrilhos, nesse estilo de um frescor impulsivo que, por intermédio dos godos, espalhou-se pouco a pouco até o Ocidente: túmulos ressuscitam para nós, às dezenas, os elementos de uma decoração muito antiga e muito nova, desde a palmeta oriental e da trança tão cara aos manuscritos siríacos e coptas até a estrela de seis pontas desembarcando da Síria em Arles ou Narbona, sem falar dos arabescos, das espirais de gosto tão singular, dos quadrúpedes e dos pássaros estilizados traindo um desejo de monstruosidade, de grotesco e de fantástico que logo será saciado...

Uma civilização, sim, com seus costumes, seus modos de vestir, suas habitações e suas igrejas de madeira, sua literatura de cantos épicos e guerreiros, seu direito, sua concepção da família e do casamento — vinte outros traços nitidamente marcados. Inferior? Costumamos dizê-lo com uma expressão desdenhosa. Séculos de gosto clássico e tradição latina nos transformaram em aristocratas. Nossos ancestrais distantes, nos tempos dos merovíngios e carolíngios, não pensavam como seus bisnetos. Sem mais nem menos, eles não teriam aceitado o *blanc* dos bárbaros quando tinham já tinham *albus* em seu poder, nem *orgueil* quando possuíam *superbia*, nem centenas e centenas de outras palavras se elas não tivessem nenhuma ligação com uma virtude própria, um aporte especial dos recém-chegados. Seria tão temerário pensar que, finalmente, eles tinham em sua bagagem coisas mais desejáveis do que os senhores de antanho para aqueles estranhos "romanos" — galo-romanos, germano-romanos, e também levantino-romanos — que as ondas germânicas haviam coberto e ocultado com imparcialidade.



Mas, então, foram as influências "alemãs" que, triunfantes, dominaram o Reno? Alemãs, estranho delírio...

Entre esses francos merovíngios e carolíngios, falando um dialeto germânico, vivendo, combatendo, pensando à moda bárbara, e a Alemanha ou mesmo a França de hoje — qual a relação? Não vamos fazer o ridículo papel de querer transportar para os séculos VII, VIII e IX da nossa era realidades políticas dos séculos XIX e XX. A história não é um baile de máscaras: devemos repeti-lo para aqueles que se obstinam, intrépidos, a criar um laço entre o Santo Império romano de nação germânica, que durante centena de anos organizou com mestria e manteve com habilidade a impotência anárquica das Alemanhas, e o Reich dos Hohenzollern que, precisamente para aniquilar uma diversidade, Bismarck forjou em sua forja unitária. Se quisermos, nessa época, passar do domínio cultural para o político, há, pelo menos, certos fatos que não podem ser omitidos.

Clóvis, através dos ripuários que havia subjugado, manteve Colônia, Mayença e Worms. Ora, quando ele morreu, entre seus quatro filhos não havia nenhum para instalar-se no Reno, em uma das cidades outrora e mais tarde tão famosas; ou no Mosela, na Trier que serviu de capital para os imperadores. Aquele a quem couberam as terras do Leste, Thierry, bateu os bárbaros na Turíngia, instalou-se na Francônia e seguiu o Saale em contato com os eslavos: curiosa reconquista da antiga Germânia central por homens que, vindos da Germânia setentrional, passaram pela antiga Gália e atacaram novamente a Transrenânia, graças ao ponto de apoio que criaram entre o Mosa e o Sena. Mas é em Reims e depois em Metz que Thierry reside — e nunca um rei dos francos residiu em uma cidade renana: podemos dizer mais, em uma cidade da zona em que se falava, mais ou menos geralmente, o germânico. O mesmo acontecia com os carolíngios: eles eram senhores do Reno, mas seu verdadeiro domínio era a região do Mosa, meio germana, meio romana. Eram coroados em Soissons ou Noyon e às vezes enterrados em Saint-Denis. Nada fala melhor da

aspereza, da sordidez, da devastação desses fortes meio desmantelados que marcavam com escombros a localização das cidades, rainhas caídas das Germânias... Mas também nada mostra mais claramente que, para que uma história ou uma geografia baseada em "partilhas" tenha um sentido, é preciso iluminá-la com a história da civilização: mais exatamente, das civilizações.

Estranho destino das terras renanas, esse que já se delineava na tela da história. Unidade de dominação, unidade de civilização, unidade de sentimento nacional: quando elas conhecem uma, a outra ou as outras escapam-lhes. Dominação, civilização, nacionalidade: será preciso tempo, muito tempo, para encaixar entre elas essas três palavras — essas três forças.

3. A IGREJA

Roma ou os germanos, romanismo contra germanismo. Um duelo, e é o romanismo que sucumbe... Concepção simples; mas tudo que se refere ao homem só é simples para os simples. Dilema; mas a história ignora os dilemas se o historiador, como acontece freqüentemente, for complacente.

Para começar, passou-se muito tempo desde que Gibbon escreveu intrepidamente: "O tamanho dos homens diminuía, o mundo romano estava, na realidade, populado por uma raça de anões, quando surgiram os bravos gigantes do Norte, que renovaram o velho espírito de liberdade." Os germanos, cujas tropas invadiam o Império no século V, eram lembrados por Alfons Dopsch ainda ontem: eles não são mais "germanos puros". Eles não trazem para o mundo degenerado a revelação de uma cultura virgem, surgida entre as colméias das abelhas nas clareiras das florestas nórdicas: trata-se, ao contrário, de uma mistura, uma com binação de tradições germânicas, de empréstimos romanos e aportes helênicos. Basta pensar nos godos, em tudo que receberam das civilizações superpostas do mar Negro. E quando, já adulterados, influenciados e modificados, eles penetram na Gália, é para encontrar uma civilização romana sem dúvida prestigiosa e de espírito — mas já penetrada por elementos orientais ou nórdicos, apoiada em uma região outrora celtizada e cujos portadores vieram dos quatro cantos da Europa...

E além disso há também uma outra coisa: a volta, o contra-ataque. Grande onda romana estendendo-se até o Reno e, de lá, lançando suas espumas até o Elba. Grande e profunda onda germânica ultrapassando o Reno em um só impulso, bordejando o Mosa e o Somme, e, em seguida, depois de várias flutuações, quebrando-se precisamente lá onde podemos traçar o limite das línguas. Isso é tudo? Crescem os carolíngios, alemães e franceses? Deixemos esses anacronismos de lado. Essencialmente, eram os mosanos, que têm, nos limites dos domínios de Jupille, sua fortaleza, Chèvremont, e na mansão de Herstal sua residência favorita: quando Carlos Magno a abandonou, em 786, foi para instalar-se em Aachen. Aix, da diocese de Tongres, uma das paradas da via calçada que, do Reno ao Pas-de-Calais, desenha seu traço-de-união direto. Um ponto de junção, essa região do Mosa onde, graças aos cuidados dos bispos de Tongres, que aí se instalaram com santo Hubert no começo do século VIII, nascerá uma nova *civitas*, Liège. Uma área de contato em que caminham lado a lado e unem-se parcialmente romanismo e germanismo. Os chefes falarão duas línguas por longo tempo — e Godefroy de Bouillon conduziu a cruzada em parte porque, criado nessas regiões, compreendia tanto o "tudesco" quanto o "romano".



Apoiado, como seus predecessores, nessa Frância do Meio, que de todas era a que tinha mais direito de nomear-se *Francia*, Carlos Magno falava o frâncico (seu biógrafo Einhard o afirma expressamente) e não se desinteressava por seu falar, assim como, aliás, pelo falar romano, que ele não usava. Essas línguas vulgares, civis, não científicas, serviam, além da conversação corrente, para compor poemas épicos ou edificantes. Serviam também para os governantes quando eles se dirigiam solene-

mente ao povo: *Pro Deo amur et pro christian poblo et nostro commun salvament... si salvarai eo cist meon fradre Karlo* — foi em 842, o sermão de Luís, o Germânico, em Estrasburgo, o mais velho texto escrito em romano que chegou até nós. Ora, governante ponderado, Carlos Magno contribuiu para a fixação desses falares práticos fazendo redigir textos essenciais; mas o renascimento com que ele sonhava, a civilização que protegeu e desenvolveu, não foi uma civilização em germânico ou romano: um renascimento, ao contrário, dos estudos latinos; uma reaprendizagem do latim imperial privado, depois do século V, do contato com a língua falada, mas bem ou mal mantido como língua de honra e de prestígio: durante centenas de anos, ele foi alçado à dignidade, um pouco particular, de língua erudita — de língua de iniciados.

Como a dos merovíngios, mas com menos vulgarismos, menos incorreções gritantes, a chancelaria dos carolíngios é uma chancelaria latina. Coisa bem mais importante: a Igreja com a qual eles não cessam de estreitar laços é uma Igreja latina com a cabeça em Roma, com o latim como língua oficial. Abandonada pelo imperador de Constantinopla, ela busca no Ocidente o protetor laico cujo valor Constantino tinha salientado, encontra-o entre os francos e vem até eles selar a aliança do papa com o rei, seu soldado. Em Saint-Denis, Étienne II unge pessoalmente Pepino, o primeiro dos soberanos pela graça de Deus. Quarenta e seis anos mais tarde, pousando uma coroa imperial sobre a cabeça do rei Carlos, Leão III funda em nome de Deus um império sem origens laicas. Não tendo saído das entranhas de uma nação, ele confunde-se com a comunidade dos fiéis; sobre dez fronteiras abolidas, enquadra sua vida temporal — assim como a Santa Sé pretende organizar a espiritual.

Ora, quando esse Winfried, que de Roma receberá o nome de Bonifácio, quando esse inglês formalista criado na aversão inglesa pelas irregularidades e no respeito metódico das normas; quando, roído de escrúpulos, atormentado pelos problemas, mas veemente em seu culto aos cânones e às observâncias estritas, esse estrangeiro vindo do além-mar traz para a terra dos carolíngios a tradição da Igreja da Inglaterra e retoma a obra do bispo de Frise — não é a Saxe que ele visa com sua

atividade calculista; não é a grande planície do Norte, de magras culturas e amplas florestas, obstinada em suas fidelidades, que cobria com seu cenário pagão — cem vezes atacada, sempre de pé — o extremo norte e o extremo oriente da Europa em que durante tanto tempo os escandinavos, sarábios, lituanos e fineses tiveram que enfrentar os missionários cristãos. Toda a sua atividade desenvolve-se na Turíngia, em Hesse, na Alemânia, na Baviera, pois há muito tempo estranhos sacerdotes e bispos singulares conseguiram nessa região os mais estranhos e singulares convertidos: todo um povo de nomadizantes irregulares, de impostores, de escravos tonsurados por eles mesmos e que, misturando em seus espíritos as tradições do panteão germânico às revelações deformadas do Cristo, pregavam a comedores de carnes suspeitas uma religião toda recheada de erros e superstições.

Organizar, coordenar, regularizar essa obra de missionários não completamente irrepreensíveis — no entanto, muitos o foram entre aqueles que são Colombano ou são Gall, seu discípulo, não paravam de enviar de Luxeuil (e mais tarde de Bregenz) para a Suábia, para a Turíngia ou para o Danúbio — que se preocupavam pouco com a hierarquia e não se apoiavam sobre um episcopado regular; reprimir digressões e fantasias daqueles celtas da Irlanda de quem os anglo-saxões tinham horror; substituir cristãos esporádicos, de ortodoxia suspeita, por cristandades rígidas; manter as doutrinas em todos os detalhes, solidamente organizadas em pirâmides: os fiéis na base, depois os padres e bispos, na ponta, representando o Vigário de Deus, fonte de toda a ordem e disciplina, o Legado: tal foi a obra do Winfried transformado em Bonifácio, apoiado em Roma, que ele serve, e no Reno, que o serve.



Sem dúvida, uma obra religiosa. Graças a esses bispos fiéis à tradição de Bonifácio, mas que não se deixavam ficar enterrados em salmos — em vinte anos, de 886 a 901, dez dentre eles caíram diante dos normandos nos campos de batalha; graças a esses bispos condutores dos povos e preocupados com o século, o cristianismo não parou de im-

plantar-se fortemente nas almas. O cristianismo que não é apenas "um estabelecimento", mas um esforço poderoso para transformar os homens, transmutar valores. O cristianismo com sua moral de fraternidade e bondade, seu ensinamento direto, sem pedantismos: são, viril, apto a conquistar o mundo e sabendo guardar, sob as formas mais despojadas, a eficiente virtude das tradições populares.

Aqui, ao longo de um Reno repovoado de homens violentos com instintos mal regrados, a ação de uma religião que prega sobretudo o esforço sobre e contra si mesma é ainda mais necessária e benfazeja do que sob céus menos rudes: a religião mais apta a transformar seres que, antes de mais nada, tinham necessidade de aprender a descobrir-se e a possuir-se. Certo, não devemos dar aos bispos, sequer em primeiro lugar aos bispos, o mérito de uma pregação através da palavra e, mais ainda, através do exemplo, que deve ser dado aos abades, aos religiosos dos grandes monastérios da primeira era: Wissemburgo, Lorsch, Seligenstadt, Fulda, Amöneburg, vinte outros. Também não deixa de ser verdade que uma conquista espiritual estava sendo organizada pelos bispos militantes. Uma conquista irmã da conquista temporal, evoluindo como a outra em saltos sucessivos: de um rio tomado como base a um outro rio; de uma fileira de cidades fluviais a uma outra.

Linha do Reno primeiramente, linha de base já experimentada, abundante de recursos, aberta em todos os lados para as terras de fora. Na frente, a linha do Elba, do Saale, do Elster. Ocupada mais tarde, a linha do Oder. Além, sonho distante, o Vístula, à espera do Dniepr. Acompanhando o longo corredor de água, séries de cidades, inúmeras pontes entre dois mundos, o de ontem e o de amanhã; uma porta de entrada — e por ela, perdendo-se na praça, toda a contribuição das velhas civilizações; uma porta de saída, voltada para as terras novas — e por ela, nos domínios a conquistar, o fervilhar de riquezas capitalizadas, de forças armazenadas: metrópoles religiosas, praças de armas, feiras, paradas para comércio e navegação. Eis Merseburgo, depois Leipzig; Magdeburgo e Hamburgo; Breslau e Danzig; Riga mais tarde, e Kiev. Inúmeras estações de posta; em cada uma, um tempo de

parada marcando-se na progressão; mas sempre, organizando de longe e em conjunto o movimento, deslocando os peões sobre o tabuleiro que se estende cada vez mais, as cidades renanas continuam como centros de impulsão, como os prelados renanos continuam, sem desanimar, como animadores da grande obra carregada e recarregada de energias novas; com Bonifácio, agora papal e romano no sentido cristão da palavra, e seus êmulos, o Reno retoma o vigor e seu nome ecoa novamente com orgulho nos lábios dos homens. Obra eclesiástica e religiosa, é certo. Mas, bem mais que isso, política. Ela estava criando a Alemanha. Uma Alemanha que ingenuamente nos obstinamos a crer "dada", quando na verdade foi forjada e fabricada em todas as suas peças, penosamente, de Leste a Oeste — do Reno para o Elba e o Oder. Seu enquadramento? Tantos, se não mais, quantos são os ducados nacionais, as províncias eclesiásticas planando sobre as divisões locais, as oposições entre grupos, os conflitos tribais.

Deixemos de lado a província de Trier, estendendo-se ao longo do Mosela e do Lahn, que a prolonga até depois de Wetzlar — comunicando-se de resto com Coblença nas águas do grande rio do Ocidente. No norte, a província de Colônia: a ela, as terras baixas — deltas do Escalda, do Mosa, do Reno, a planície alemã até além do Ems e das turfeiras de Bourtange; a ela também Minden, Osnabrück, Munster, o Lippe, o Ruhr e, igualmente, do outro lado do Reno, as terras do Mosa, tão caras aos carolíngios: Tongres, Liège, Aachen. E temos então o verdadeiro coração da Alemanha, a província de Mayença, para a qual a carta do papa a Bonifácio — fazendo dele um arcebispo, fixando sua sede em Mayença e colocando sob suas ordens não apenas as cinco dioceses de Utrecht, de Tongres, de Colônia, de Worms e de Speyer, mas também "todas as nações da Germânia a quem Sua Fraternidade levaria a palavra da Igreja do Cristo" — indicava um futuro pleno de glória e sacrifícios. Sobre uma vasta terra cheia de homens, alguns já cristianizados, outros ainda pagãos, ela jogava uma armadura à romana, uma rede de dioceses comparável à rede de *civitates*, mas que podia se estender no futuro. O nome Germânia foi transfe-

rido de toscos e secretos vocabulários geográficos para a língua administrativa de Roma e da Igreja. Bem antes que uma Alemanha política fosse criada, ela fundava, por assim dizer, uma Alemanha eclesiástica, com um chefe e uma capital: Mayença, cujo arcebispo parecia reunir de antemão toda a terra alemã em um quadro cristão. Para a Igreja e por Roma: mas a Alemanha seguiria, alojando o que tinha de mais vivo no imenso quadro de uma província mayenciana margeando o Elba, em direção ao leste, de Hamburgo a Magdeburgo; englobando, até 1344, o quadrilátero da Boêmia; recobrindo totalmente a região do Main e do Neckar; atravessando o Danúbio em direção ao sul até Augsburgo, e, por Coire, chegando até os Alpes, até as fontes mesmas do Reno.

O Reno. Mas trata-se mesmo do Reno? Atravessado, ultrapassado no leste, ele não marca, no oeste, o final de uma Alemanha imutavelmente assentada entre o Reno e o Oder. Ele é uma base. O ponto de partida de uma *reconquista** de envergadura. A praça de armas daqueles que estão criando a Alemanha a partir dele, marchando para o leste... Esse circuito, do qual falamos linhas atrás, dos francos saídos da Alemanha do Norte e absorvendo na Gália vigor e poderio expansivo para repartir em busca da reconquista da terra ancestral e para, além do Reno, recriar uma França do Oriente: esse circuito simbólico não é mérito apenas dos francos. Ele nos ensina simplesmente, com perfeita nitidez, de que maneira foi construída, a partir do Reno, uma Alemanha nova. A partir do Reno e pelo Reno: pelas metrópoles cristãs da Renânia; pelo catolicismo renano, estreitamente ligado a Roma e sobre o qual se estendem, em suas origens, as sombras divergentes das Sete Colinas augustas.

∽

De lá, no entanto, poderia nascer, e de fato nasceu, um perigo. Perigo para a Igreja, perigo para o Reno. Na medida em que os chefes guer-

* Em espanhol no original. (*N. da T.*)

reiros ou religiosos — lá longe, cada vez mais em direção ao leste, já depois do Elba e do Saale — forjavam duramente um mundo alemão, criavam ao longo do Saale e do Elba novos pontos de apoio e faziam de Magdeburgo uma Mayença do Elba; na medida em que, no furor das lutas sem quartel, permitiam-se violências selvagens que tornavam o cristianismo dos adversários odioso para os eslavos — um cristianismo armado e guerreiro, muito preocupado com lucros, dízimos, exações e pouco interessado em uma fraternidade que seus atos desmentiam sem cessar —, o perigo nascia, o enorme perigo de que os conquistadores, mergulhados na luta, se desviassem também de tudo o mais que os prelados do Reno, herdeiros de uma tradição poderosa, representavam: as tendências romanas, as lições carolingianas.

Isso pode ser observado com clareza quando, logo depois da morte do último dos carolíngios alemães, Luís, o Jovem (911), dinastas saxões — Henrique, o Passarinheiro, e depois sobretudo seu filho Oto I (963-973) —, tomando um poder que os franconianos não souberam manter, decidiram reagrupar os ducados alemães sob sua autoridade; expulsar os eslavos que estavam se transformando em uma ameaça; parar a ameaça húngara e — em um tempo em que a feudalidade surgia, crescia e se organizava vigorosamente — tirar partido do atraso político da Alemanha, sempre precedido em sua evolução pelos países situados mais a oeste ou ao sul. Subjugar os barões, ainda débeis, era uma tarefa menos difícil do que essa outra: dominar os turbulentos proprietários de castelos que, durante tanto tempo (até o reinado de Luís VI, no limiar do século XII), paralisaram os reis de Paris, deixando-os mal armados diante dos germânicos...

Ora, esse Henrique, o Passarinheiro, esse Oto I são saxões que, sozinhos na área da antiga Germânia, usam agora o título real. Saxões que, antes de tudo, pretendiam livrar-se da Igreja e do Reno. Quando Henrique, duque de Saxe, foi proclamado rei dos saxões e dos francos, um de seus primeiros gestos foi rejeitar a unção que o arcebispo de Mayença havia dado a seus predecessores. E a tarefa à qual ele se dedicava acima de tudo era criar, longe do Reno, fortalezas na Saxe e na Turíngia: Goslar, Nordhausen, Quedlinburgo, nas en-

costas do Harz; ou Merseburgo, colonizada por salteadores. Também seu filho e sucessor, Oto, não se transformou no mais poderoso rei de sua época de repente. Foram necessárias várias coisas, uma sobretudo: voltar ao Reno, e que o Reno, ao adotá-lo, fizesse dele — um rei local, presidindo uma federação de duques de tradições étnicas: o saxão, o franconiano, o suevo, o bávaro, sem falar do loreno — um monarca de prestígio e renome católico. O Reno de Mayença e de seu arcebispo; o Reno que se insurgiu duas vezes contra Oto — e os combates aconteceram em Xanten, Chèvremont e Brisach. Por longo tempo, a oposição manteve-se militarmente mobilizada, e os choques renasciam apesar das furiosas invasões dos húngaros, dos perigos vindos de fora, das ameaças estrangeiras. O espírito renano de oposição e resistência ao Leste, o velho espírito ocidental e meridional do Reno afirmava-se em conspirações, em revoltas abertas, em combinações efêmeras, obscuras, mas tenazes...

Mas Oto finalmente compreendeu. Seu pai havia recusado a unção do arcebispo de Mayença. Pois ele se fez ungir em Aachen. No entanto, era preciso mais que isso para ganhar os prelados, desarmar as resistências, reencarnar seu poder em terras renanas. Oto encontrou um guia, seu irmão Bruno, criado nos monastérios renanos, formado nas tradições misturadas de Roma e de Carlos Magno. Sofreu também, por outro lado, a influência italiana de sua segunda mulher, Adelaide. Combater Mayença através de Colônia, explorando sua eterna rivalidade: simples expediente. Prosseguir a hábil política matrimonial que estava em vias de, precisamente, assegurar seu poder; confiar as sedes renanas a homens de confiança — Colônia para seu irmão Bruno, ou Mayença para seu filho natural Wilhelm; a Bruno, chefe da província eclesiástica de Colônia, conceder também o ducado de Lorena: diante dos resultados, Oto não hesitou mais. Avaro de início, tornou-se pródigo, cobriu as igrejas de donativos e isenções. Seus bispos, seus arcebispos são transformados em condes e duques, que recebem poderes de justiça, direitos de banalidade, de alfândega, de moeda nas cidades. Ele cumula de atenções os renanos, os bispos de Worms e Estrasburgo, o arcebispo de Trier, assim como o de Colônia

e de Mayença. Vencedor dos húngaros, protetor da Igreja e do Cristo diante dos bárbaros, árbitro dos destinos de toda a França antiga — eis que um raio perdido da glória carolíngia parece buscar um lugar para pousar...



Os primeiros a percebê-lo foram, naturalmente, os bispos, os membros do corpo cristão de espírito romano, de cultura latina, cheios ainda de lembranças do grande imperador. Em 2 de fevereiro de 962, em Roma — enquanto, como bom saxão, Oto, desconfiado apesar de todas as cautelas itálicas, recomendava a um de seus fiéis que mantivesse a espada à mão enquanto ele estivesse ajoelhado —, o papa João XII fazia dele um imperador. E esse papa fraco sem dúvida assinava também uma confissão de debilidade, transformava-se em instrumento de um homem e de uma política. Pouco importa: um grande fato histórico estava sendo criado em Roma; mas era no Reno que ele havia sido criado.

Singular poderio das tradições. Em uma Europa recém-saída da decomposição do império carolíngio, feita das ruínas do edifício que caíra em 800, um novo Carlos Magno nascia. Um imperador "romano" em um mundo que, pelo menos em parte, construiu-se contra Roma e que talvez pudesse figurar como uma república cristã federativa: nunca uma formação unitária. Um imperador surgia dos limbos históricos, mas não havia império; seus poderes reais, ele os retirava de sua realeza; ele não era poderoso porque imperador, mas imperador porque poderoso. O suficiente para fazer e desfazer os papas, e, no entanto, o papa o fazia, consagrando-o em Roma e outorgando-lhe, católica e romana, uma auréola. Assim surgia, mais uma vez das águas velozes do grande rio do Ocidente, o mito político que, durante séculos, flutuaria sobre a nossa Europa. O astro da Roma imperial já estava há muito tempo sob o horizonte: ao apelo dos prelados renanos, as últimas luzes franjavam de raios aquela nuvem de contornos instáveis. O império otoniano merecia, de antemão, o título do século XV: santo, romano e de nação

germânica. O Reno, de papal, tornava-se ou voltava a ser imperial? Não. Continuava a ser imperial e papal: imperial porque papal...

Visíveis e tangíveis, seguiram-se as conseqüências. Dos territórios alemães sobre os quais dominava o prestígio de Oto, o coroamento de 962 fez uma potência cristã. E novamente seu centro de gravidade instalou-se precisamente lá onde os espíritos do Leste e do Oeste — do velho germanismo tantas vezes remanejado, sempre rude, indócil, ainda passível de inúmeros aperfeiçoamentos — poderiam melhor se unir. Em seguida, um Renascimento das artes e letras. Bruno constrói em Colônia a Basílica de São Pantaleão; ela precede uma admirável falange de basílicas romanas, glória verdadeira da "Colônia" do Reno: tão cativantes que o exército de restauradores, com sua gramática e suas argamassas, não conseguiu reviver seu charme recolhido, seu aspecto exilado de construção greco-romana, a elegância graciosa das arcadas lombardas correndo ao longo das absides harmoniosas, enquanto nas criptas dormem pesadamente imperatrizes hieráticas e douradas vindas de Bizâncio para reinar sobre o Reno. Mas Bruno não está sozinho, e Colônia tem irmãs. A arte não é tudo, porém. Acontece então, na Alemanha de Oto, todo um Renascimento ao mesmo tempo clássico, italiano e oriental que, recarregando as cidades renanas de energias fecundas, conjuga seus efeitos com os da ativa retomada comercial, de um trânsito contínuo de mercadorias bizantinas por Passau, Lorch, Ratisbonne até Hamburgo e Bremen; de mercadorias italianas por Augsburgo e pelo Lech até Colônia e as margens frísias.

Grande, enorme obra, tratando-se tanto de política quanto de civilização. Nascida do Reno, guardião das tradições e traço-de-união entre os povos; nascida de seu vigor criador sempre renovado — sim. Mas também de sua orientação, de tudo aquilo que explica que, fazendo uma Alemanha, ao mesmo tempo em que a fazia, parecia desviar sua atividade para fins não alemães no sentido estrito da palavra, mas no sentido que uma história recente nos obriga a dar. Oto não o desvia da luta no leste, da obra de extensão do germanismo, reprimindo pouco a pouco o eslavismo? Não o lança, fazendo brilhar a seus olhos um ideal esplêndido, em direção ao sul, à Itália, às miragens romanas e aos vestígios do Oriente? Espírito do Reno, espírito europeu: assim se afirma ele nas horas em que sua intervenção nos negócios alemães é mais eficaz e mais distinta. Uma fronteira? É realmente necessário que façamos cem vezes a mesma pergunta, pois ela é, justamente, "a questão", e quantos anos de luta foram necessários para que grandes espíritos, grandes povos se familiarizassem com ela. Uma fronteira não: uma base. Mas toda base vive de trocas. Para dar, é preciso receber. Para conquistar, organizar, fecundar uma Vorland, é preciso dispor de uma potente Hinterland. O Reno não se resigna a ser apenas um limite, algo recuado, relegado a uma extremidade; uma borda, uma orla empobrecida. No contato entre civilizações diversas, ele quer ser um cruzamento. Seu ouro, os seixos de quartzo que o trazem não se encontram no local, *in situ*. São viajantes. No cruzamento romano, são precisos, para que ele prospere, minérios de todo lugar...

O Reno faz e desfaz. Cria o Santo Império e como apoio lhe oferece a Igreja otoniana, subjugada, doméstica, pesada. E ao mesmo tempo foi ele, no final do século X, que lançou através das Alemanhas essa reforma clunisiana de espírito totalmente místico — mas que traz com ela a ruína da Igreja otoniana, sujeitando o espiritual ao temporal. Reno político, Reno místico; Reno dos bispos poderosos no século e de monges poderosos no espírito; Reno de Bonifácio e de seu formalismo minucioso, de seu mosaísmo legalista revisto por Roma: mas foi em Worms, certo dia — em Worms do Reno —, que, contra o ritualismo árido, o monge Lutero lançou um grito prenhe de ressonâncias. Reno a serviço de uma grande Alemanha: ele que, mais do que qualquer potência histórica, contribuiu para fundá-la, aproximá-la, fazer com que vivesse em espírito. Mas, apesar de tudo, em qualquer época, um Reno fraternal e receptivo, nunca hostil ou limitado. E por isso, mais uma vez, todo alemão, mesmo que distribua seus sorrisos fora da Alemanha; todo alemão precisamente na medida em que a Alemanha amava definir-se como o "futuro" em busca de horizontes mutáveis — e não como um "ser" murado em sua consciência clara.



Três influências: romana, germânica e ainda a romana, mas no sentido reencarnado da palavra, ou, digamos melhor, cristã e eclesiástica. Três influências ou, antes, três fermentos: Roma, o germanismo, a Igreja. Foram necessários séculos para que, um depois do outro, eles encontrassem sua terra às margens do rio. Três, cifra, afinal, modesta. Mas não devemos acreditar que esses fermentos tenham sido entregues puros pela história. Assim que ela os toma, eles já estão adulterados, prontos para qualquer mistura, ainda mais eficazes, ativos e temíveis.

Roma foi, durante séculos, o sentido, a necessidade dessas formas construtivas que, às massas confusas de agrupamentos animais, dão, sozinhas, dignidade e orientação. Roma foi, durante séculos também, um parentesco sentido entre todas as regiões romanizadas do Ocidente e do Sul; um orgulho de origens augustas e prestigiosas; uma inclinação — instintiva e sentimental, mais que intelectual — para a terra romana por excelência, a Itália dos ciprestes chamejantes de sol acumulado, dos frutos cobertos por vestes brilhantes e explodindo suculentos em sua maturidade.

O germanismo: uma comunidade poderosa de sangue e costumes, uma solidariedade de instintos mais que de interesses; uma língua veículo de um sistema de idéias, instrumento de um sistema de trocas particular e com o qual se afirmam, apesar das fronteiras variáveis e das vicissitudes ocasionais da história, mil afinidades permanentes de coração, de espírito, de raciocínio. O germanismo: uma civilização autônoma, se não original; rica de seus fundamentos e de seus recônditos segredos, enriquecida por empréstimos e participações. Uma maneira de ser, de compreender, de agir. Ao mesmo tempo, um gosto inato pelos valores maciços, pela ascendência de indivíduos — profetas, místicos, filósofos, especuladores —, nos quais milhares de homens encontravam e saudavam as aspirações confusas de suas naturezas. Um ideal planando nos céus renanos, plenos da claridade difusa que Van Goyen pintou para os séculos.

O cristianismo, enfim, e a Igreja Romana. Forças duplas de dissolução e reconstrução. Tendo contribuído para arruinar o império romano, minar seu regime baseado na preponderância tirânica das elites, tendo proclamado contra ele a igualdade absoluta das consciências — eis que as mesmas forças tentam recriar, com as ruínas dessa máquina quebrada, quadros sólidos onde abrigar sua sorte. Tendência eterna da Igreja, a de esforçar-se para criar sociedades ecumênicas — impérios religiosos, se preferirmos — indiferentes às fronteiras, preocupadas apenas com cultura moral e tutela eclesiástica. Tendência eterna do Reno, a de, sem dúvida, trabalhar para a Alemanha, mas do exterior, para o exterior; por uma Alemanha melhor misturada àqueles, italianos ou franceses, cujos contatos com o sul são estreitos e, por isso, mais apta a se beneficiar daqueles que lançaram suas sementes nessa matriz comum do velho mundo — o Mediterrâneo: as generosas regiões da Ásia e da África que aí vieram comungar com a antiga Europa.

CAPÍTULO III Das cidades às nações

1. AS CIDADES DO RENO

Ao voltar, em fins de julho de 1842, de uma rápida viagem à Alemanha — essa Alemanha que, como ele próprio dizia alguns anos antes a seus alunos da Escola Normal, "não era senão ingenuidade, poesia e metafísica" —, Jules Michelet escreveu: em um mês "cortei um pedaço da Alemanha; toquei todas as as eletricidades de seu Sudoeste". Bela frase, expressiva e justa. Nós, que da história total do Reno também só podemos "cortar um pedaço", vamos, com passo deliberado, tocar as eletricidades que correm ao longo do rio em seus pontos de contato decisivos: as cidades.

Cidades do Reno: romanas, germânicas e cristãs ao mesmo tempo. Por isso mesmo, resumos vivos desse passado de grandes labutas que procuramos reunir em rápidas páginas. Romanas? Era esse o grito do visionário quando, em Mayença, anotava em seu caderno de viagem: "O Reno, rio romano; rio do mundo, tanto e mais do que rio alemão; até mesmo os monumentos góticos foram construídos sobre alicerces romanos, os castelos sobre as *castra*, as igrejas e conventos sobre templos antigos." Piedosamente, o autor de *Histoire romaine* visitava a torre de Druso na cidadela, o aqueduto romano de Koenigsbrunn, as tumbas militares das legiões, estas "vanguardas do mundo civilizado"... Dois dias mais e, contemplando em Trier a Porta Negra, ele imaginava "o Prefeito das Gálias em sua toga branca e vermelha, sentado diante desse monumento triunfal, fazendo comparecer as nações". Mayença, Trier: mas se seus passos o tivessem levado a

Basiléia, a Estrasburgo ou a Colônia, Nimègue, Leide — em todo lugar, do fundo da terra tantas vezes por eles revolvida, Michelet teria sentido, ainda vivo, o espírito dos construtores das pontes, dos criadores das cidades.

Cidades germânicas? Nem é preciso dizê-lo. Germânicas, não alemãs como entendemos hoje. Pois Basiléia, de onde, como repetem tantos textos do século XIII, o imperador controlava as regiões renanas — Basiléia em boa hora afastou seus destinos dos destinos imperiais. E Estrasburgo, depois do século XVII, bebeu de outras águas que não as do Reno alemão. E Nimègue, de telhados vermelho-escuros coroados de belas árvores, de ruas correndo para um porto pleno de barcos azuis, alaranjados ou vermelhos, grita bem alto que é holandesa. Mas há os fundamentos que constituem, a despeito das enormes diferenças históricas ou culturais, tantos hábitos semelhantes; há os usos, os costumes, o folclore, centenas de tradições irmãs — e os hábitos espontâneos tão bem amalgamados que, em determinados momentos, de Constança a Leide, as idéias circulavam com a velocidade de um furacão no corredor do rio; as idéias e, mais ainda, os sentimentos, as paixões, às vezes as palavras de ordem. Basta pensar nos sobressaltos das rudes camponesas levantando acima das cabeças desgrenhadas, aos velhos gritos de *Bundschuh*, o grosso sapato de pregos dos camponios, emblema secular das revoltas fundiárias; basta pensar nas heresias burguesas e dos artesãos, surgidas e ressurgidas desse inesgotável reservatório de panteísmo popular — as regiões renanas em sua totalidade: tudo isso, veiculado por línguas muito diversas, com relações mútuas às vezes complicadas (as do neerlandês, em seus diversos aspectos, com o alemão, não são particularmente fáceis de destrinchar); mas todas germânicas e muito menos distantes umas das outras, naturalmente, do que cada uma delas do valão ou do francês da França...

Cristãs, enfim, tais cidades? Sim, na medida em que o cristianismo as recriou em seguida aos desastres, derrocadas, anarquias sanguinárias e deu-lhes de volta, com o ponto de apoio material do *Palatium* episcopal, um centro moral não menos robusto, um lugar

comum de espiritualidade e esperança. Cristãs, as cidades de basílicas suntuosas e secretas, com naves góticas orgulhosas e altaneiras; das peregrinações célebres em toda a Europa; cristãs, as cidades dos mosteiros, pousadas de ardores e êxtases que não param de engendrar exércitos de pregadores de olhos brilhantes; cristãs, enfim, as capitais dos bispos, dos arcebispos, regidas por prelados cujas fortes cabeças políticas ainda manifestam em inúmeros túmulos dois sentimentos desigualmente misturados: de poder e de submissão, e, lá onde este último predomina, o orgulho de abandonar-se a ele e de obedecer comandando. Sim, cidades cristãs, e germânicas, e romanas. Mas, antes de tudo, cidades do Reno.



É ele, o poderoso rio estendendo sua trajetória dos Alpes ao mar; é ele que cria entre elas a solidariedade que, se não é a mais estreita, é ao menos a mais direta e visível. Do grande cotovelo de Basiléia à bela volta de Dordrecht, entre as montanhas, em pleno coração das planícies, alonga-se uma rua reta — uma rua em que, passeando ou apressados, cheios de preocupações ou com o espírito livre, não cessam de passar comerciantes e militares, viajantes e estudantes, o fluxo mesclado dos usuários do Reno.

Não há procissão que não tenha suas pousadas. Aqui, são as cidades que assinalam os inícios e os finais das paradas — as cidades onde todos descem dos barcos ou do coches: os peregrinos, para suas devoções; os mercadores, para seus pedágios e feiras; os outros, para os prazeres ou curiosidades. Entre todas elas, um forte ar de parentesco. Nuances entre uma e outra, sem dúvida — e, se tomarmos os extremos, bastante significativas. O céu de Basiléia não é aquele que, em Dordrecht, os holandeses pintaram — de prata, se a assinatura é de Van de Velde; de um cinza-aéreo manchado de bruma, se é de Van Goyen. Selvagem e fremente, carregando em suas águas os pinheiros de Birse, o Reno que corre como uma flecha sob as pontes de Basiléia não é aquele cujo espelho Albert Cuyp doura com um reflexo de Itá-

lia; ou que, atento e grave, Salomon Ruysdael instala sob a abóbada de um céu bem construído. Mas das cidades de Holbein e Böcklin às de Erasmo e Adriano VI, passando pelas intermediárias, quantas semelhanças eficazes e sensíveis!

Hoje mesmo, depois de tantas transformações, crescimentos, regulamentações, ei-las, todas, ocupando uma só margem (apenas Basiléia cruza um rio ainda bastante fácil de dominar e sabe mantê-lo cativo entre duas fileiras de casas), estendendo ao longo do Reno um alto dique de edifícios modernos, hotéis e cassinos salpicados de letreiros, edifícios públicos pavesados de bandeiras, cobrindo com fachadas ostentosas a *Hochstrasse*, a longa rua ou a primeira das duas longas ruas em que os estudiosos, debruçados sobre velhos mapas, podem reconhecer os traçados tão caros aos acampamentos romanos. Lá, dos dois lados dos campos ventosos, podemos ver, inteira, a exposição, sempre tão divertida, das fachadas dos velhos tempos — verdadeiras casas renanas da verdadeira cidade: as dos séculos XV e XVI mostrando, sobre as paredes de madeira pintada e esculpida, seus tetos oblíquos, suas janelas de vidros quadrados no andar de cima e suas cores vivas; as do século XVIII, de pedra em sua maioria, expondo ingenuamente a bonomia rústica, saborosa em seu acanhamento, de um Luís XV ou XVI flamandizado, alamanizado ou transformado em um rococó pueril, à moda das cômodas holandesas ou dos baús de Colônia. E lá dentro, indefinível, um cheiro de Reno flutuando nas ruas varridas pelo ar ligeiramente molhado e mordente; um odor que, na atmosfera embaçada, ao cair da tarde, sobe do solo embebido ou desprende-se dos corredores estreitos — e faz sonhar com barcos e buscar nas janelas, instintivamente, roupas de marinheiro a secar...

Visões de fora. Mas se, indo mais longe, o historiador penetrar no passado da cidade, em sua história, em sua estrutura social, então as semelhanças aparecem; os mesmos fatos produzem-se com regularidade, durante as mesmas décadas. É um ritmo que, de cima a baixo, embala as cidades filhas do Reno, que vivem de sua vida.



Desde o final do século X, até mesmo antes, avançando decididamente mais que as regiões abaixo do limite romano, já podemos vê-las renascendo, ou deveríamos dizer simplesmente nascendo?

Certo, nem Basiléia nem Estrasburgo nem Mayença ou Coblença, Colônia ou Utrecht estavam totalmente mortas — velhas cidades orgulhosas de suas fundações romanas, de seus nomes seculares, das moedas de César extraídas a golpes de picareta de seu solo venerável. Apressadamente construídas sobre tumbas e ruínas, ladeadas por grandes edifícios utilizados para fins inesperados, sua localização marcava sempre os pontos que o golpe de vista dos generais romanos havia conseguido distinguir. Pontos de passagem, *trajecta* ao longo do Mosa e do Reno: o *inferius* em Utrecht, o *superius* em Maastricht, confluência das vias e portos fluviais: Coblença, ponto de partida na região do Mosa; Mayença, onde os barcos descarregavam, onde as tripulações desembarcavam para voltar a embarcar, refazendo o mesmo trajeto no sentido inverso; cruzamentos, enfim, entrecortados por estradas meio fluviais, meio terrestres: Estrasburgo acima de todas, secularmente assentada diante de um trecho fluvial em que, excepcionalmente, as águas selvagens se amansam por um instante e formam um único braço; lugar eleito por uma cidade de duas caras, um Janus alsaciano com uma das faces voltada para Saverne, com seu desfiladeiro, a outra para Kinzig e as terras da Suábia. Às vezes, a situação se complica. Em Colônia, com o Reno dividindo-se em dois braços, ela não é simples: um deles, a leste, drena a massa principal da água; o outro, a oeste, mais estreito e calmo, oferece um refúgio ideal para os barcos; entre os dois, uma ilha que acaba por se ligar à margem. Sua obra, no entanto, já estava terminada ao contribuir para fixar nesse ponto — em uma margem, aliás, mais alta que as da subida e descida do vale — uma rede de estradas que correm ao longo do maciço xistoso.

No entanto, por mais que tenham mantido uma população; por mais que, como mostrou Henri Pirenne, tenham assistido, no final dos séculos VIII e IX, à intensa atividade comercial daqueles mari-

nheiros e bateleiros frísios instalados no delta do Escalda, do Mosa e do Reno, beneficiando-se do contato fácil com a Inglaterra e a Escandinávia — seriam elas, aquelas cidades onde entrevemos, a despeito da terrível lacuna de textos, o bispo entrincheirado em seu *Paladium*, ao lado de sua catedral e de seus monastérios, velando por seu clero e por suas escolas e, a seu lado, as casas dos *milites castrenses*, velando pela segurança comum e pela da *familia* episcopal, dos clérigos, dos artesãos que se aviavam para cozer o pão, curtir as peles, preparar o pergaminho, erguer paredes e casas, aparelhar a madeira e forjar ferragens; seriam elas verdadeiras cidades? Cidades, não. Recintos prontos para receber, em caso de alerta, as pessoas do campo, seus animais e famílias; centros de exploração também, onde o bispo mantinha, bem guardados, seus celeiros, suas caves e armazéns adjacentes. A cidade, a nossa cidade não brota daí. Mais exatamente, para que houvesse uma cidade foi preciso que à pedra angular secular, à *civitas*, nó resistente, porém esclerosado, fosse acrescentado um elemento novo — uma *urbs nova*, uma *urbs exterior* como se diz em Estrasburgo, ou ainda um subúrbio (os nomes variam), *novus burgus*, *foris burgus*, *portus* — que em Utrecht seria chamado de *Stalle*, palavra nova para uma coisa nova. Feita por quem, para quê? Para o comércio, pelos mercadores, *mercator*, cujo nome designa ao mesmo tempo o revendedor e o artesão estendendo pessoalmente sobre o peitoril das janelas, *super fenestras*, o produto que manufatura. Pelas tropas irregulares também, desejosas de construir uma vida, de conquistar um lugar ao sol do Reno...

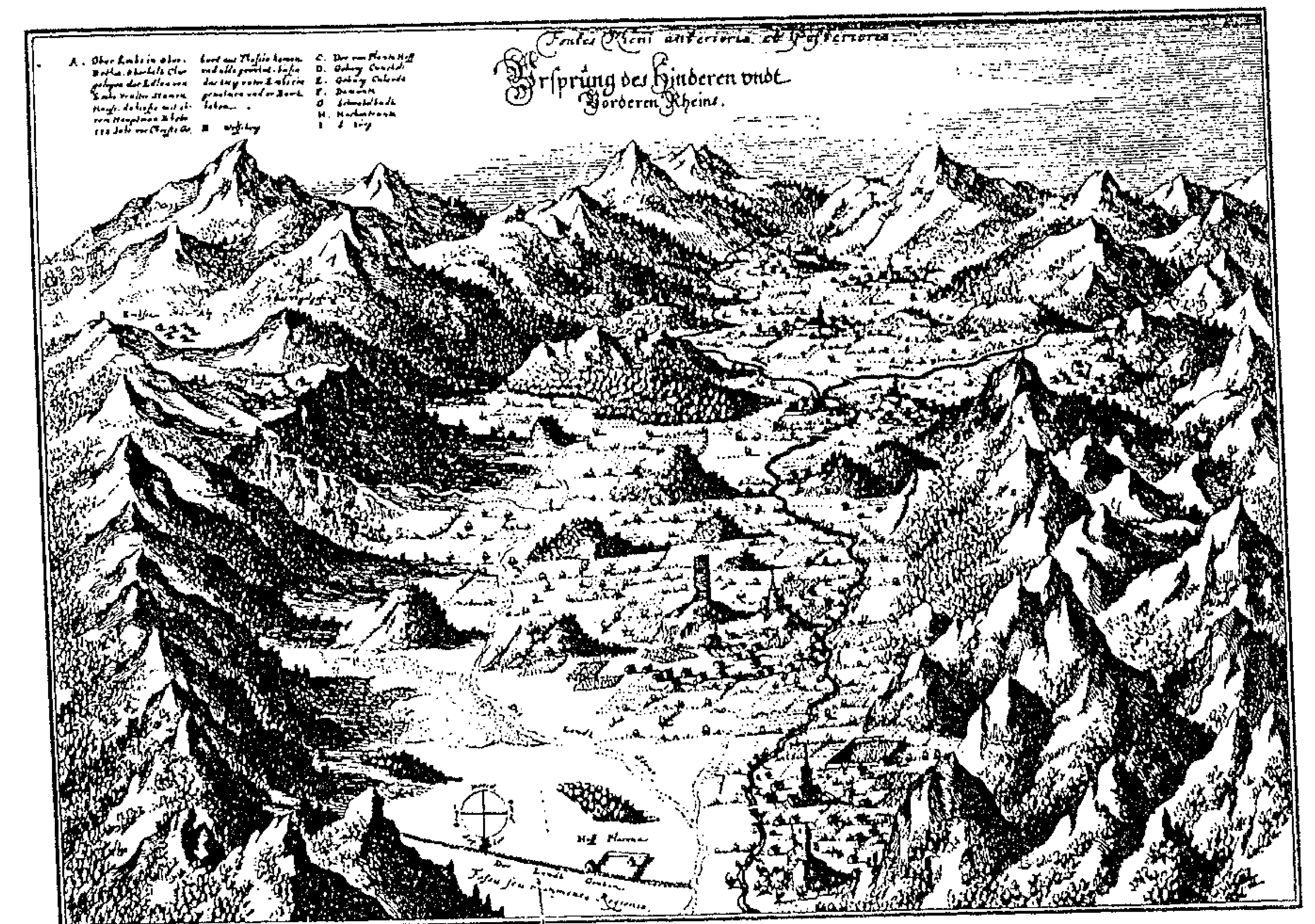
Colônia nos séculos IX e X: entre o quadrilátero das muralhas romanas e o Reno, um espaço mais ou menos vazio nas vizinhanças do rio, feito sob medida para tentar os mercadores. A maioria deles aí se estabelece — embora, desde a metade do século X, dois diques de terra prolongando as muralhas romanas até a margem unam intimamente a cidade velha à nova. E é a partir do subúrbio, nó de cristalização, que a vida se propaga sucessivamente nos velhos limites, despovoados em seus três quartos. É do Reno, fonte de riqueza, de vida, de livre atividade, que reflui para a cidade das ruínas uma prosperidade que a reanima completamente, tanto e tão bem que o quadrilátero romano logo se mostra estreito demais, que as casas passam além de seus contornos, que em 1.106 novos trabalhos de proteção fazem surgir do solo o cemitério romano cujas ossadas logo se transformaram nos ossos das Onze Mil Virgens, que em 1180, enfim, de Bayenturm a Kunibersturm pela Severins-Tor, Hahnentor e Eigelstein-Tor, uma muralha mais ampla (a segunda depois do século X) engloba em seu vasto circuito todos os centros de reunião. Colônia, nossa Colônia, a verdadeira Colônia nascia. E assim foi em todo lugar, ao longo do curso d'água. Há a cidade que é *Nemelis*, a antiga *Augusta Nemelum*, e, junto dela, aquela vila adjacente, *Spira*, que rapidamente se povoa e que o bispo transforma em cidade, chamando-a cidade dos judeus — entenda-se, dos mercadores. Foi assim, enquanto Ypres, Gand e Bruges, sem passado romano, nasciam para a vida urbana; enquanto o bispo Notger, no finalzinho do século X, incluía a cidade eclesiástica criada por santo Hubert no conjunto do burgo mercante que tinha sido criado em Liège; foi assim que Colônia, Worms, Speyer, Estrasburgo e dez outras mais tornaram-se algo que já não era a cidade antiga, menos ainda a cidade dos tempos calamitosos do desmoronamento do Império, dos bárbaros em movimento, do Ocidente fragmentado e cortado de suas raízes no Oriente: era a cidade medieval, esta sim a ancestral direta da cidade moderna.



Então, sob a pressão dos fatos econômicos, do mundo em processo de construção dos séculos X e XI, começa no Reno uma evolução, assim como na França e, mais ainda, na Itália — apenas com um certo atraso, um atraso que se transforma em avanço sensível se o ponto de vista se desloca para as margens do Elba. Nas velhas cidades do Reno, como nas do Escalda, do Mosa, do Sena, formam-se grupos de homens decididos no seio desses agrupamentos de homens vindos de todo lugar — mercadores habituados às longas caravanas, à vida errante, às visões estrangeiras, fugitivos também, e aventureiros infringindo a

sentença de banimento —, cada um com passado e experiências diferentes do outro, mas que, aglomerando-se em enxames ativos e barulhentos, logo sentem falta de espaço. Assumindo a chefia de um movimento local, fortalecido com o exemplo, com o sucesso dos vizinhos, eles decidem conquistar, para todos os habitantes da *Urbs nova* e da *Stadt* nascente — presas ambas em laços de obrigações desiguais, manietadas por regulamentos, usos, servidões que nunca previram a ascensão dos mercadores ou o surgimento do burguês —, aquilo que, desde o início, havia sido o objeto apaixonado de seus desejos conscientes: um *status*, uma organização criada à sua medida, feita para suas necessidades.

Assim se afirmaram, face aos velhos poderes que elas ameaçavam e negavam, as cidades medievais, ancestrais de nossas cidades; as cidades cujo ar liberta, *die Stadtluft macht frei*, e cujo solo — a ser construído, não cultivado — escapa, não sem dificuldades, das velhas servidões dominiais; as cidades em que acabam, sucessivamente, impostos senhoriais abusivos, taxas incômodas, processos formalistas, velhos contratos, velhas regras civis ou criminais; as cidades, forjas de um novo direito, de uma moralidade e de uma mentalidade novas, objetos de horror, como qualquer novidade, para os poderosos do velho mundo. É preciso ouvir, no limiar do século XI, as palavras do monge Alpert, escandalizado, denunciando os péssimos costumes dos mercadores de Tiel no Teisterbant, centro efêmero (entre a ruína de Duurstede e o surgimento de Utrecht) do grande comércio anglo-renano: homens impossíveis "que têm hábitos e costumes diferentes daqueles de seus vizinhos"; homens intratáveis "que não se sujeitam a nenhuma regra"; homens anárquicos "que julgam não em conformidade com as leis, mas segundo pensam eles próprios" — e sobretudo, horror, "que cumulam de honras aqueles que os excitam ao riso e à bebida"... Está tudo aí, a concepção da vida e do direito, a independência e a reserva em relação às tradições mais venerandas; tudo, e nesse tudo, nossos próprios hábitos, nossas concepções e nossas liberdades, a mulher igual ao homem, as crianças dividindo igualmente a herança do pai, a viúva sem filhos herdando do marido, como ele dela; em germe, a independência crítica, a tolerância



Como eram vistas as nascentes do Reno no século XVII. (Segundo a topografia de Zeiller)



Coire no começo do século XVII. (Segundo a topografia de Zeiller)



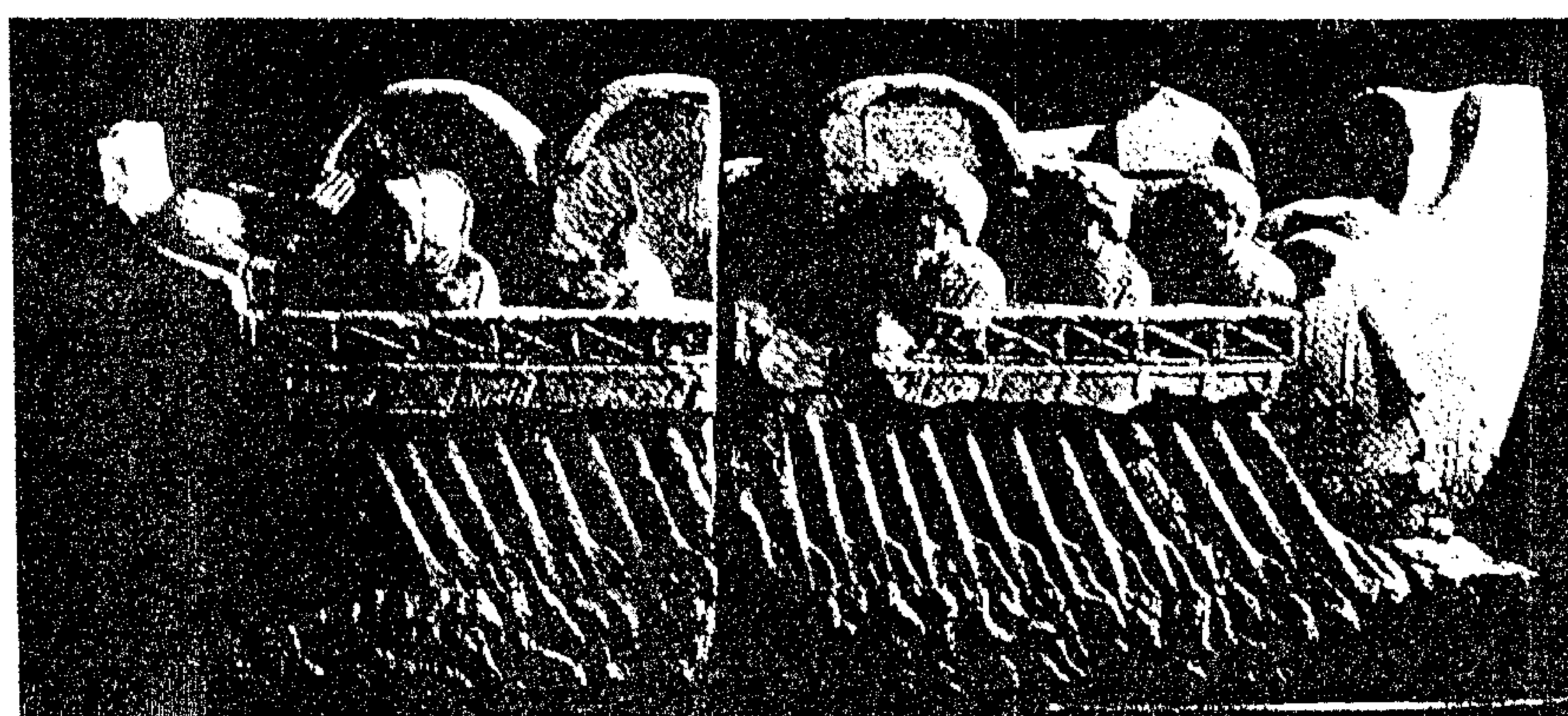
O Reno na Basiléia no século XVII: a Pfalz por trás do Domo e a grande ponte.



Speyer em meados do século XVII. (No primeiro plano, uma balsa e o alvo dos arqueiros)



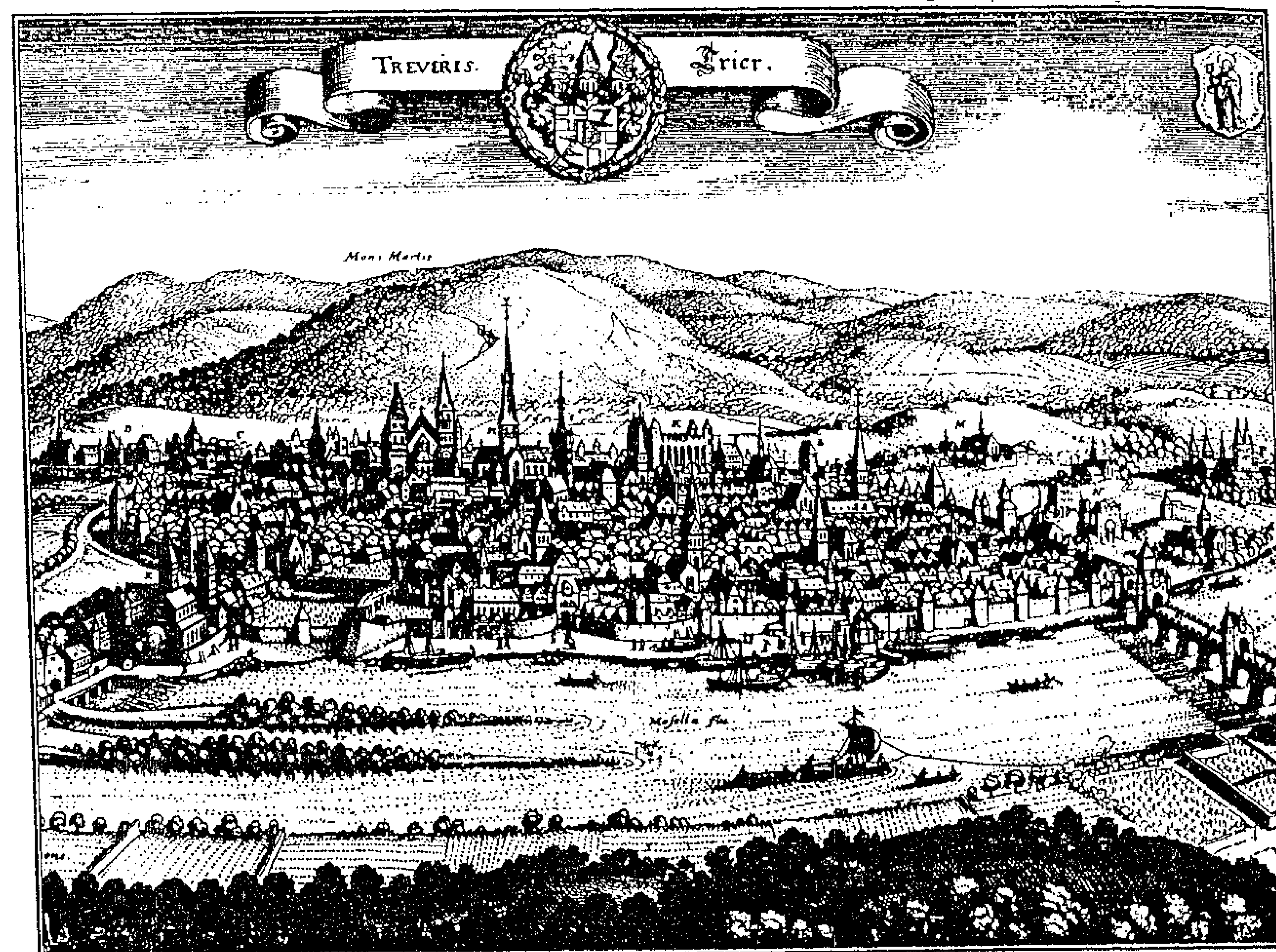
A tríade das *Matres*. (Museu de Mannheim)



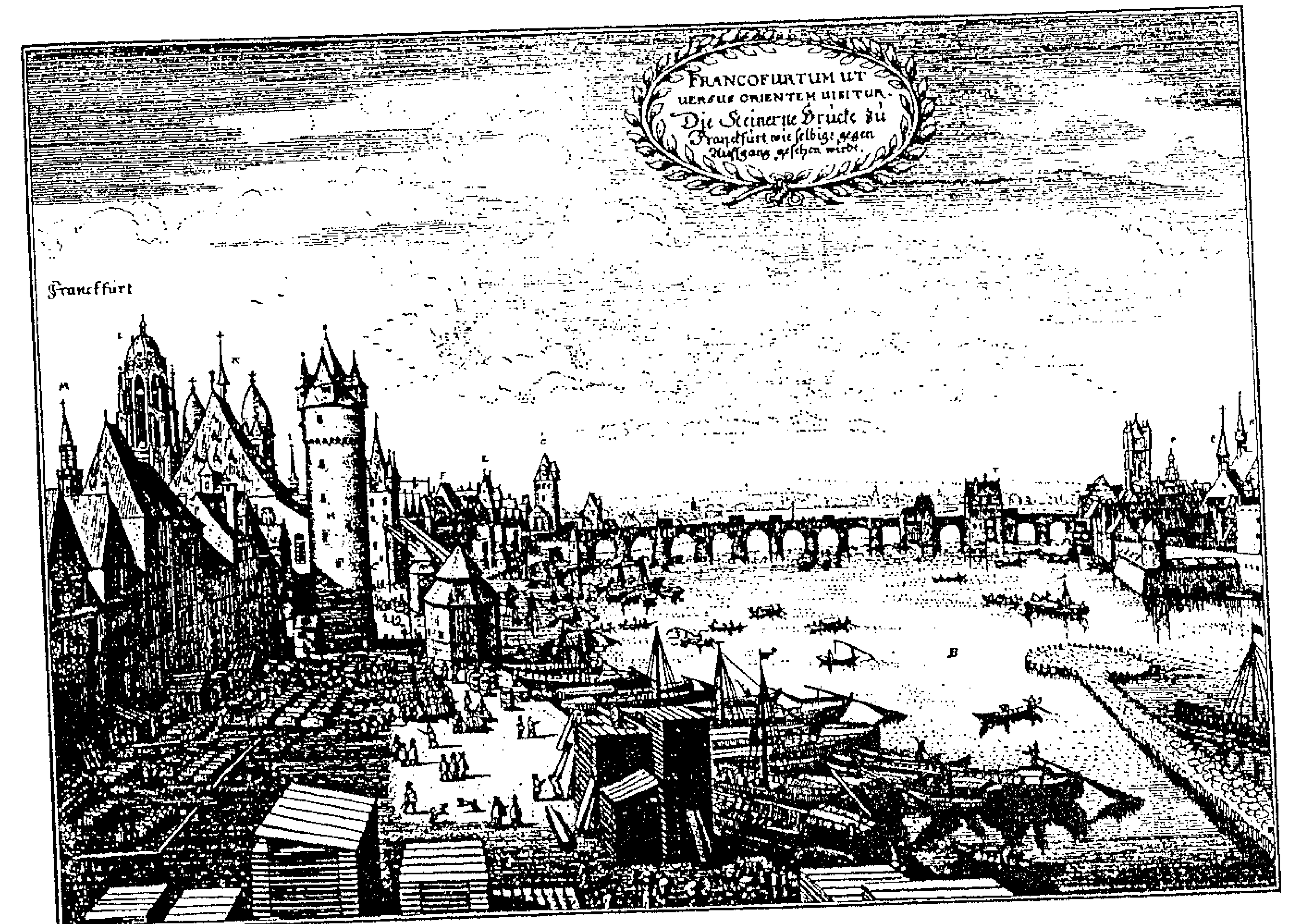
Mercadores moselanos transportando vinho. (Baixo-relevo, Museu de Trier)



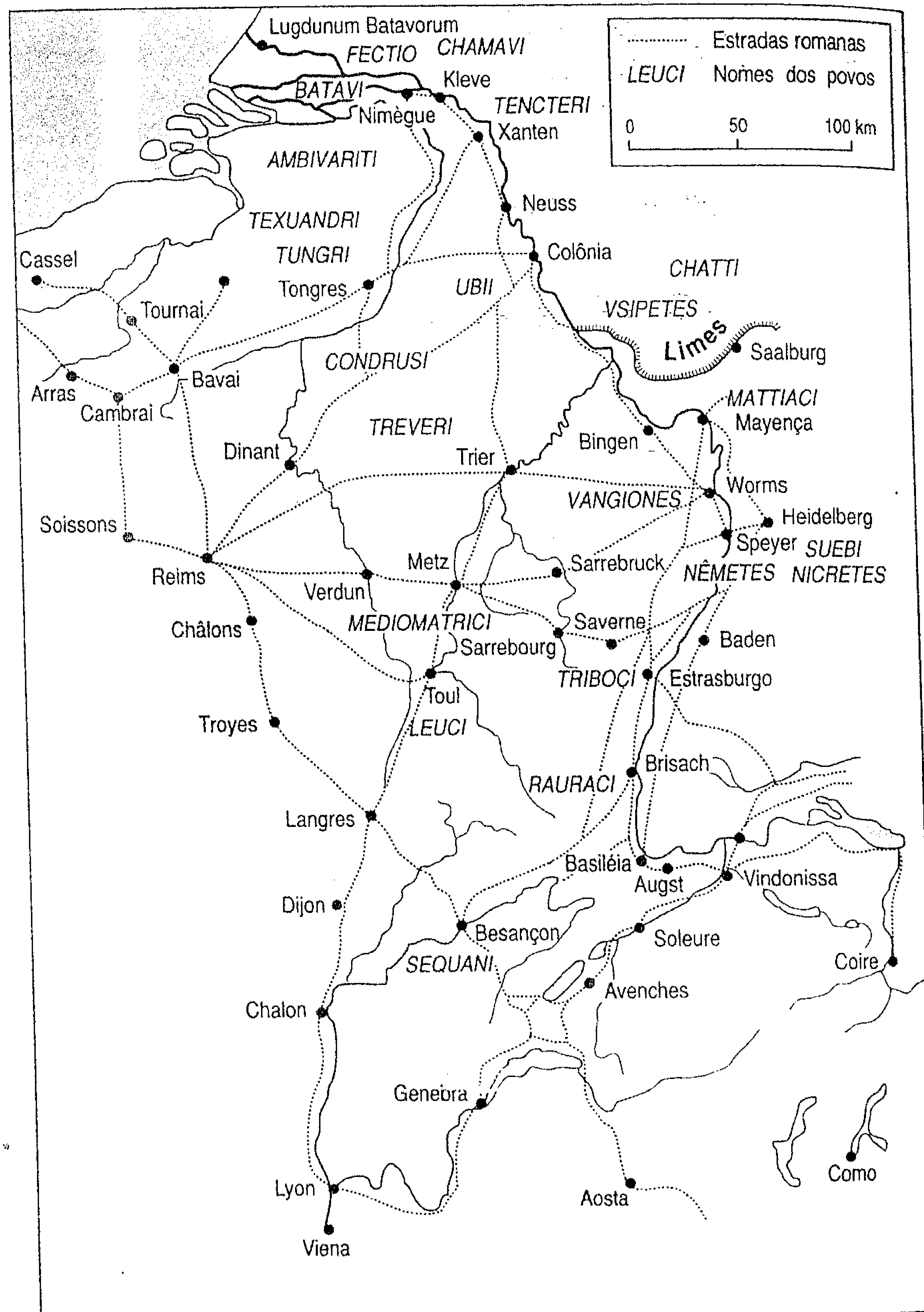
Cavaleiro romano atacando os bárbaros. (Museu de Mayença)



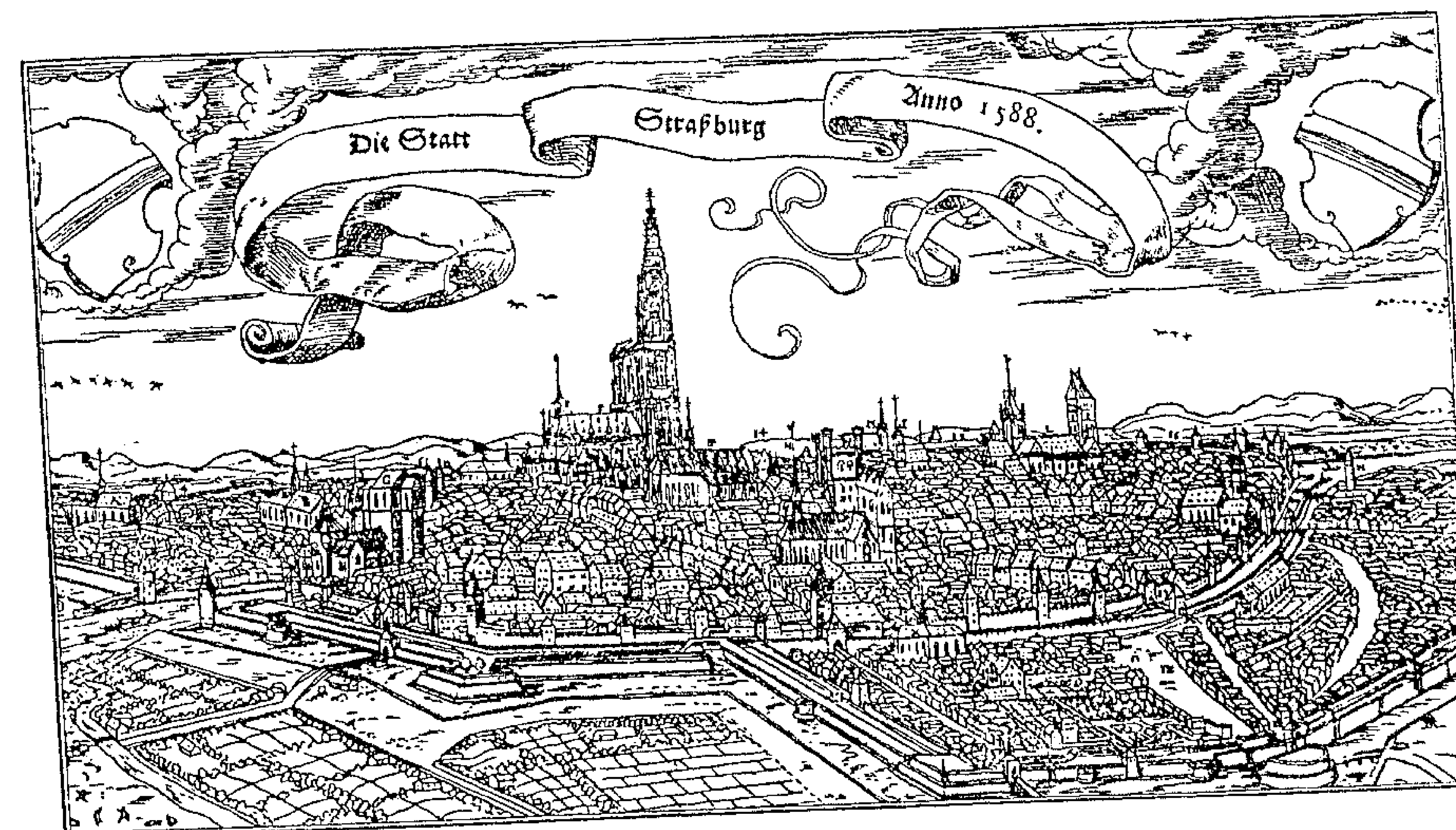
Trier em meados do século XVII. (Segundo a topografia de Zeiller)



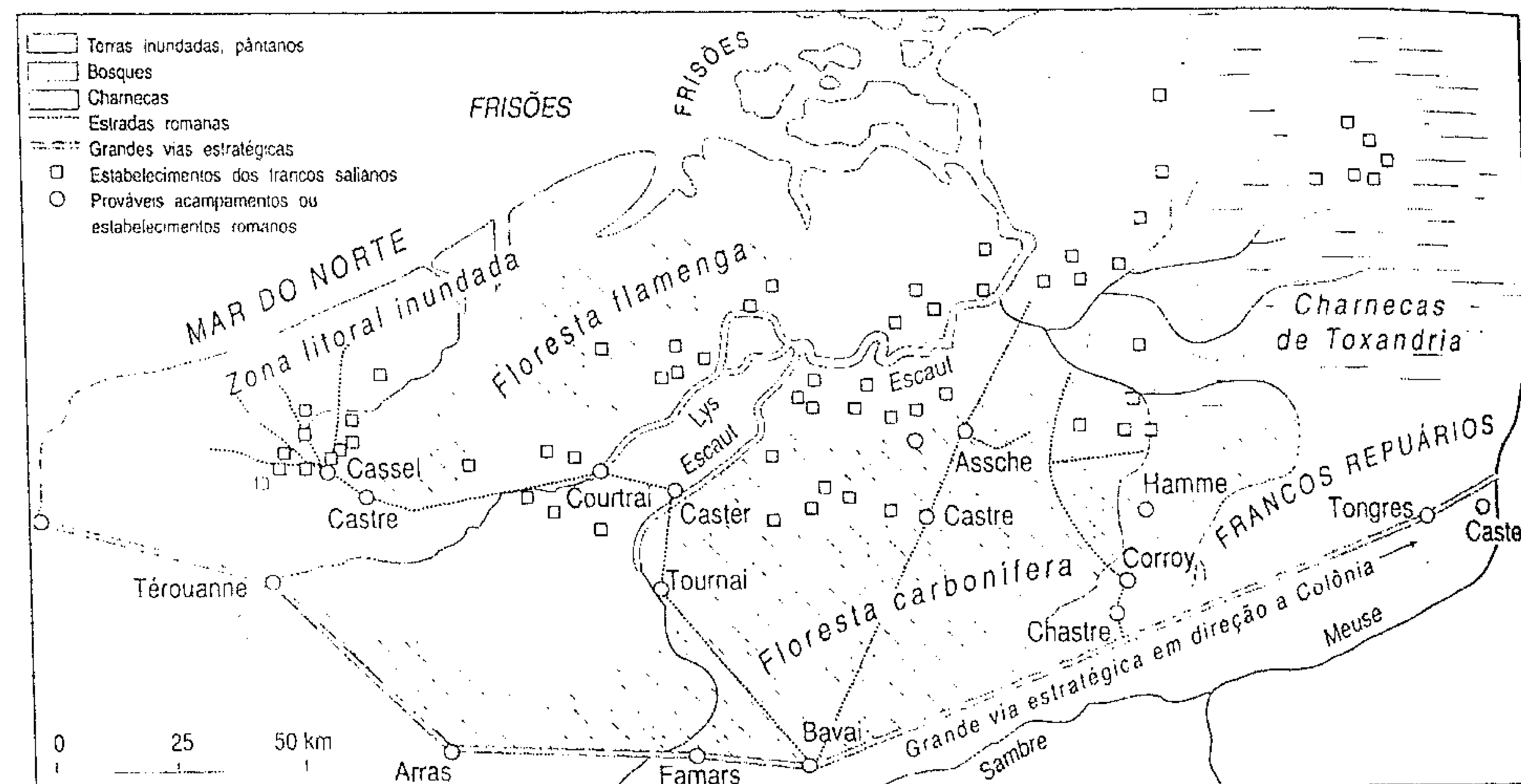
Frankfurt em 1646. (No primeiro plano, à esquerda, o Fahrtor, o Rententurm, as gruas)



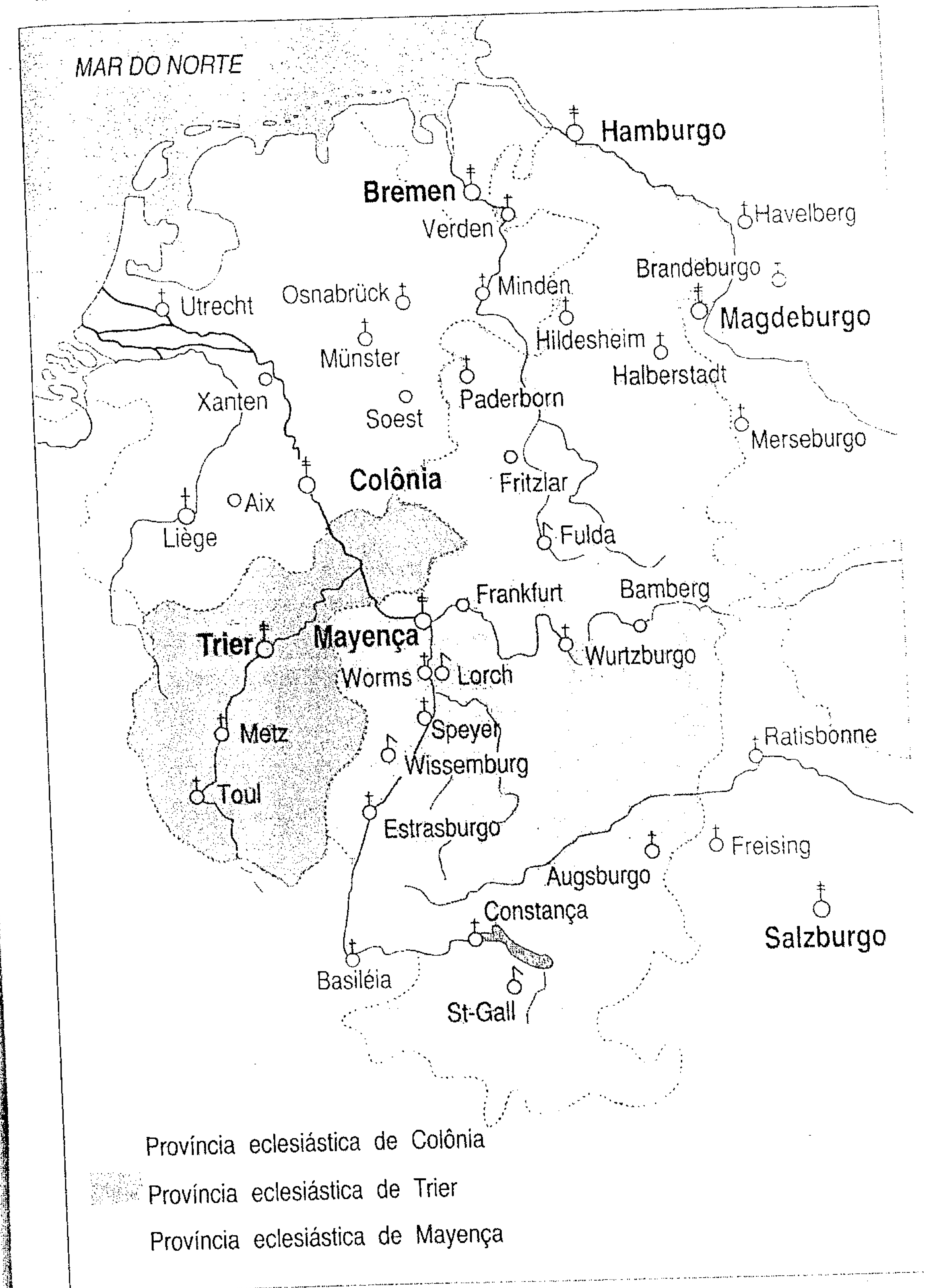
O Reno e seu equipamento viário no tempo do Baixo Império.



Estrasburgo em 1588.



A marcha dos francos salianos entre florestas e paludes e o limite romano entre o Mosa e o Mar do Norte. (Segundo G. Des Marez, *Le problème de la colonisation franque*, Bruxelas, 1926)



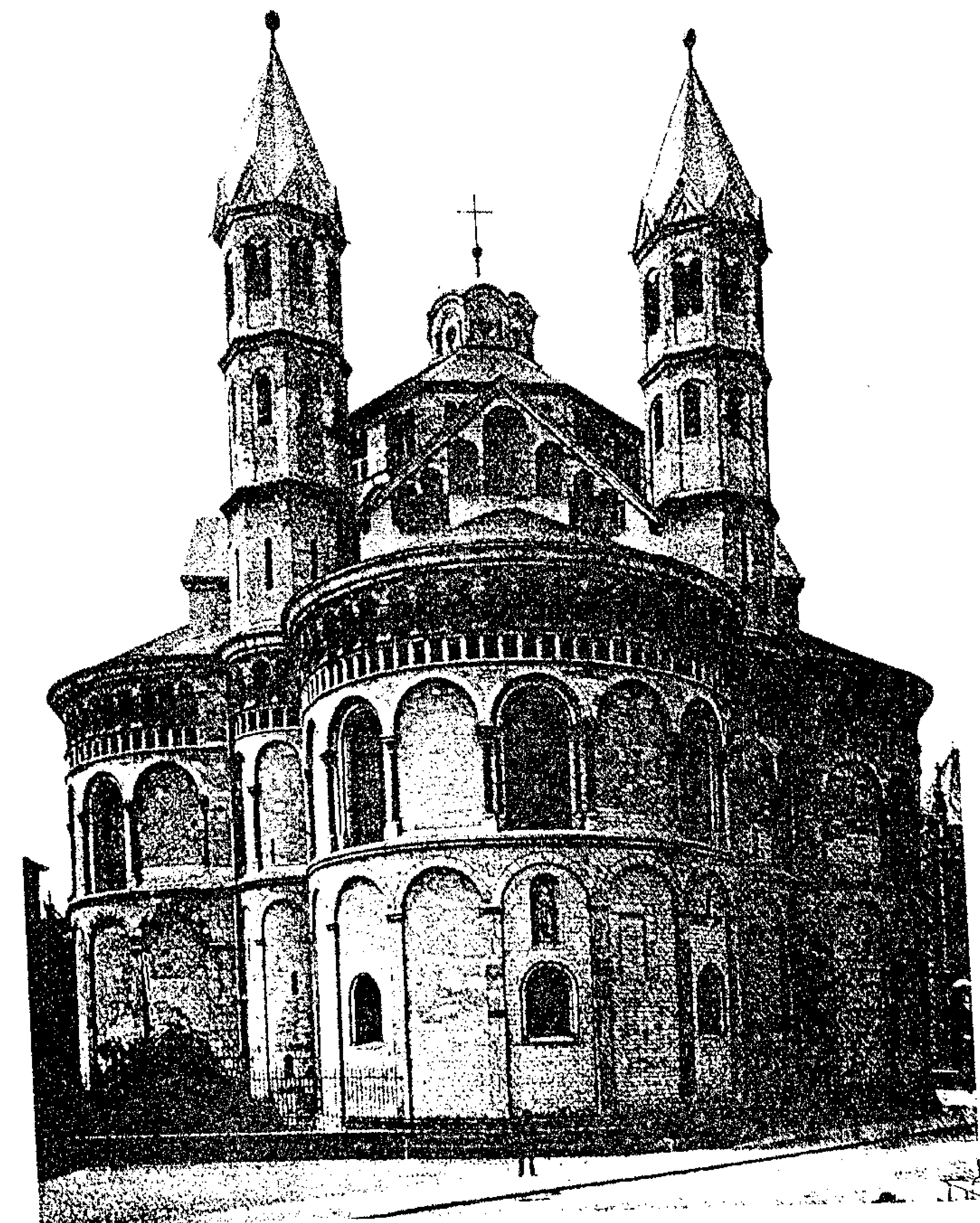
As grandes províncias eclesiásticas renanas no início do século XI.



Mayença em meados do século XVII. (No primeiro plano: o castelo, a ponte de barcos, a balsa no Reno; dominando a cidadela, o cenotáfio de Druso)



Worms e seus arredores no século XVI. (Cosmografia de Munster)



A bela igreja dos Santos Apóstolos em Colônia no final de 1920: abside e transepto (século XII).



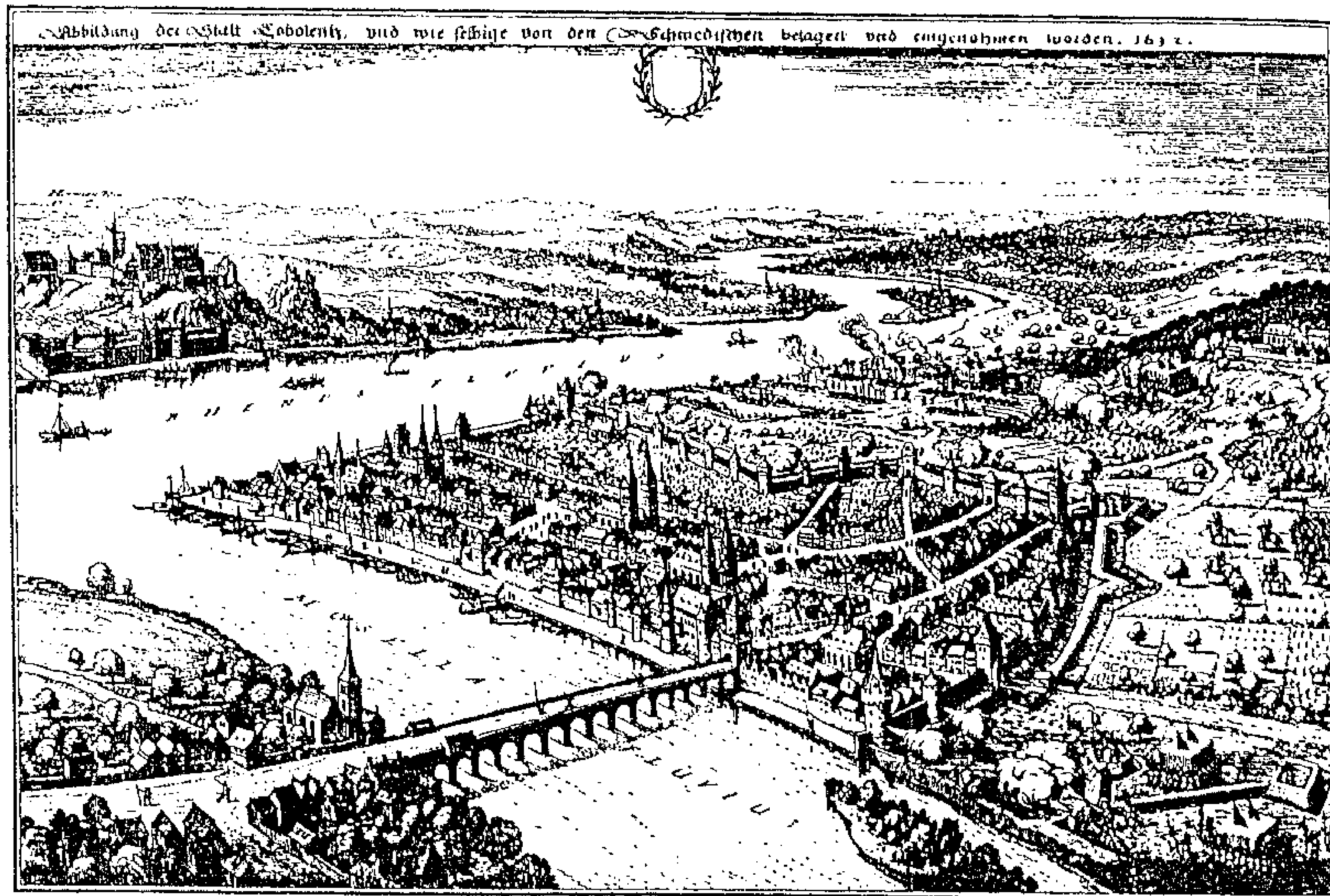
O belo Reno de Dordrecht, pintado por Jan Van Goyen. (Amsterdam, Rijksmuseum)



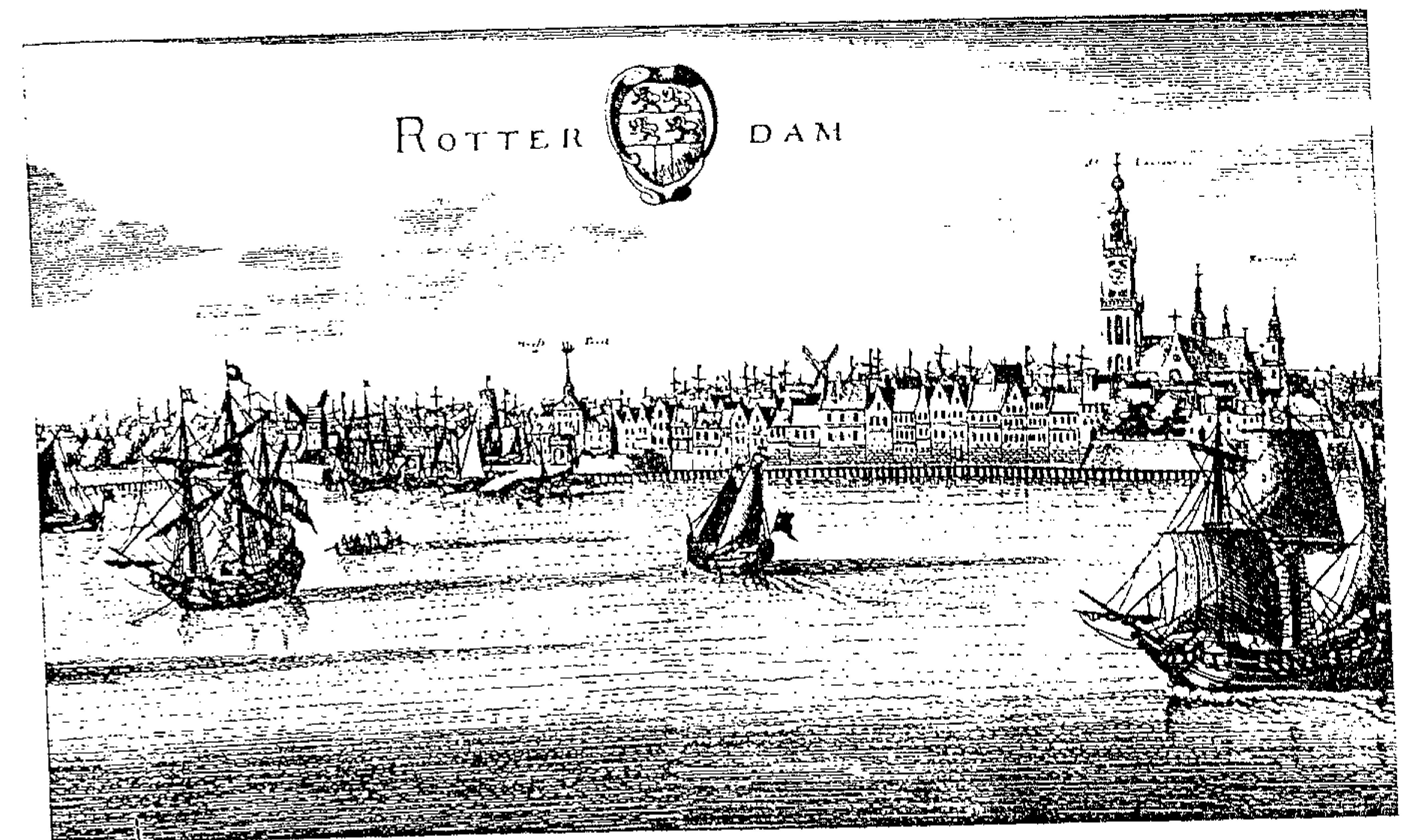
Uma virgem colonesa do século XVI: *A Madona da Flor de Ervilha*. (Colônia, Museu Wallraf)



O desembarque de santa Úrsula em Colônia, por Memling. Ao fundo, a torre de Saint-Martin-le-Grand e a catedral inacabada com sua grua. (Bruges, Hospital Saint-Jean)



Coblença durante o sítio de 1632.



A fachada de Roterdã sobre o rio na metade do século XVII.



A virgem da Violeta de Stephan Lochner. (Colônia, Museu Arquiepiscopal)



Um casal de grande-burgueses de Colônia; o burgomestre Arnold de Brauweiler e sua mulher Helena, por Barthel Bruyn. (Colônia, Museu Wallgraf)



Hans Holbein, o jovem: Boniface Amerbach,
basileu filho do impressor. (Museu da Basiléia)



Hans Holbein, o jovem: Georg Gisze, mercador renano.
(Berlim, Museu Kaiser Friedrich)



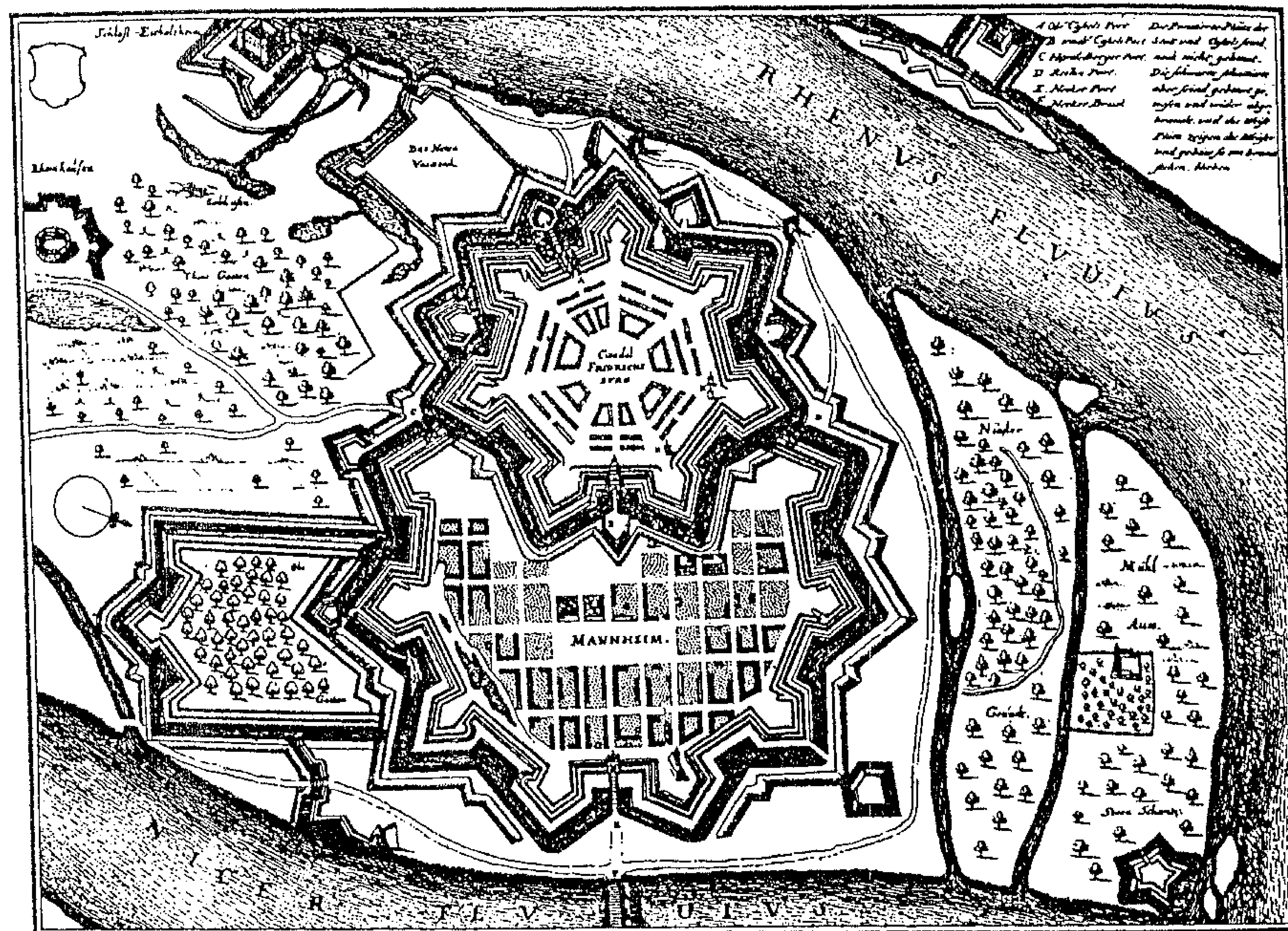
Hans Holbein, o jovem: Hermann Hillebrandt, patrício colonês.
(Berlim, Museu Kaiser Friedrich)



Os Valois da Borgonha no Reno. Filipe, o Bom, ajoelhado e Carlos, o Temerário, inclinando-se, como Reis Magos, na Adoração de Van der Weyden, pintada para a igreja de Santa Columba de Colônia. (Museu de Munique)



O castelo de Benrath, perto de Düsseldorf. (Nicolas de Pigage)



Uma cidade nova: a Mannheim do século XVII.

baseada na experiência do mundo, uma visão ampliada para além dos muros estreitos da cidade...

Isso, e a paz. A paz especial das cidades, agentes de segurança em um mundo de brutos; a paz que os cruzamentos de subúrbio, nos limites do território urbano, representam; a paz proclamada, lançada no ar, pelo sino de rebate, *Bergfried*, essa Torre da Paz — a paz do direito mais antigo de Estrasburgo, "assegurada para todos os homens, estrangeiros ou indígenas, em qualquer tempo e por parte de todos, *omni tempore et ab omnibus*"; uma paz mantida com rudeza, imposta à força de castigos e suplícios, amputações, enforcamentos, decapitações; uma paz que para o delinqüente exige olho por olho, dente por dente — mas que, estendendo-se a todos, grandes e pequenos, servos domésticos ou mercadores opulentos, torna-se lei suprema, dobrando diante de sua regra inflexível e uniforme as diversidades pessoais —, acaba, enfim, por fazer da cidade, como dizia Gierke, uma pessoa moral, um indivíduo político; *Gesamteinheit*, e não *Gesamtvielheit*...



Sem dúvida, essa espécie de unidade orgânica entre as cidades não exclui inúmeros contrastes entre elas. Ainda mais porque ali as considerações de fronteira, no sentido em que as entendemos, não desempenham o mesmo papel. Aqueles que tentaram apoiar a história das cidades em considerações dessa ordem e, em particular, das cidades alemãs consideradas como produtos de determinadas causas, engendradas por costumes e instituições especificamente alemães, todos eles perderam o rumo, pois, como nota Pirenne, "as constituições urbanas não são um fenômeno nacional". Elas não se inscrevem nem nos quadros políticos de um mundo que negavam e que o simples fato de sua existência servia para destruir, nem, com maior razão ainda, nos quadros de um mundo que elas não podiam prever, embora o estivessem engendrando: o nosso. Dos dois lados do Reno, a evolução das cidades prosseguiu idêntica; e se, entre todas aquelas que estudamos, cabe distinguir algumas grandes famílias — estas não são baseadas

em considerações de raça ou de nação; indiferentes às fronteiras, elas ligam Colônia, Mayença e Worms mais estreitamente a Reims, Laon e Cambrai do que, no mundo germânico, a Lübeck, se quisermos, ou a Magdeburgo...

Esvaziemos nossos espíritos, ainda uma vez, de preocupações tão habituais. Essas cidades renanas não estão *dentro* de Estados. Elas são seus próprios Estados. O basileu é basileu, o coloniano coloniano. Quem começa a interrogá-las, retrospectivamente, sobre suas origens e, como dizemos nós, sobre sua "nacionalidade", só consegue respostas capazes de nos deixar pasmos, pois estamos mal preparados para admitir que os francos tenham vindo dos troianos e, por isso, são primos germanos dos romanos descendentes de Enéias; ou, ainda, que sua língua é, na realidade, a língua gaulesa, aquela que se falava na Gália nos tempos de Júlio César. Vamos deixar essas fantasias de lado. Se as cidades renanas pudessem, apesar delas mesmas, reconhecer a causa de uma formação política superior a elas, acima delas, e a ela servir, seria ao Império, Santo Império romano germânico, que ligariam seu coração; a esse Império cosmopolita que visitava a Itália e as terras borgonhesas, assim como a Renânia e as terras propriamente germânicas. Seria a esse Império que tem sua força principal, segundo uma crônica do século XII, situada na região entre Mayença e Basiléia: *ubi maxima vis regni esse noscitur*. Sua tutela era doce, sua orientação para a Itália ou a Borgonha favorável às comunidades mercantis. Indiferentes às fronteiras, assim que ultrapassavam a de sua cidade, encontrando dentro delas mesmas os representantes de dez países "estranhos", elam eram cosmopolitas por profissão, sem dúvida, mas também por gosto e inclinação de espírito.

Não, não era fortuito o fato de as cidades renanas desempenharem tal papel na vida do Santo Império. Não é por acaso que abrigaram tantas associações e, como Worms, viram tantos atos solenes serem assinados dentro de seus muros; que em Frankfurt tenham sido eleitos os imperadores, antes mesmo que a Bula de Ouro editasse tal regra; que em Aachen, de Luís, o Piedoso, a Ferdinando I, trinta e sete césares de nação germânica tenham sido coroados; que em Speyer, enfim, na catedral fundada em 1030 por Conrado II, os imperadores, durante quinhentos anos, tenham sido sepultados. Do Santo Império às cidades do Reno, das cidades do Reno ao Santo Império. Há razões suficientes para a troca de declarações de mútua satisfação. A serviço dos senhores que os protegiam e cumulavam de imunidades e privilégios, os burgueses comerciantes colocaram muitas vezes sua jovem força política e militar, mesmo quando a causa parecia desesperada. Basta lembrar de Worms expulsando seu bispo porque este conspirava contra Henrique IV; ou de Mayença em 1077 — logo depois de Canossa — levantando-se em armas contra Rodolphe, rival de Henrique IV que queria sagrar-se rei na cidade... Mas foi quando, perdendo progressivamente crédito e poder, praticando, muito freqüentemente aliás, um absenteísmo perigoso, confessaram a ausência de qualquer poder central, que os imperadores prestaram um serviço ainda mais importante às cidades renanas. Obrigadas a contar apenas consigo mesmas por não poderem mais valer-se dos soberanos, *quasi destitutae regia defensione*, como diziam elas, Mayença, Oppenheim e Worms, em 1254, concluíram uma primeira linha, uma *Bund* à qual logo aderiram, com Colônia à frente, não apenas todas as cidades enfileiradas ao longo do rio, de Neuss a Basiléia, mas também as do Main, do Hesse, da Westfália, e ainda os domínios laicos e eclesiásticos preocupados com a própria sorte, inclinando-se diante da explosão urbana. Primeiro passo de um caminho que nossas cidades francesas, logo retomadas sob a tutela dos reis, nunca percorreram. Na chegada, um triunfo para o orgulho das cidades do Reno: a transformação das mais fortes entre elas em repúblicas se não plenamente independentes, ao menos amplamente autônomas. Senhoras e guardiãs de seus próprios destinos; de pé, sozinhas, diante das velhas potências.



Vamos ao momento em que essa evolução se completa, em que, subindo ou descendo o rio naquelas barcaças confortáveis de que falava Roger Ascham, por volta de 1550 — envidraçadas, bem fechadas, a vapor, e que os meninos seguiam ao longo das margens, cantando e pedindo moedinhas —, todos os estrangeiros maravilhavam-se, cada

um mais que o outro, com a riqueza, o poder das cidades renanas. Época em que, por exemplo, o futuro Pio II, Eneas Sylvius Piccolomini — esse viajante diplomata cuja vida foi traduzida em grandes afrescos, em Siena, na preciosa Livraria do Duomo —, consagrava às cidades renanas páginas entusiasmadas e, alternadamente, celebrava Colônia, rainha do Reno, suas igrejas sem preço, suas casas suntuosas, seus gordos burgueses, seu belo rio e os férteis campos que a nutrem; Mayença, que mereceu apenas uma crítica, a de ter ruas muito estreitas; Estrasburgo e seus canais límpidos em que o italiano saudava, menos malsã, uma segunda Veneza; Basiléia, enfim, suas moradias opulentas, seu Reno rápido e o sol brilhando sobre seus tetos envernizados: uma plêiade de cidades opulentas, orgulhosas de seu passado, seguras de seu futuro. Filhas de suas obras e testemunhas de uma vitalidade e de uma atividade raras: a dos grandes banqueiros e ousados comerciantes misturando as moedas de cem príncipes, de cem cidades, estendendo suas relações de Riga a Londres e a La Rochelle, de Bruges e Gand a Milão e Veneza, de Ratisbonne e Nuremberg a Genebra e Lyon. Altares vivos desse capitalismo audacioso e ao mesmo tempo ingênuo do Renascimento — sem freios, sem regra, passeando seus livres caprichos em um mundo em que as quantidades e volumes, sempre modestos, solicitavam ajuda e não ultrapassavam os poderes de ninguém; apoiado insolentemente, de resto, no sentimento de sua força nova, de seu prestígio crescido em uma noite, e que se recusa, potência orgulhosa, a tirar o chapéu diante das velhas morais e de suas observâncias.

Entre todas as cidades renanas, apesar dos ciúmes, das rivalidades, dos ódios remoídos longamente no correr dos séculos — uma solidariedade certa e eficaz. De culturas e gostos, bem mais que de interesses ou de diplomacia. De nada adianta o Reno ser cortado, como que talhado furiosamente em pequenas fatias, pelos pedágios que mostramos no mapa do *Geschichtlicher Handatlas der Rheinprovinz* — mais de sessenta de Basiléia a Tiel e Duurstede antes do início do século XV e em certo lugar (como de Bingen a Coblença, por exemplo) espremidos lado a lado; seu curso d'água de um lado, o vale do

outro, não deixa de formar um fio sólido e contínuo que liga uma a outra todas as cidades fluviais. E ao longo dessa corrente estendem-se os elementos de uma civilização comum, de uma civilização renana, não autóctone, sem dúvida feita, como sempre, de empréstimos e imitação: mas a combinação é original e o sabor particular. Empréstimos tomados a quem? Nesse eixo da Europa, um pouco a todos os países que se visitam ativamente e trocam seus produtos primeiramente, suas idéias depois. Mas, antes de tudo, à Inglaterra.

Sempre presente nos Países Baixos renanos, cedendo desde cedo sua lã e seu mel, a Inglaterra recebe, em troca, tecidos e vinho. Testemunho irrecusável de um tráfego tão precoce, suas moedas circulam desde o século XI em toda a Renânia — tanto que em Duisburgo, de 1024 a 1056, em Adernach também, e em Deventer, os tipos monetários anglo-saxões, aclimatando-se, tentam o buril dos gravadores de moedas locais. Mas este não é nosso domínio; e como não se trata aqui de matérias-primas ou produtos fabricados, mas de arte, literatura ou idéias, a Inglaterra toma, sem dúvida, mais do que dá. Que contrapartida ela poderia dar, quando recebia de um Holbein seus presentes sem preço: as efígies, mais vivas que a vida, de todos aqueles que lá governavam e comandavam? Nem os alabastros ingleses, estatuetas de estranha magreza; nem os retábulos de personagens moldados em um só bloco, longas mãos, longos pés, maçãs salientes — produtos de uma arte industrializada — poderiam fazer as vezes. Nem tampouco as influências, bastante imprecisas, do estilo perpendicular nas construções renanas do século XV. É verdade, considerando fatos completamente outros, que um movimento religioso como o dos Lollards teve suas repercussões naqueles países sempre prontos a receber as "novidades" e, por seus burgueses, a acolher com vivacidade qualquer não-conformismo secreto ou audacioso. É verdade também que, uma vez estabelecidos sobre uma fortuna mais estável, os jovens ingleses da aristocracia assumiam o hábito do "*tour* da Europa" e afluíam às universidades renanas. Os escoceses os precedem, numerosos, em Colônia no século XV: as matrículas o provam. Os ingleses, por sua vez, virão reforçar as influências nórdicas e marítimas — ao lado dos longínquos ribeirinhos do Báltico, han-

seáticos vergados sob a dura labuta, impondo contra suas penas a sólida desforra que a fortuna pode oferecer...

Na frente, os italianos. Eles também são muitos nos mercados renanos, ganhando o rio por Bruges, uma de suas praças-fortes, ou diretamente pelo mar; eles fervilham em Colônia, esse ponto de encontro, ou chegam a Basiléia e ao Reno superior por Gothard, enquanto os renanos, em sentido inverso, vão a Veneza, ou a Fondaco, e, de lá, à corte pontifícia, atraídos por tios e primos abastados: no tempo do bom alsaciano Burchard, mestre-de-cerimônias de Alexandre VI e testemunha impávida do reino dos Borgia, eles literalmente pululavam. Outros, no entanto, às dezenas, eram padeiros nas cidades — o pão renano estava na moda. Ou então, ofícios mais elevados, tornavam-se ourives, canhoneiros, mineiros do outro lado dos Alpes. Mas eles voltam, e trazem com eles um ar da Itália: costumes mais livres, gostos mais refinados, um gênio menos tenso, uma maneira mais humana e mais suave de viver a vida...

Enfim, em toda essa Renânia há, presente por suas idéias mais do que por seus filhos, a França. E que, sem dúvida, age por conta própria, diretamente e há muito tempo, com um pouco de jactância, talvez, como mostra o poeta:

Tout li grand seigneur, li conte et li marchis

que mantinham em suas terras gentes da França em abundância

*Por aprendre françois lor filles et lor fils...**

Francês, a língua — essa língua da qual tantas palavras, relativas à guerra, aos ofícios, às artes, aos hábitos de luxo, às maneiras de se comportar e sentir na vida, já enriqueciam os falares germânicos: mas, além das palavras, o que é desejado e obtido — inimiga

* Todos os grandes senhores, os condes e os marqueses
Para ensinar francês a suas filhas e seus filhos... (*N. da T.*)

da grosseria da bebedeira, da mentira, de uma imoralidade demasiado deselegante — é a "cortesia", esse ideal para o qual, no Ocidente cristão, os melhores não cessaram de voltar-se... Mas essa França age também, apesar das distâncias — e o excesso de guerras e calamidades explica suas renúncias e eclipses —, por pessoas interpostas, por corretores de influências que, quanto menos inquietantes politicamente, melhor recebidos serão. Age através de Flandres, que por tanto tempo dominou do alto sua arte e sua cultura. Através da Valônia e da região do Mosa, onde o elemento *thiois** sem dúvida fez progressos, mas não a ponto de transmutar o velho fundo valão. Ela age através das cidades eclesiásticas, Metz, Toul, Verdun — Cambrai também, mais ao norte —, que desempenharam na vida do Santo Império um papel nada negligenciável. Pelos súditos, enfim, e pelos príncipes borgonheses, os Valois da Borgonha, que, embora separados politicamente, não deixaram de veicular suas idéias, sua cultura.

Temos em nosso poder e publicamos as matrículas da Universidade de Colônia desde o século XIV. Uma mina para quem quiser explorá-las. Vamos ao tomo I, anos 1450-1454. De franceses, apenas um, um mestre *ès arts* parisiense da diocese de Langres; ou melhor, não deveríamos considerá-lo borgonhês? Nessa data, Dijon fazia parte da diocese de Langres. Seguem-se alunos da Lorena e dos principados episcopais, um de Nancy, um segundo de Lunéville e vários diocesanos de Toul: um Ulric des Hazards, um Jean de Vaubécourt e outros; mais adiante, os de Messina, diversos, e um de Valenciennes... Isso seguindo ao acaso; mas vamos ao índex geral da compilação: diocese de Cambrai? Ela fornece tantos estudantes a Colônia quanto uma diocese renana. Dioceses de Toul e de Metz? Eles também são muitos. Reims, passavelmente, assim como Thérouanne e Amiens. De Besançon, Verdun, Arras, poucos visitantes; de Liège, muitíssimos. Quanto às dioceses renanas, todas figuram nas listas: Coire, Constança, Basiléia,

* Do alemão *theotisk*. Dizia-se do alemão e da língua alemã. (*N. da T.*)

Estrasburgo, Speyer, Worms, Mayença, Colônia naturalmente, Trier, Utrecht; mas, aqui, as matrículas falam por si.

Voltemos, com efeito, a esses anos 1450-1453, escolhidos ao acaso. Proveniente do sul de Colônia, uma clientela restrita: como Basiléia e Mayença não nasceram para a vida universitária, Heidelberg desvia os contingentes do alto Reno. No entanto, temos estudantes de Constança; de Speyer, o famoso Gabriel Biel; e outros de Boppard, Bacharach, Coblença, Andernach, Bonn. Temos, ao norte, os jovens de Aachen, de Wesel, de Xanten, de Arnhem, de Utrecht e de Leide, de Gouda e de Delft, de Dordrecht e de Rotterdã. E depois os flamengos: de Malines, Gand, Dixmude, Tournai, Cassel. E os holandeses: de Haarlem, de Amsterdã, de Texel. E o pequeno mundo especial de Ijssel: os de Kampen, Zwolle, Deventer, Zutphen, capitais dos Irmãos da Vida Comum. Além, o grande batalhão dos hanseáticos, o aporte de Groningue e Emden precedendo os de Bremen, Lübeck e até mesmo de Reval. Sem falar do contingente habitual de escoceses. Há no Reno um desfile interminável, uma mistura perpétua de homens e idéias, de costumes e linguagens. Ao mesmo tempo em que os habitantes de Colônia, Mayença, Estrasburgo e Basiléia, em grupos ou isolados, viajam para o exterior — os clérigos buscando em Paris as contribuições sutis de uma cultura mais precoce; os juristas ganhando a Itália, sobretudo Bolonha, mãe dos estudos; os outros, "mecânicos" e comerciantes, impondo-se em toda parte por sua dedicação ao trabalho, sua ordem e disciplina —, inversamente multidões cosmopolitas não cessam de subir e descer o vale.

Deixemos os comerciantes com seus lucros. Vamos contar, porém, os peregrinos que vão de santuário a santuário, de relíquia em relíquia, alguns voluntários, outros expiando algum crime ou delito, condenados pela justiça de suas cidades. Munidos pelo justiceiro da faixa e do bordão simbólico, lá se vão pelas estradas, às vezes isolados, às vezes grupados em destacamentos, em "matilhas" como se dizia — os mais culpados de pés nus e cabeça descoberta. Ora, vejamos no livro de Van Cauwenberghe a lista dos locais reverenciados que os magistrados de Gand poderiam escolher para dosar as penas. Ao lado

dos santuários universais: a Trindade de Vendôme; São Martinho de Tours; Nossa Senhora de Rocamadour; Santiago de Compostela; o grande São Pedro de Roma; São Nicolau de Bari; Chipre; ao lado daqueles que, mais especialmente, atestam as tradicionais relações de Flandres tanto com o Báltico (Santo Adalberto de Danzig, Nossa Senhora de Koenigsberg, Nossa Senhora de Riga, Santo Olavo de Trondheim), quanto com a Inglaterra e a Escócia, de São Gil de Douvres e Santo Tomás de Canterbury a Santo André da Escócia, passando por dez outras: eis, escalonadas de Nossa Senhora de Basiléia a São Martinho de Utrecht, as peregrinações renanas: São Teobaldo de Thann, Nossa Senhora de Frankfurt, São Martinho de Mayença, São Werner de Bacharach, Nossa Senhora de Coblença; para coroar o todo, Colônia, a cidade de Santa Úrsula, a vila dos Três Reis; Colônia e o que a cerca: Heisterbach, São Josse de Walperberg, Nossa Senhora de Stommelen; Colônia, onde, em dezenove paróquias, vinte e dois monastérios, onze igrejas colegiais, doze hospitais e cem capelas, mais de mil missas são celebradas a cada dia. Colônia e, naturalmente, Aachen também; Aachen, onde, certas vezes, os telhados das casas vizinhas à catedral são retirados para permitir que os peregrinos, espremidos uns sobre os outros, vejam, através dos vitrais flamejantes ou sobre o átrio, o clero cintilante de ouro a exibir as relíquias...

Zelo de ingênuos, em que a curiosidade podia ser saciada. Mas pensemos também nas doutas, piedosas pessoas atraídas, de monastério em monastério, pelo renome dos místicos renanos: como nosso Lefèvre d'Étaples, peregrino de alto saber em busca de alimento para uma fé insaciável. Pensemos nos estudantes propriamente ditos que, de Basiléia e Friburgo, fundadas respectivamente em 1460 e 1457, vão até Heidelberg, a decana; Mayença, a caçula, criada no mesmo ano em que morria o Temerário; Colônia, enfim, cujo primeiro reitorado data de 1389. Verdadeiros altares onde comungam fraternalmente os renanos de toda a Renânia. Queremos experimentar a forte sensação dessas relações incessantes? Basta contar, no tomo I das matrículas de Heidelberg, publicadas por Töpke, as proveniências dos estudantes inscritos — digamos, ao acaso, entre 1450 e 1453 — na Universidade de Neckar. Não

há uma cidade sequer, de Coire a Utrecht, que não diga presente à chamada. Aqui, com seu séquito, dois nobres de Coire. Ali, em grupos bem compactos, jovens de Constança, Lindau, Rheinfelden; acolá, os de Berna, Sursee e Memmingen. Depois, os de Basiléia e Estrasburgo, os de Landau e de Germersheim; mais adiante, os de Bade, Pforzheim, Stuttgart; na outra margem, os de Saverne e Sarreburgo; descendo o rio, os de Speyer, Worms, Mayença, Frankfurt, Bacharach; os moselanos das dioceses de Trier e Metz; os de Colônia, de Liège; de Bruxelas mais adiante; ao norte, os de Wesel, Utrecht, Amsterdã... Como maravilhar-se, depois disso, com a unidade renana, tão vivamente sentida nessa época? Como mostrar-se surpreso se todos esses homens — aqueles que chamamos de suíços e aqueles que dizemos alemães ou holandeses, os suevos laboriosos, os alsacianos rebeldes, os pedagogos da Westfália, os belgas tenazes —, se todos eles, igualmente, sem distinção anacrônica de raça ou nação, colaboravam com homens de todos os lugares nessas grandes criações que destacamos e sobre as quais espetamos, em seguida, um nome de cidade — e não estamos errados, pois foi no recesso da cidade que se fundiu, efetivamente, a liga: de quantos metais e com quantas mãos?

Mas deixemos de subterfúgios e vamos logo ao mais significativo. Pintura coloniana, misticismo coloniano: o que há de mais distinto, de mais marcado pelo selo de uma cidade? Lembremos, uns e outros, nossas primeiras visitas à coleção do cônego Wallraf, essa abundância de pequenos painéis, todos de uma mesma família, sobre a parede — painéis sobre os quais Baedeker, condescendente com a miséria humana, nos adverte de antemão "que pouco agradarão ao simples visitante". Lembremos nossas peregrinações de igreja em igreja, de capela em capela, através da cidade borbulhante de vida nova: a estranha cidade onde, do subsolo de uma estação toda moderna, o viajante surge entre duas fileiras de porteiros engalanados, aos pés de um Domo mais gótico que o natural... Então, enquanto deixamos flutuar diante de nossos olhos a imagem levemente pálida desses jardins do Paraíso, desses bancos de relva, desses buquês de rosas que por tanto tempo

murmuraram suas canções cândidas ao ouvido das monjas ajoelhadas; enquanto trazemos conosco, para confrontá-la com a imagem das *Vinte e Quatro Cenas da Vida do Cristo* tão caras ao coração das Clarissas lânguidas, a lembrança meio esmaecida de uma *Virgem da Flor de Ervilha* que valeu a seu pintor o anátema excessivo de J.K. Huysmans, inimigo truculento "dos subterfúgios e da lisonja"; enquanto, na atmosfera de incenso e ouro pálido que flutua ao longo dos deambulatórios, em torno das absides trançadas de Santa Maria do Capitólio, evocamos as jovens exaltadas que, logo cedo, fizeram dos países renanos o lugar de eleição de um misticismo visionário, alternadamente segundo são Bernardo, são Boaventura ou Mestre Eckhart — esse Mestre Wilhelm simbólico a quem continuamos a atribuir tantas obras que ele sequer conheceu ou que saíram das mãos de seu pupilo, Hermann Winrich, o Weselense, ninguém pode afirmar que era coloniano nascido à sombra do Domo; então deixamos de pensar que aquele Stephan Lochner que chegou a tempo de injetar sangue novo à escola, perdida em repetições, veio da Suábia para ser de Colônia: de uma Suábia robusta onde os Witz começavam a se expandir. E também da Suábia, *Maître de Saint Barthélemy*: para nós, assíduos do Louvre, o *Maître de la Déposition de la Croix* patético e maneirista que leva, marcadamente, a nota coloniana até lá. Mas e o *Maître de Saint Séverin*, que não ignora Metsys? Um holandês. Josse Van Cleve, o *Maître de la Mort de Marie*? De Anvers, formado na Calcar nascida da colonização das gentes de Gueldre e dos holandeses. Nesse grupo de artistas onde só os colonianos fazem falta — quantos borgonheses na escola de escultura fundada, em Champmol, por Claus Sluter? Quantos provençais na escola de Avignon? Nesse grupo de artistas onde não se encontra um coloniano que ressalte, podemos encontrar até um francês, Pierre des Mares: no altar-mor de Saint-Maurice, ele deixou alguma coisa do "Mestre dos Moinhos"...

Uma escola? Pode ser. No começo, maneiras comuns de exprimir-se; um ideal conventual, aquele das monjas que encomendaram, para sua recôndita alegria, tantos painéis místicos: elas apreciavam o charme levemente pueril das renanas de cabelos trançados que os ilumina-

dores transformavam em Madonas: pálpebras pesadas caindo sobre olhos sem pensamento, olhares de sonho ruminando uma felicidade contemplativa. Elas se enterneciam com seus Meninos Jesus, evocando uma maternidade toda ideal; impondo seus gostos, seguravam um Lochner no declive que o teria jogado, de boa vontade, aos pés de Van Eyck — basta pensar na *Virgem da Violeta* de espáduas descaídas, de postura arcaica, cuja boca sem lábios recusa-se à vida... E então? A vida é mais forte. Os temperamentos liberam-se, os exemplos flamengos falaram mais alto que as lições caducas de "Mestre Wilhelm". Ontem, o gosto das monjas; hoje, dos burgueses. Ontem, a peste negra, a intimidade com a morte, o apelo do claustro; hoje, a vida intensa, o vinho de Beaune, o ouro e tudo que ele permite. A escola mística chega ao fim com esse robusto *bon vivant*, retratista de burgueses bem-sucedidos: Barthel Bruyn, vindo da Holanda para pintá-los. Mas, eles quem? Colonianos de velha cepa? Compatriotas seus, isso sim: como aqueles que, três séculos antes, faziam pensar em Jabasch: os Hackeney, vindos também da Holanda para se tornarem — espécies raras — Mecenas de grande gosto.

Escola coloniana, escola de todo lugar. Influências de todo lugar. Aqui, deslizando em direção ao Reno médio, as da Boêmia — dessa escola de Praga que mestres em sua maioria estrangeiros fundaram, em 1350, a chamado de Carlos IV: à frente deles um renano, Nicolas de Wurmser. Sutis e disfarçadas sob cem diferentes aspectos, temos as influências da Itália, de Siena ou da Úmbria. Aqui, vindos do Norte, os ventos fecundos dos franco-neerlandeses e a lição de Hubert Van Eyck, cujo desaparecimento o cronista do convento de Thann reportou em 1426; e o exemplo brilhante de Van der Weyden, cuja *Adoração dos Reis* estava exposta na igreja de Santa Columba, em Colônia mesmo, e que de lá seguiu para Munique com a coleção Boisserée. Eis finalmente, para abreviar, os eflúvios borgonheses que, de Dijon, através de Besançon e do Comté, ganharam a Basiléia: já em 1418, o Magistrado, ao tratar com um alsaciano de Schlestadt, Hans Tieffenthal, a decoração de uma capela, especifica que seu trabalho deve seguir "a Chartreuse de Dijon na Borgonha" e, portanto, inspirar-se nos exemplos de Malouel e Hermann de Colônia... Mais ainda, de 1411 a 1426, foi através da corte de Catarina da Borgonha, filha de Filipe, o Audacioso, viúva do duque da Áustria, Leopoldo, e que, cercada unicamente de borgonheses, residia alternadamente em Ferrette, Thann, Ensisheim e Belfort; de 1414 a 1418, através do concílio de Constança, espiritualmente dominado por Gerson e pela Universidade de Paris e temporalmente por Pierre d'Ailly e os Valois da Borgonha; e de 1431 a 1433, através do concílio de Basiléia, que se expandiu nos países do Reno superior e de lá — as águas renanas são rápidas na descida — para todo o vale, uma contribuição alegre de formas e idéias, modos de ser e de sentir: devemos dizer borgonheses? Claro, pois sabe-se que na Borgonha materializou-se, então, uma dessas combinações prodigiosamente sutis de ideais diversos e gênios opostos: material capaz de fazer, cinco séculos depois, o desespero dos classificadores...

Ações e reações. Os holandeses, os flamengos invadem Colônia, sobem de lá para Mayença e Estrasburgo, chegando até Basiléia: inversamente, os de Basiléia, Estrasburgo, Mayença descem o curso d'água em direção a Colônia. Um exemplo, um só: Memling, o Mayenciano, nascido perto de Aschaffenburgo — mas Grünewald também não veio de Aschaffenburgo para Colmar — para em Colônia, antes de ir a Bruges, pintar, com pincel minucioso e suave, o relicário onde, sem renunciar jamais à alegria de embelezar, figurou a história coloniana por excelência: a de Santa Úrsula e as Onze Mil Virgens. Memling, um príncipe. Mas, e os senhores menores? Um Hans Witz pai, de Constança: a serviço de João V, duque da Bretanha, em Nantes; a serviço do concílio em sua cidade natal; a serviço do bom duque Filipe. E Haincelin de Haguenau, vindo dos célebres ateliês de iluminuras de sua cidade natal? Estava em Paris, por volta de 1403, no bairro dos Lombards, rua Quincampoix. A serviço de Filipe, o Audacioso, em 1407, e de Isabel da Baviera, para quem, na mesma época, trabalhava Hermann Winrich, o Weselense, coloniano discípulo do Mestre Wilhelm. Igualmente a serviço do conde de Holanda, Guilherme IV de Baviera-Hainaut, junto com os sobrinhos de Jean Malouel, Pol de Limbourg e seus irmãos. A serviço de Luís de França, duque de Guyen-

ne, e de João, duque de Berry. Êmulo de Jacques Coëne, o Brugense — de que país, finalmente, e de que escola?

Na verdade, naquele convento de São João sob as Tílias, o Unterlinden de Colmar, foro ardente de êxtases e beatitudes "onde Jesus, que vivia no monastério, descia a seu grado, como escreveu Huysmans, em qualquer ajuntamento de almas", começamos a experimentar uma admiração sem fim pela prodigiosa obra-prima de Grünewald que lá encontrou asilo, se não paz: se a cada desvio de nossas contemplações uma questão surge, uma aproximação nos perturba, uma inquietação nos fere, é porque exatamente ali, na presença de uma obra tão pessoalmente trágica e veemente, "com suas violências de apoteose e seus frenesis de catacumbas", temos que dizer, não o nome de um homem: o nome de dez gênios que misturaram suas contribuições; o nome de dez afluentes que perderam suas águas no leito de um rio majestoso.



Arte, artistas; mas e os místicos propriamente ditos? Aqueles que faziam curvarem-se as monjas nos conventos, prosternadas aos pés do Cristo na cruz? Aqueles que dispensavam alimento espiritual aos homens, às mulheres do século e, nas horas terríveis da Grande Peste, salvaram tantas almas delicadas de dúvidas demasiado pesadas para elas? Colonianos? Não mais que os pintores: renanos, no sentido mais amplo da palavra. Mestre Eckhart? Nascido na Turíngia, fez seus estudos em Paris, pregou em Estrasburgo, professou em Colônia. Tauler? De Estrasburgo, pregador em Colônia, mas que foi morrer em Estrasburgo. Suso? Um suevo de Ueberlingen, às margens do lago de Constança e que foi enterrado em Ulm. As influências? Como elas afastam o analista, levam-no para fora do Reno, em direção à França de são Bernardo, em direção aos vitorinos, entre os quais havia renanos, em direção à Flandres de Ruysbroeck, nascido entre Bruxelas e Hal e que viveu em Groenendael, na floresta de Soignes...

As influências — mas o terreno também? O solo em que semeavam esses homens, que não pregavam para pequenas capelas: Tauler distribuía sua palavra a todos, sem escolha prévia ou distinção. Lá também, que trabalho e há quantos séculos! Como cresceu o eterno fermento do panteísmo popular, que em tão boa hora fez nascer em terras renanas inúmeras pequenas comunidades trabalhando para construir, na vasta e indulgente cristandade, refúgios particulares feitos à sua medida? Eis os Béghards e Béguines que fazem fortuna em Liège, Gand, Bruges e Antuérpia, que logo ganham o Reno, Colônia, Mayença, Estrasburgo e Basiléia. Eis a progenitura multiforme dos cátaros e dos valdenses, do velho Amaury de Bêne e de Ortlieb de Estrasburgo — toda essa fauna de heresias de nomes inquietantes e bizarros, cujos adeptos irão se fundir, mais ou menos, com seus Irmãos e Irmãs do Livre Espírito, já numerosos em Colônia no século XIV. E quando, por volta do final do século XIV, surgiu uma reação contra os excessos especulativos de uma espiritualidade ambiciosa demais; quando cresceu na Holanda o movimento considerável da *Devotio Moderna*, lançado por um homem de Deventer, Gerard Groot, que estudou sucessivamente em Aachen, Colônia e Paris; quando, por ação de seu discípulo, Florent Radewijns de Leerdam, perto de Gorchum, o monastério de Windesheim começou sua gloriosa carreira de iniciação e renovação — tratava-se de um elemento a mais que vinha enriquecer esse pandemônio religioso das terras renanas, onde se misturavam incessantemente as formas de contemplação e de ação mais heterogêneas; onde se propagavam incessantemente, por ondas e pulsações, movimentos nascidos muito longe e que irão morrer ainda mais longe: não há quem, depois de ter cruzado as cidades renanas, não saia de lá mais aberto, mais rico, marcado por um selo especial. E quando, no começo do século XVI, as multidões começaram a vibrar com a voz de Lutero, não devemos nos espantar com o fato de que — nos Países Baixos, na região de Munster cheia de afinidades renanas e igualmente na Alsácia e na Suíça — o eterno fermento tenha suscitado, com os libertinos espirituais e os anabatistas panteístas, toda uma provisão de heresias cem vezes encurraladas, de fantasias herdadas de uma tradição milenar: as do peleteiro de Schwæbisch-Hall, Melchior Hofmann, que tiveram seu quartel-general em Estrasburgo por um período; ou do padeiro de Haarlem, Jan Matthijs; ou do belo Jean de

Leide — sem contar os libertinos de Antuérpia e os homens do Norte, como Coppin de Lille, Quintin de Hainaut, Pocques e outros que, por um instante, souberam tocar a França, excitar a curiosidade simpática de Marguerite de Navarra, inquietar Calvino e seduzir Buzer em Estrasburgo, no tempo em que o vidreiro de Delft, David Joris, pregava à sombra da catedral.

Um borbulhar de seitas, de grupos, de comunidades espalhadas testemunhava uma extrema confusão dos espíritos. Um labirinto de inquietudes, em que mesmo os mais expertos em história religiosa e teologia perdem o fio a todo instante, e de obras pessoais que, finalmente, são, todas ao mesmo tempo, obras coletivas. Não é significativo que um livro que revela tanto uma época quanto um temperamento — *Imitation*, alimento vivificante de tantas almas solitárias — tenha sido reivindicado por um francês, Gerson? Mas desçamos um grau: e a devoção do Rosário, a coroa de rosas simbólica do Livro de Salmos de Maria? Foi Henri Egher, um frade cartuxo de Colônia, nascido em Calear, quem inaugurou o grupo das *Ave*, às dezenas, separadas dos *Pater*; foi Dominique da Prússia, cartuxo de Trier, quem completou a devoção; e foi Alain de la Roche, um dominicano bretão familiar às cidades francesas do norte, que a divulgou nos Países Baixos e difundiu na Renânia, suscitando confrarias do Santo Rosário por toda parte, agrupando e reforçando, de parte a parte, as devoções mais características da Idade Média que se apagava...

Nascimento, expansão, obras coletivas... Um último exemplo, a imprensa. Preparada e como que esperada em todos os cantos, assume finalmente, em terras renanas, sua forma definitiva, e quando, após a tomada de Mayença por seu arcebispo, em 1462, ela se propaga por toda a Europa — que prodigioso sucesso para esses renanos viajantes, apóstolos da arte nova, que em alguns anos difundem-na pelos quatro cantos do mundo! Os "armeiros da civilização", diz Lope de Vega, forjando as armas do mundo moderno: em Granada, apenas retomada do Islã em 1494, é possível assinalar a presença de três impressores: um de Estrasburgo, outro de Speyer, o terceiro de Geileshofen. Na ilha de São Tomé, no golfo da Guiné, vão parar dois impressores: um de Nördlingen, outro de Estrasburgo... E ao lado daqueles com quem podemos cruzar em todas as estradas do mundo, empurrando charretes em que, com alguns cordões, empilham-se os suportes de uma imprensa a braço, caixas, caracteres, porta-páginas e que seguem, famélicos, através das terras; ao lado daqueles que, seguindo caminho, sonham com a acolhida hipoteticamente amável do bispo, do cônego, do abade curioso e acolhedor para quem, hospedados e desobrigados de qualquer despesa por seis meses, eles imprimiriam de muito bom grado os *Estatutos diocesanos*, um *Breviário*, as *Horas de Nossa Senhora* ou o *Manipulus curatorum*, cujo texto, à força de tanto compô-lo, os velhos companheiros seguramente sabem de cor. Ao lado desse exército militante de aventureiros, batedores de estradas, divulgadores do Livro em marcha, existem — sedentários, bem assentados nas cidades renanas — aqueles que nelas fundam estabelecimentos poderosos, mantêm agentes e batedores em todo lugar, vendem no universo os livros fabricados na Renânia, mas também, na Renânia, os livros de todos os outros lugares: grandes clássicos de Veneza, preciosas edições aldinas que Lachner, em Basiléia, e seu genro Froben fazem chegar às toneladas, assim como Birckmann em Colônia e vinte outros. É, na verdade, justo que, precisamente no país renano, a feira de Frankfurt tenha se transformado rapidamente numa feira de livros; que anualmente, em uma espécie de congresso ao mesmo tempo mercantil e espiritual, ela reúna representantes de vinte nações civilizadas. Pois os renanos dominam, por um período, o mercado intelectual do mundo. E recarregando o país onde moram com uma nova dose de influências e idéias de todos os lugares, eles trabalham para o advento desse Renascimento, desse humanismo do qual foram, no sentido pleno da palavra, os apóstolos.



Se quisermos ver, com os olhos do corpo e do espírito ao mesmo tempo; se quisermos ouvir tudo aquilo que, nesses ambientes privilegiados do Reno, alguns podiam adquirir de distinção, de elegância soberana e de nobreza familiar, voltemos a Basiléia, ao museu, para

contemplar longamente essa maravilha: o retrato que Hans Holbein nos deixou do filho mais velho de Jean Amerbach, o impressor.

Esse jovem amigo do velho Erasmo, que para ele encontrava acentos de desusada ternura, aparece em sua tolerante humanidade: uma das luzes da Reforma em Basiléia — mas o cardeal Sadolet não deixava nunca, sempre que a ocasião se apresentava, de passar-lhe longos sermões afetuosos; um evangelista sincero que nada ignora do que representam um Farel ou um Bèze, não hesita, no entanto, num dia em que eles se exaltam contra a memória de Erasmo, a fustigar com uma dura réplica sua inconveniência de militantes. Um homem. Lá está ele, tal como, aos vinte e quatro anos, apressava-se a ganhar Avignon para receber as lições do grande Alciat: realmente belo, potente e de uma graça viril feita de retidão e modéstia. Uma resposta viva àqueles que seguem dizendo que a parcialidade, o fanatismo cego eram, para os homens do século XVI, inelutáveis necessidades. Ora, diante dessa efígie, quem articularia um nome de cidade? Com certeza, um grande homem de Basiléia, Boniface Amerbach; mas todos sabem que ele é de Basiléia; ninguém, ao vê-lo, diria: é um suíço, ou então um alemão. Boniface Amerbach, representante de um tipo físico e moral bastante raro, sem dúvida. Porém mais ainda produto de uma cultura. Da cultura realmente humana dessas cidades do Reno, criações magníficas de um rio e de seu gênio, quando se sentiam livres de suas afinidades — livres para chamar a elas, naquele final da Idade Média ainda pouco sujeito às necessidades das políticas nacionais, as energias e os talentos dos homens de vontade franca, qualquer que fosse sua origem ou marca de Estado.

2. DAS CIDADES AOS PRÍNCIPES

Assim, às margens do Reno, uma linhagem de grandes cidades estendia ao sol bem mais que orgulhosas fachadas de palácios do governo. Herdeiras de vários séculos de uma prosperidade atravessada por rudes catástrofes, sem, no entanto, deixar de progredir, elas deixavam ao

viajante essa impressão de vida exuberante que, a quatrocentos anos de distância, é traduzida pelas gravuras de cosmografias e por aquelas inumeráveis estampas que, sem medo de repetições, os velhos mestres consagravam aos costumes, aos ofícios, aos hábitos de uma sociedade rica de pitoresco: não nos cansamos, hoje principalmente, de reuni-las na Alemanha. *Deutsche Vergangenheit...*

Esse orgulho é compreensível. E não importa a nação à qual declaramos pertencer, podemos dividi-la, desde que tenhamos em nós a preocupação da cultura. Essas cidades renanas conheceram então algumas décadas de pleno sucesso. Não por seu tamanho: Basiléia, por volta de 1450, contava somente com 8.000 cidadãos, e Frankfurt, em 1440, com menos de 9.000; Nuremberg, na mesma época, apenas ultrapassava os 20.000. A verdade é que essas cidades souberam realizar seus objetivos. Nelas, de maneira fugidia, mas com brilho, um ideal encarnou-se: de cultura burguesa, urbana e renana, ao mesmo tempo.

O Reno, por um instante, encontrou-se em condições de desempenhar seu papel. O de um rio que as leis geográficas não criaram para que dividisse heranças ou ditasse a tais homens, contra tais outros, sentimentos de ódio e de inveja assassina. O papel de um rio que, ao mesmo tempo, divide — porque largo, profundo, rápido, ele é um fosso — e reúne — porque, livre de obstáculos, animado por uma velocidade própria para a descida, ele é estrada. Mas ele não reúne fatalmente; cabe aos homens buscar ou rejeitar a união. Ele não divide necessariamente: os homens são livres para passar de uma margem à outra, para utilizar os baixios, os bancos de areia, a prancha natural dos gelos, a prancha humana das pontes. Toda uma gama de possibilidades, nenhuma fatalidade: é o que ele oferece, como dote, às sociedades humanas que dele se aproximam e o enquadram. Por terem percebido algumas e delas se apropriado, as cidades renanas do fim da Idade Média merecem que saudemos nelas o sucesso do gênio humano.

Esse sucesso teria, porém, condições de prolongar seus efeitos? Nós — bela jogada, profetas depois do acontecido — podemos responder: não. Mas nosso ofício é compreender e explicar. Esse eclipse das cidades há pouco radiantes e que tão repentinamente abandonam

seu lugar na história da Europa; esse declínio de uma forma particular de cultura e civilização — podemos ver suas causas? Certamente, e ligadas, precisamente, a um dos aspectos mais nítidos desse problema histórico do Reno, do qual tentamos esboçar aqui o que nossos pais chamavam de "perspectiva de cavaleiro". *Deutsche Vergangenheit*, sim: em toda a medida em que, através do passado dos organismos cuja reunião, finalmente, constituiu a Alemanha no sentido moderno da palavra, um traço persistia, o contraste declarado entre uma prosperidade material muito grande e uma política de choque insuficiente.

Cidades do Reno, ricas, populosas, vigorosas... Mas o que havia por trás delas para coordenar sua ação, apoiar seus esforços? É possível perceber, apoiando e enquadrando seu poder municipal, a potência de um príncipe, de um rei da Germânia forte como seus vizinhos, os reis da França e da Inglaterra, e, como eles, capaz de agrupar em torno de uma monarquia hereditária as forças acumuladas de um país em vias de centralização? Não vamos refazer o quadro das fraquezas, das incertezas e das contradições de um poder imperial que, a um soberano vitalício, impôs o fardo esmagador de uma política mundial, e para levá-la a bom termo, nada: nem frota, nem exército, nem diplomacia, nem finanças imperiais dignas de tão grandes desígnios. Olhemos apenas para as cidades. Ricas, sim, belas também. Fortes? Eis todo o problema.

Com certeza, elas conquistaram belos privilégios, espantosas liberdades, e, na prática, reduziram a nada suas obrigações em relação ao imperador. Lá estão elas, exibindo seu fausto em orgulhosos ditados:

Nürnberger Witz, Strassburger G'schütz,
Venediger Macht, Augsburger Pracht,
Ulmer Geld sind berühmt in aller Welt.

Mas passemos aos estudos eruditos que sábias mãos alemãs consagraram às capitais do velho Reno. Nas bem guardadas torres, rivais

das *Pfennigthurm* que os estrasburgueses saudavam com orgulho ao chegar da place des Cordeliers em direção ao Holweg das Grandes Arcadas; nas caves profundas e gradeadas, sacos de ouro empilhavam-se cupidamente. Com que objetivo? A quase totalidade dos recursos ia para a defesa militar. Para a reparação das muralhas. Para manter os bastiões a par dos progressos, às vezes bastante rápidos, da balística. Para fundir canhões de bronze. Para o soldo dos canhoneiros, especialistas exigentes. Para as balas de canhão e outra qualquer munição, pólvora, armas brancas, arcabuzes para as muralhas, armazenados nos arsenais. Para pagar exército de guarda-portões que, à noitinha, fechavam diligentemente as portas e de dia entregavam aos soldados da ronda os estrangeiros suspeitos de excessiva curiosidade. E ainda para custear as despesas de viagem dos embaixadores, para que pudessem partir imediatamente pelas estradas do mundo, a galope, em busca do imperador, dos príncipes, das cidades aliadas... Tudo aquilo que, em nosso mundo moderno, depende do Estado, é entregue ao Estado, assegurado pelo Estado, potência coletiva que recebe de todas as mãos para repartir eqüitativamente entre todos, "o forte suportando o fraco", como diz a velha fórmula: tudo isso era assegurado pela cidade do século XV — a cidade soberana que pagava duramente por sua soberania. Que morria por ela.

E, depois, há o problema moral. Hoje, à distância, podemos, se quisermos, imaginar nessas cidades de cenário tão pitoresco uma paz de idílio, forte resolução de uma alma unânime. Os textos respondem: divisões, ciúmes, antagonismos dissimulados ou declarados, dilaceramentos perpétuos, revoluções às vezes — e violentas. A oligarquia dos *divites*, dos ricos, esmagando antes de tudo os *mediocres* e os *pauperes*. O advento de uma plutocracia. E em seguida, a roda que gira, as gentes dos ofícios agrupando-se para, com o apoio dos novos ricos, despojar os patrícios. E sempre as expulsões e confiscos — os banidos rondando ao redor da cidade para entrar uma bela manhã, no momento propício... Na época em que nos colocamos, os ofícios dominavam mais ou menos por toda a parte; na cidade, só era possível conseguir uma lugar definido por intermédio deles — e aqueles que

exerciam alguma profissão insólita ou rara eram inscritos, no ofício, no rol de uma das corporações fundamentais; temos assim, em Estrasburgo, a assinatura de João Calvino no registro dos alfaiates, enriquecidos por um confrade um pouco noviço. Ora, esses ofícios — na verdade, mísera escola de política.

No interior de cada um, conflitos; entre uns e outros, batalhas: para aumentar seu lugar na cidade; para conquistar alguns empregos municipais suplementares para os membros do ofício; para garantir lugar nas procissões... Ofício antes de tudo, mesmo que para isso a cidade tivesse que perecer: é a história dos companheiros padeiros de Colmar que, em 1495, abandonam o trabalho e até mesmo a cidade porque, ó escândalo!, seu lugar tradicional na procissão dos Santos Sacramentos havia sido usurpado por outros — durante dez anos eles vão de apelação em apelação, de Oberbergheim a Ensisheim, de Ensisheim a Frankfurt, apoiados por todos os confrades padeiros das cidades vizinhas, hostis apenas a seus concidadãos. E, finalmente, alcançam o triunfo em 1505. História típica: uma entre outras tantas semelhantes. Portanto, como exigir uma visão mais ampla, uma visão do campo político, uma capacidade de prever as repercussões de uma medida local de homens destituídos da noção de interesse municipal?

Deixemos de lado — a comparação seria injusta — aquelas cidades italianas, aquela Florença que é impossível avistar sem uma emoção sagrada: aos pés da torre do sino, que brota vermelha e atarracada do bloco da Senhoria, aos pés da cúpula de Brunelleschi flutuando sobre a cidade banhada de crepúsculo, tantos heróis trágicos levaram em seus corações, com o amor apaixonado por sua cidade, a ansiosa preocupação do triunfo, em todos os lugares onde Razão e Beleza conservavam um sentido... Mas pensemos modestamente nas nossas cidades francesas, nos nossos burgueses do século XV: voluntariamente agrupados ao redor da monarquia nacional sempre que ela esteve em perigo, apoiaram Luís XI contra o "Bem Público", Carlos VIII jovem contra os príncipes, e com sua lealdade inteligente, salvaram, tanto em 1465 quanto em 1485, o poder centralizador e nacional dos reis. E no Reno? As cidades haviam colaborado para uma grande obra, a

Hansa, essa poderosa criação interurbana. Ora, nessa época todas elas deixaram de lado a sua obra, mostrando-se incapazes de mantê-la, proa em avante, no fio dos novos tempos... Como, então, falar a linguagem do Estado e da Nação?



Egoísmo, pecado inveterado das burguesias locais. E quando a sede de lucro, o frenesi da fruição as tomam; nessas horas de crise histórica em que se opera uma revolução formidável das mentalidades; em que, diante da concepção artesã do ofício feita para nutrir seus próprios homens, cresce uma mentalidade completamente nova, ingênua e audaciosamente anarquista; em que os novos homens não se preocupam mais em assegurar na cidade, em nome do interesse sagrado do consumidor, uma função de produção indispensável, mas buscam por todos os meios — do *dumping* ingenuamente ardiloso ao mais cínico embuste, passando pela exploração desmedida da mão-de-obra — e com furiosa avidez o lucro ilimitado, deus dos novos tempos: então esse egoísmo das burguesias divididas entre elas mesmas e contra seu próprio século transforma-se em ferocidade — torrente de apetites selvagens.

Comerciantes, grandes comerciantes do século XVI, com suas ricas mansões, seus belos móveis pesados, a magnificência de um luxo que não tenta esconder seus recursos, mas exibi-los com ostentação: nós iremos revê-los, pois eles deixaram, para a alegria de nossos olhos e o orgulho de nossos museus, esculturas vigorosas, aparadores maciços em seus salões de recepção, tapetes suntuosos trazidos do Oriente. Mas esses homens, poderemos olhá-los nos olhos, e não apenas um a um, mas todos em conjunto: todos cujas figuras chegaram até nós?

Londres, a capital de Henrique VIII. E também dos comerciantes do Reno. Pintados em seu Stahlhof por Hans Holbein, augsburguês transformado em balês e que, aos quarenta e seis anos, morrerá londrino — lá estão todos eles, os burgueses, os comerciantes, os financistas do Reno: os de Basiléia, Colônia e Duisburgo erguem-se diante

de nós, um depois do outro, príncipes dos negócios, vestidos com tecidos e peles discretamente suntuosos. Inesquecíveis. Olhos, mãos que, depois de tocar-nos, nunca mais nos deixarão. Olhos implacáveis que despem os homens, esvaziam o cliente, o adversário, de todas as falsas aparências, esquadrinham-no até a alma — até a caixa triplamente trancada e acorrentada onde jaz, precisa, secreta, indiscutível, a sua realidade financeira. O tipo perfeito do comerciante, Georges Gisze em seu posto de comando de paredes de madeira bem ajustadas: magnífico, com suas mangas de cetim, sua camisa de linho plissado, os faustosos tapetes da Pérsia que cobrem sua mesa e, em um vaso de Murano seus cravos que respiram... Pompa supérflua, pois assim que o vemos, nada pode desviar-nos a atenção do rosto triangular, de queixo ferozmente voluntarioso — do longo nariz de predador, de ponta fina; do olhar, sobretudo, saindo direto dos dois olhos, aplicando-se com uma precisão de máquina para convergir, implacavelmente, sobre o ponto exato que pretende esquadrinhar. As mãos de todos esses homens são ainda mais espantosas: estejam elas segurando um recibo, com um aperto aparentemente relaxado, amassando por conveniência uma luva aristocrática ou pousadas uma sobre a outra, fazem penetrar no espectador, alucinante, o olhar de ave de rapina, o olhar "penetrante" de Dietrich Born, de Colônia... Toda uma classe revive ali, positiva e seca: linha de frente do cortejo triunfal de Pluto que, naquela época, estendia Holbein nas paredes do Stahlhof: adiante, porém, esgueirava-se o cortejo da Pobreza...

Olho por olho, dente por dente: velha fórmula repetida pelos ancestrais quando se tratava de impor a todos, impiedosamente, a paz da cidade. Os netos, os sobrinhos — é somente para eles, orgulhosos de serem os únicos, que eles a repetem. Mas se, depois de contemplá-los longamente, observarmos os retratos que, na mesma época, o mesmo analista friamente lúcido traçava da corte da Inglaterra — Henrique VIII, face descorada de olhos maus; suas sucessivas mulheres, Jane Seymour, Ana de Kleve, a bela Catherine Howard, nenhuma mostrando traços de excessivos escrúpulos —, poderemos, enfim, respirar; poderemos nos sentir liberados; não sentiremos mais sobre nós,

tenso e metálico, o olhar do comerciante, do burguês, do banqueiro renano — do contemporâneo de Jacob Fugger.



A moral. O egoísmo de vista curta das sociedades burguesas. Mas há algo mais, outras impossibilidades pelo menos tão fortes quanto essas.

As cidades do interior, hoje em dia, não apresentam distâncias jurídicas. Aqui e lá, o mesmo direito, as mesmas regras para a vida pública e privada, os mesmos impostos e as mesmas administrações. Outrora? O campo de um lado, com seus costumes próprios, seu direito dominial. Ultrapassados os muros, transpostas as portas da cidade, um direito completamente diferente. Tão diferente, que um homem, se conseguisse penetrar na terra prometida e ficar um ano e um dia, tinha seu passado abolido e ninguém mais tinha o direito de saber que fatalidades jurídicas pesavam ontem mesmo sobre ele, em virtude de seu nascimento: se era servo ou livre, pária ou fugitivo. Ele é agora da cidade, que a tudo encobre. E participa plenamente da civilização revolucionária — a civilização moderna da cidade. O homem do campo? Na Alemanha, sobretudo na Alemanha, mais que em qualquer outro lugar, ele permanece sujeito estritamente, duramente ao senhor da terra — ao mestre que, com o direito dominial, tira as vantagens que pode, além de esforçar-se a cada dia para conseguir do camponês novas vantagens abusivas. Mas deixemos os abusos, às vezes compensados por excessos contrários; examinemos apenas o estatuto normal e regular: aqui, a autoridade pessoal e quase absoluta do senhor e de seus agentes — a terra que possui o homem. Lá, o governo corporativo das cidades, seu direito suavizado e modernizado — o homem que possui o solo...

Entretanto, vastos espaços estendem-se entre as cidades, territórios que não têm nem o mesmo direito, nem a mesma cultura, nem os mesmos interesses. Dentro deles, "animais ferozes", uma humanidade rude, meio bestial, cujas selvagens comilanças, bebedeiras frenéticas e cirandas pesadas de passos martelados com o calcanhar fazem pensar

em sabe-se lá que ritos primitivos. E o mistério dos pensamentos obscuros que fermentam sob crânios espessos, acolchoados por cabeleiras agrestes... Mistério? Às vezes, porém, um clamor de revolta corta o silêncio das cidades, das cidadelas dos foragidos. O camponês se levanta, entoando seu canto feroz, reclamando água e relva, *Wasser und Weyde*, e se lança sobre os palácios ou sobre a povoação — e depois, vencido, batido, amordaçado, retorna por vinte anos para o silêncio do ódio. Mas no fundo dos bosques, em bandos insignificantes e malditos, pesados da embriaguez alucinada causada pelo estramônio, celebra o culto sabático de Satã — o anti-Deus dos párias. Mas vieram Sprenger e seu temível Martelo, *Malleus maleficarum*, e pelo menos dois séculos de labuta, a queimar bruxos e bruxas no Reno.

A civilização urbana, nessas regiões renanas — brilhante, sim, mas atômica ou, se preferirmos, insular. Eram ilhotas jurídicas, as cidades alinhadas ao longo do rio; ilhotas de cultura moderna; de imunidades. Elas se falavam, mas, da mesma maneira como de Ouessant a Saint-Mathieu, os faróis separados por um mar selvagem respondiam um ao outro. À distância, por cima dos campos e de sua hostilidade, elas trocavam sinais. As mais velhas ditavam o direito às caçulas. Trinta e duas cidades ou burgos eram ligados à jurisdição de Friburgo, sessenta à de Frankfurt, setenta à de Colônia. Assim, Frankfurt dominava juridicamente a região do Reno central; Colônia, o baixo Reno e o Sudoeste da Alemanha. Entretanto, por intermédio de Soest, que lhe tomava emprestados certos elementos de direito, reinava também sobre o Norte, sobre Lübeck.

Assim, define-se um dos aspectos mais marcantes dessa história. Essas regiões renanas não apresentam uma cultura homogênea. Elas servem de apoio a duas sociedades que se distinguem e se confrontam: uma moderna, relativamente livre, com a preocupação e o gosto pela dignidade pessoal, pela iniciativa e pelo saber; a outra arcaica, enterrada nas velhas fórmulas fundiárias de submissão ao senhor. A civilização, estendendo-se pouco a pouco aos campos, cobre-os com um manto de liberdade, de dignidade, de saber: foi assim na França. Nascida nas cidades, a organização comunal tornou-se rapidamente

um bem comum a todos; e a urbanidade, passo a passo, fez recuar a incivilidade. Mas às margens do Reno, o que se passava? As cidades ciumentas guardavam para si os direitos adquiridos, e o abismo foi aumentando: cada vez mais liberdade de um lado, cada vez mais servidão do outro. É certo que o contraste era menor que no leste — a eterna oposição entre as terras romanizadas e as outras —, mas continuava forte o suficiente para engendrar um dualismo fatal ao longo do rio. Mas como desde então teria se constituído, com base nessa marchetaria, uma consciência comum, um *Gemeingeist*? Esplendor das cidades, fraqueza das cidades. De Basiléia a Wesel, duas Renânias hostis espiam-se, invejam-se, detestam-se. Aquela dos burgueses urbanos e aquela — podemos dizer, só dos camponeses? Mas os camponeses são súditos. A expressão verdadeira seria: a dos príncipes.



Príncipes do Reno, pequenos príncipes. A despeito de seus títulos, em fila, pomposamente organizados em dez linhas de vaidosa enumeração. E de suas genealogias que remontam aos romanos. E do poder discricionário sobre os súditos rurais, dos quais não conseguem deixar de abusar, cinicamente.

Principados do Reno, pequenos principados. *Kleinstaaterei* gabola, mas sem grande peso diante de Estados realmente grandes e fortes. O Reno não é nenhum Estado, escreveu Proudhon, algum tempo antes de 1870; e enumerou todos os "países" que, no seu tempo, o rio tocava em suas margens, sem se deixar ficar: Suíça, Áustria, Wurtemberg, Bade, França, Baviera, Hesse, Nassau, Prússia, Holanda: já uma grande simplificação. É preciso dissertar sobre esse tema: o Reno contrariando o nascimento de Estados propriamente renanos? Mas entre seus pares — os outros grandes rios —, não seria ele o único, sem dúvida, que os homens poderiam, ingenuamente, cobrir com tal agravo? De fato, assim como as cidades renanas não souberam, até ontem, com exceção de Basiléia, estabelecer-se nas duas margens do Reno, os Estados renanos também não souberam captar, ao mesmo

tempo à direita e à esquerda, um trecho importante da longa fita fluvial — e dela fazer o eixo vivo e sólido de uma formação política de grande envergadura. Por razões geográficas, como vimos. E mais ainda por razões históricas. As cidades — gânglios nervosos alinhados ao longo de todo o vale — fugiram de seu controle. As cidades, igualmente impotentes tanto para criar Estados a seu redor quanto para se integrar aos Estados criados fora delas — para tomar a frente destes últimos, fornecendo as capitais que lhes faltavam.

Uma vez, entretanto, no final do século XV, o destino irônico estendeu às terras renanas o espelho velado de um passado longínquo e murmurou uma última oferta. Aos burgueses politicamente divididos, mas que percebiam sua profunda unidade cultural, através da voz de príncipes poderosos e ricos, os Valois do ramo caçula — Filipe, o Audacioso; João Sem Medo; Filipe, o Resoluto; Carlos, o Temerário, tão diferentes dos mais velhos, os reis da França —, mas, sobretudo, através da voz do "bom duque" Filipe, ele pronunciou um nome cheio de prestígio secular, o único que até então havia servido para reunir sob um vocábulo comum as terras tão diversas do Reno. Ele repetiu: Lotaríngia.

Ora, nessa época, a sucessão dos Habsburgo — titulares derrisórios do Santo-Império desde Alberto II — parecia aberta. Diante do Borguinhão riquíssimo, pleno dos eflúvios de Flandres, magnífico em suas vestimentas e ourivesarias, excelente nas encenações marcantes e apoiado, além disso, por um exército sólido, qual poderia ser o peso de um Frederico III indolente, licencioso e que, certa madrugada, fugiu vergonhosamente das cidades que o haviam hospedado, esquecendo de pagar as próprias dívidas? A pouca força de que dispunha, aliás, residia na Áustria; seu centro de ação era Innsbruck; sua rota nos Alpes era a do desfiladeiro do Brenner: mais uma desvantagem em relação aos burgueses renanos que, vivendo do comércio entre a Lombardia e o mar do Norte, orientavam-se naturalmente para a rota do Septimer, do Gothard, até mesmo do Saint-Bernard.

Ora, o Borguinhão tinha tudo para agradar. E a todos. Aos cavaleiros que viam com amargura o próprio declínio, ele oferecia seus

célebres torneios, seus passos de armas triunfantes, seus votos à moda antiga: todo um ideal ligeiramente desfigurado, muito artificial, mas que se encaixava perfeitamente com a figura cavaleiresca do fundador da *Toison d'or.** Os burgueses, místicos e realistas, eram seduzidos por três coisas: primeiramente, suas observâncias devotas, seus jejuns, suas esmolas, seu culto apaixonado da Virgem. Depois, seu gosto por propostas audaciosas, pelas *Cent nouvelles nouvelles* contadas ou vividas. Mas, sobretudo no momento em que, empurrados por sonhos de opulência, as imaginações fugiam para o Oriente sedutor, viajavam com Marco Polo, o homem dos milhões, entre os prodígios da Ásia central, ou navegavam, seguindo os Gadifer de la Salle, os Jean de Bethencourt, até as ilhas Canárias; no momento em que os peregrinos, no retábulo de Gand, saíam para adorar o Cordeiro de uma floresta, real e sonhada, de palmeiras magníficas, ciprestes e pinheiros silvestres (pode-se imaginar a floresta maravilhosa, "assim como se fosse uma floresta da Índia", onde se confrontavam estranhas bestas mecânicas no dia em que o grão-duque Filipe levou seus comandados a criar o voto do Faisão), o Borguinhão, adotando as Cruzadas como programa, enviando um Lannoy, um Bertrandon de la Broquière para prepará-las, seduziu a cidade de Bruges — a transbordante de vida — e, junto com ela, todas as cavalarias em busca de boas cavalgadas, todas as burguesias famintas de ganhos...

Por um instante, no Reno, aqueles que não mediam jamais as forças do hábito e da solidez dessas redes cerradas que tecem as relações cotidianas entre os homens; todos esses, os homens de imaginação, puderam acreditar que na torre do sino a hora iria soar alegremente para o Borguinhão.

Quando ele apareceu; quando, em 1454, escoltado por embaixadas — devolvendo, justiceiro, as cidades aos banidos, pacificando e arbitrando os conflitos —, fez sua viagem triunfante à Alemanha, sem dúvida não houve burguês que não tenha repetido, em sua linguagem, o que murmuravam os simplórios de Paris, vendo à frente de um cortejo

* Tosão de Ouro, ordem de cavalaria fundada em 1420. (*N. da T.*)

dourado o brilhante cavaleiro corcoveando: "*Et vela un humain prince! Que benoît soit-il, et tous ceux qui l'aiment! Et que n'est tel nostre roy, et ainsi humain, qui ne se veste que d'une povre robe grise, et ne hait rien que joie!** É bom lembrar: *a Adoração dos magos* que Rogier Van der Weyden pintou para a Santa Columba de Colônia era um testemunho e um documento. Pois o rei, o velho mago ajoelhado que beija com devoção os pés do Menino, é Filipe, o Bom. E o jovem rei, forte, enrolado em seu amplo manto e que por trás dele inclina-se, as mãos plenas de magníficas jóias, é seu filho Carlos, o Lutador, o Temerário, como dizemos nós. Reis prodigiosos que chegavam até as margens do Reno, até a grande cidade mercantil, para oferecer seus tesouros. Reis prestigiosos, que repetem a velha palavra dos carolíngios por tanto tempo tão queridos nas regiões renanas: Lotaríngia.

Ora, quando Filipe, o Bom, pedia a Frederico III um reino com esse nome, não pretendia forjar a golpes de espada uma união de territórios — sujeitar ao jugo borguinhão todas os domínios esparsos que se espalhavam ao longo do Reno. Questão moral, bem mais que territorial. "Não rei, mas, por coragem, imperador", como diz Chastellain, o Borguinhão procurava um título que, acabando por afastá-lo da obediência francesa, coroasse seu sistema de cavalaria e cruzadas. Não simplesmente um título real; quando lhe falaram de uma realeza no Brabant, ele desdenhou orgulhosamente. Um título cheio de ressonâncias históricas — um título que, justificando uma hegemonia, pudesse sustentar-se diante do título imperial: e o Borguinhão saberia sustentá-lo muito bem. Uma dominação em parte moral e mítica, flutuando dentro desses limites, leve em suas aplicações e por isso mais aceitável para os renanos, que o duque, sem dúvida, pressionava nas duas extremidades, no norte (Países Baixos) e no sul (a Alta Alsácia), mas aos quais sua Lotaríngia simplesmente pretendia dar não apenas laços jurídicos e políticos precisos, mas o desabrochar de uma cultura comum — francesa o suficiente para ser rica em fundamentos e prestígio; renana o suficiente para que nela eles reconhecessem suas maneiras eternas de sentir e viver...

* "Eis um humano príncipe! Bendito seja ele e todos os que o amam! E tal é o nosso rei, e assim humano, que não se veste senão com pobres vestes cinzentas, e nada tem além da alegria!" (*N. da T.*)

Sonho de uma hora. Em 1467, ao "bom duque" indolente e afável, amado com um amor fácil e indulgente apesar de seu furioso egoísmo, sua negligência e suas irritações de menino mimado, sucedeu o Lutador ativo, "nascido na espada", que viveu e morreu com os olhos fixos em seu grande lema: "Eu empreendi." Projetos precisos. Tentativas positivas de dominação. Traduções duvidosas, em linguagem romana e realista, das concepções semimedievais de seu pai. Todas as burguesias, em alguns meses, levantaram-se, apontando seus dardos como abelhas provocadas em suas colméias. Por ter se transformado em "empresa", o sonho borguinhão morreu. Soçobrou, num dia de janeiro de 1477, na lama gelada do pântano de Saint-Jean, em Nancy. A Lotaríngia ressuscitada pelos Valois da Borgonha e a cultura "borgonhesa" nascida na França — fortemente enriquecida e transformada nos Países Baixos, mas talvez capaz, apesar de tudo, de transformar-se, no sentido amplo, em uma cultura renana — foram varridas. Os caminhos estavam livres para um outro ideal. Mas ele vai precisar de muito tempo para encontrar-se, para formular-se claramente. Quatro séculos de lenta e confusa gestação. Foi preciso usar a espada para que o nascimento se desse.

∽

Aí está. A história continua. Cada vez que um dinasta morria, os pequenos Estados, divididos como bens camponeses, deslocavam-se. E voltavam a reagrupar-se para, outra vez, separar-se. Eles vão, vêm, nutrem nuvens de pequenos tiranos de prenomes truculentos, de faces intumescidas, bestiais: a galeria de seus retratos é na verdade o mais seguro preservativo contra o *morbus dynasticus*. Mas ainda é preciso ver as princesas, suas esposas: embrulhos de plumas cobrindo toucados engalanados, mangas recortadas, saias tesas à força dos brocados a ouro e, perdidas em meio a esses esplendores gritantes, suas pobres cabeças insossas de camponesas com olhar de fuinha...

Tomemos, um depois do outro, todos esses Estados renanos. Ducados de Juliers e de Berg com afinidades mosanas e escaldianas; ducado de Kleve, com afinidades com a região Gueldres e com a Frísia: em 1523, sob o domínio do duque Jean, todos se reúnem. Reunião efêmera — haveria, aliás, nessa ilusória aglomeração de territórios, um Estado perfurado, bem no meio, pelo território eclesiástico de Colônia? Palatinado, com suas nuvens de condes palatinos, triunfo dos genealogistas, desespero dos historiadores: lá reinava, no começo do século XV, uma das quatros linhagens dos Wittelsbach que herda, sem dúvida, na metade do século, as terras da segunda linhagem — o Estado, apesar de tudo, contínua medíocre. Como medíocre é Hesse apesar da reunião, em 1500, de seus dois troncos principais, Hesse superior com Marburgo, Hesse inferior com Cassel. Mais ao sul, a Alsácia, uma expressão geográfica, o mais espantoso mosaico de domínios hostis, turbulentos e rivais. Em frente, as possessões dos Zähringen em Bade, às vezes divididas, às vezes unidas e finalmente, em 1527, separadas em duas: aqui, os católicos margraves de Baden; lá, os margraves reformados de Durlach. Tudo isso mínimo, instável, precário — milhões de soberanos, um caleidoscópio genealógico.

Sem dúvida, essa diversidade tende à unidade. De longe e do alto, poderíamos esboçar um quadro brilhante, simplificação histórica do tabuleiro de xadrez renano: duas forças, a das cidades periclitando, a dos príncipes em ascensão. Até o dia em que um deles, tendo tocado o Reno e ganhando com esse contato uma força irresistível, tornou-se forte o suficiente para reencarnar o fantasma do Império que flutuava por aquelas partes — para, de uma idéia ou de um mito, fazer uma realidade precisa e guerreira. Resumir assim toda a história da Alemanha (e parcialmente a da França, da Bélgica e da Áustria) — que tentação! Várias centenas de livros atestam sua força. Mas nós resistiremos. O drama é outro — e reduzi-lo, com tantos adoradores sobreviventes de Gessler, às astúcias dos diplomatas e aos "grandes desígnios" dos príncipes poderosos por sua sabedoria: caricatura, não retrato. Em história, é preciso desviar-se do que é demasiadamente simples. E o meio para colocar bem os problemas é, muitas vezes,

complicá-los. Príncipes, cidades, dois elementos. Mas não está aí toda a história renana. Príncipes, cidades, dois particularismos. E o fato a ser explicado é de que maneira, bruscamente — embora alguns bons observadores, poucos anos antes, pudessem apostar *contra* —, a Alemanha optou *por*.

A Alemanha: eis o grande nome esquecido. Se ela optou foi porque, recém-chegada, havia nascido? Algo nos adverte vigorosamente de que o problema está em seu nascimento, em sua constituição; não nos falatórios ministeriais, nos conciliábulos de dinastas inchados com a própria importância ou de ministros perdidos em seus cargos. No fato de que, lentamente — já íamos dizer —, começou a surgir uma Alemanha, enquanto a França, aproveitando seu próprio avanço, aproximava-se do Reno por Metz, Toul e Verdun, chegando a ele por Estrasburgo e contornando-o na Alsácia? Mas dizê-lo dessa maneira não seria recair na sempiterna história político-diplomática? Não, o que importa é que — a partir do século XVI, suave e quase que obscuramente; a partir do XVIII, de modo bem mais consciente; a partir do XIX, enfim, com lucidez e vontade, através do esforço não tanto dos políticos, mas antes dos intelectuais — uma grande e nova Alemanha, desprezando fronteiras particularistas e recortes políticos, tomou consciência de si mesma, de seu espírito profundo, de suas tendências obscuras. E com dificuldade, com a ajuda da história, da lingüística, da antropologia, da literatura também e da arte, forjou um ideal em torno do qual modelar seu ser — para poder, em seguida, reencontrá-lo todo inteiro.

3. PARA UM RENO ENTRE DUAS NAÇÕES

Fecha-se então o drama — o drama pungente do Reno moderno. Político, se quisermos; mas o que traduz melhor que tudo a luta das políticas em confronto é o conflito de duas culturas, de duas civilizações, das quais uma, para melhor distinguir-se da outra, entrou em

um corpo-a-corpo com ela. Seguir, através dos desvios de uma história cheia, ao mesmo tempo, de sangue e pensamento, as peripécias da longa batalha: obra de uma vida. Limitemo-nos modestamente a analisar, para fixá-los, alguns aspectos de tão áspero conflito.

Como escolher um ponto de partida? Como se costuma dizer freqüentemente, na Reforma, a grande ruptura precursora, o primeiro dos choques repetidos que durante trezentos anos abalaram o velho edifício da Europa medieval antes que, com um solavanco brutal, Napoleão viesse derrubá-lo... Em um livro inacabado — aliás malfeito para seu gênio de improvisador político e de anarquista de governo —, aquele que foi graciosamente chamado de "Robinson Crusoé do Socialismo", Pierre-Joseph Proudhon, escrevia algum tempo antes de 1870: "Foi através do protestantismo que, nos séculos XVI e XVII, o Reno furtou-se à França." E continuando sua fantasia: "Se a França tivesse se tornado protestante, teria conquistado o Reno desde os tempos de Francisco I. E se tornaria, então, por longo tempo, preponderante na Europa..." Sedutora ilusão. Mas Proudhon esquece que antes seria preciso que o Reno se fizesse, ou melhor, continuasse "protestante". E se é verdade que, entre os que cercavam Francisco I, alguns políticos chegaram a acalentar o sonho de uma França que tomasse como teólogo, face ao papa e ao imperador unidos, se não Lutero, decididamente desprovido de senso diplomático, pelo menos Mélanchthon, esse oportunista complacente; se, no mundo desses Du Bellay realistas que viam longe e grande, pensou-se que o Império, afinal das contas, valia bem um sermão protestante — pensou-se no Império, não no Reno. A roda gira depressa; e no Reno a Reforma era, no início, apenas divisão.

Antes dela, esfacelamento político. Depois dela, ainda por cima, esfacelamento religioso. Durante anos, uma surpreendente instabilidade: esse ou aquele Estado passando do catolicismo ao luteranismo, do luteranismo ao calvinismo, para de novo voltar ao catolicismo ou ao luteranismo. E tão inveterada e firme era a idéia da religião como uma questão do príncipe, que essas variações bruscas, essas alternativas de hóstias e cálices, de missas ou prédicas provocavam apenas

alguns êxodos. Ora, com certeza, em função das políticas em confronto, a posição diplomática da França foi momentaneamente reforçada em alguns Estados ao longo do Reno. O calvinismo, por outro lado, pode até ter sido boicotado na França: quando ele se implantou nos países renanos, foi um pouco do espírito francês, racionalista e generalizador em sua lucidez, que veio imiscuir-se no Vale das Nações. Mas há, enfim, os êxodos, os refúgios: certo cronista diz que, em determinado momento, Estrasburgo tinha em sua população uma metade de franceses fugitivos... Mas não vamos criticar inutilmente nem esses fatos, nem suas conseqüências reais. Mais ainda porque, logo de início, ao colocar no primeiro plano, ao longo de todo o Reno, a distinção entre potências católicas e protestantes, a Reforma mascarou a oposição entre uma nação alemã e uma nação católica. Em certos momentos, ajudou a monarquia francesa a agir nas fronteiras do Leste. Facilitou a tarefa de Luís XIII, que, na Alsácia, não se apresentou como conquistador armado, mas como protetor de religiões: uma, reformada, com o sucesso dos Habsburgo; a outra, católica com os progressos suecos. Mas, assim como a Contra-Reforma, ela não foi capaz de simplificar efetivamente um problema de desesperante complexidade e de criar um bloco compacto protestante e germânico em oposição a um bloco católico e francês. Pois, estranho paradoxo, ela não tinha unido — cidades e príncipes — alemães protestantes a uma França católica?

Deixemos, portanto, a Reforma. Eu, de bom grado, iria procurar o interesse real que ela representa, tratando-se do problema que ora nos absorve, fora daquilo que é, para nós, a Alemanha: nos Países Baixos. Grande acontecimento, depois de tanto sangue derramado e tantos cadafalsos erguidos, o divórcio, o corte entre Províncias Católicas — a quem os arquiduques, durante alguns anos, darão o esplendor um pouco enganoso de uma civilização que o nome de Rubens nos permite situar — e Províncias Unidas calvinistas, trabalhadas pelo fermento dos refugiados valões. Um fato europeu bem mais importante do que somos tentados a crer: foi então que, naqueles domínios do Reno, do baixo Mosa, tanto tempo inseguros da própria denomi-

nação, operou-se uma distinção nítida. Transversalmente ao rio, um limite. Do lado de cá, nitidamente definidas, duas unidades que nunca mais mudarão de forma: a unidade católica do Estado belga; a unidade calvinista do Estado neerlandês.

E temos então um "Reno alemão" decapitado, amputado de suas fontes de alimento. Aliás, no momento preciso em que outra separação se tornava definitiva, cortando-o de suas raízes, desta vez de suas raízes mergulhadas, através dos Alpes, na Itália: a Suíça se completa, se opõe cada vez mais a tudo que não seja ela mesma. Assim, toma forma e figura a nova ordem de coisas em torno da qual irão se reunir, para acertar suas combinações, os políticos e diplomatas de toda a Europa. De um lado e do outro do eixo renano, os dois pratos da balança européia. Num, usando todo o seu peso, a França: uma velha figura, uma grande dama com seu quinhão de nobreza imemorial. No outro, uma massa confusa de cidades e príncipes, de Estados médios ou minúsculos, quase todos separados, às vezes, por alguns dias de caminhada: as Alemanhas, unidas pela língua, divididas pela religião, opostas pelo interesse, dilaceradas pela política. Incapazes de se unir. Nenhuma possibilidade de se aliar às unidades vizinhas. Dois pratos, uma balança. Esboça-se então o fiel da balança: os Países Baixos, inclinando-se tanto à direita quanto à esquerda segundo as oscilações dos estatutos europeus; os Países Baixos, vanguarda de um Reno que por longo tempo permaneceu hesitante, oferecendo-se e recusando-se sucessivamente, pretendendo se preservar, não tomar partido — mas que depois, quando a Alemanha emergente mostrou seu vigor, abandonou-se e, colocando seu peso de um dos lados, fez pender a balança durante anos.

Momento decisivo, pois o Reno, emprestando-se por tanto tempo a vinte potências sem se entregar a nenhuma, renunciou a seu papel secular de árbitro e mediador. Na origem dessa evolução, devemos colocar a distinção, a tomada de consciência definitiva e categórica do que vem a ser Bélgica e do que vem a ser Holanda.. E é por aí que se reintegra pela primeira vez a ação da Reforma nessa história: a história de um rio das nações obrigado, progressivamente, a ser apenas um rio em jogo entre duas nações.

Depois da Reforma, qual seria a próxima parada? Até onde ir, em um só salto, para descobrir aspectos novos? Até o século XVIII, na grande virada de 1750? Além, quantas perspectivas desconhecidas... Sem dúvida, mas para divisá-las foi preciso percorrer muito chão. Foi preciso passar pelo século XVII...

O século XVII, clássico e imutável. Um grande rei em um grande cenário. A natureza dominada, como a arte, por seu brilho. Colunatas de árvores enquadrando colunatas de mármore; teixos seculares fazendo fundo para deuses romanos — e acima os telhados dos castelos, a capela de Mansard dominando as galerias construídas por Le Nôtre... Aparências fáceis. De fato, sob a capa de uma estabilidade assentada no passado e segura do futuro, um trabalho surdo, um mundo em gestação. A voz de um Bossuet clama certezas; outras vozes, na sombra, murmuram canções amargas: sobretudo depois do fim da Guerra dos Trinta Anos, essa guerra religiosa européia, tão atroz, ainda mais derrisória que nossas guerras de religião francesas. Na verdade, uma bela experiência, e convincente: a demonstração perfeita, acabada, peremptória de que, para os chefes políticos, as confissões em jogo — catolicismo e protestantismo — não representavam sentimentos e doutrinas, mas, no máximo, expedientes diplomáticos, instrumentos de dominação temporal, uma mascarada profana. E entre aqueles cujo pensamento crítico não aceitava lendas pré-fabricadas, quem não teria compreendido? Como sempre, desenhou-se uma corrente de ascetismo, que na França, finalmente, levou a Port Royal grandes consciências, exigentes e altaneiras, enquanto as almas mais ternas seguiam as vias místicas. Mas, como sempre também, os pensadores, os lógicos, os intelectuais puros, afastando-se das práticas consagradas, lentamente, secretamente, começaram a fundar — o quê? O culto da Pátria, isto é, da Nação. Altar contra altar.

Eram precursores aqueles libertinos suspeitos, mais ou menos perseguidos pela Igreja e pelo Parlamento. Não lhes damos o lugar merecido. No entanto, o que eles estavam elaborando na França nada mais

era que uma hierarquia bastante notória: lavada por tantas tempestades, sua fórmula reaparecia nas fachadas de nossos palácios de governo: "A Nação, o Rei, a Lei." A Nação na frente, com precedência. Ora, quando em 1676, em 1677, Denis Veiras d'Alais publicou as duas partes de sua viagem imaginária ao país dos Sevarambas; quando descreveu a religião dos indígenas exemplares encontrados por seu herói — quais eram suas divindades? Um Deus puro espírito, que se adora apenas em espírito. O Sol, rei da luz e fonte da vida. A Pátria, enfim, simbolizada por uma mulher alimentando seus filhos. A Pátria, não o Rei. A nação, não a dinastia. E recordamos as páginas de Bayle, em *Avis aux réfugiez*, de 1690, e sua gradação de deveres: adorar a Deus; servir nossa Pátria; em seguida, e apenas em seguida, amar os pais. A monarquia desaparece, lá também — é absorvida pela Nação...

Ora, essa nação deve ser organizada. Vejamos o que aconteceu no Reno. Um pequeno país, dividido contra si mesmo, partido, segmentado em cem pedaços diversos. Um mosaico cujas peças, desunidas, movem-se e desagregam-se. Vem a França, encarrega-se da Alsácia: e sua justiça, dominando as justiças particulares, introduz a ordem e a clareza. Seus agentes, fiscalizando as administrações locais, eliminam os abusos flagrantes. Seus intendentes, pouco a pouco, despojam e suplantam os tiranetes que, no além-Reno, com impostos pesadamente cobrados à Alsácia que trabalha, mantêm amantes escandalosas e, macaqueando Luís XIV, tornam-se "vivazes" e galantes em suas Versalhes importadas. Mas no país assim pouco a pouco organizado, não faltaria uma cabeça? Outra vez através da França, Estrasburgo, que funciona à parte, Estrasburgo, que conseguiu colocar-se, por assim dizer, fora da Alsácia, retoma seu papel lógico, torna-se a capital, residência do intendente e do governador. E pela primeira vez depois de muito tempo, a flecha de sua catedral, transformando-se em símbolo, domina uma região que, lentamente, retoma a consciência de uma unidade orgânica e profunda... Mais alguns anos e, a partir de 1750, veio o anúncio claro dos novos tempos. Uma página virada. Páginas novas que se oferecem.

ᔕ

Não vamos deixar essa Alsácia. Ela nos serve como um excelente guia. 1750 foi o momento em que cessou, enfim, a perseguição contra os protestantes. A hora em que as pequenas cidades em Thann, em Wesserling acolheram, apesar da religião, os protestantes de Mulhouse, inventivos e inovadores, trazendo com eles os benefícios da indústria. Nos salões dos cardeais de Rohan, em Estrasburgo, católicos e protestantes encontram-se e discutem. Um espírito insinua-se nas velhas casas, nas velhas ruas da república velha. Os predicantes da Reforma, J.L. Blessig, Isaac Haffner, afastam-se da morosa ortodoxia. Estrasburgo dispensa uma boa acolhida a Voltaire em 1753, e a Jean-Jacques doze anos mais tarde. A atividade intelectual reinava. Sociedades de leitura são criadas em Colmar, em Estrasburgo, em Mulhouse. Forma-se, mais uma vez, em Estrasburgo, o projeto de uma Academia provincial — a exemplo daquelas que o lorenos criaram em Metz e Nancy. Isso, no domínio do espírito. E nos outros? 1745, perfuração do primeiro poço de petróleo em Pechelbronn. 1746, estabelecimento, em Mulhouse, de uma manufatura de tecidos pintados. 1764-1767, em Baccarat e em Saint-Louis, as duas cristalerias. 1769, a usina Dietrich em Niederbronn. Exemplos entre muitos outros. Testemunhos de um esforço poderoso em direção a um futuro menos limitado. A vida tornou-se mais doce e, ao mesmo tempo, mais ampla. E acabou por criar-se uma moldura à francesa. Nas velhas ruas de Estrasburgo, dez casas: cinco do século XVIII. Temos a seguinte proporção: 1.550 fachadas em 3.600. Ora, na arquitetura, esse século XVIII grita o nome da França quando se trata de moradias particulares e também, mais ainda, de grandes edifícios importados inteiros, implantados sem retoques dialetais na boa terra da Alsácia. Como o palácio que, baseado nas plantas de Robert de Cotte, o arquiteto episcopal Massol construiu para os Rohan. Ou as belas residências, de porte nobre e estilo puro, que os dignitários do cabido, os abades das grandes abadias alsacianas, os príncipes, nomeados coronéis de regimentos a serviço da França, construíam na rue de la Nuée-Bleu e, na rue Brûlée e ao longo do Broglie.

A França cresceu unificando, conciliando. A França assentou-se firmemente em seu extremo oriente, em torno do Ill, do Reno. Mas esse Reno, ela já não o tinha atravessado há muito tempo?

Não se trata aqui de exércitos, guerras, diplomacia — de toda a ação, aliás pouco coerente, de uma política que visava duas Alemanhas dissociadas que não recusavam nem as alianças fratricidas nem as seduções do ouro e das pensões francesas: o corpo germânico não será aliado de Luís XV? Seus contingentes não conhecerão, com Soubise, a derrota de Rossbach? O volátil rei francês, dividido entre as camarilhas de sua corte, seu próprio "Serviço Secreto" e as políticas de seus ministros, não irá, sucessivamente, aliar-se à Áustria contra a Prússia e à Prússia contra a Áustria, com tudo que essas atitudes contrastantes implicam de intervenções, abertas ou clandestinas, na estranha fauna dos dinastas germânicos?

Mas há também outra coisa, e mais grave, e mais profundamente durável. Há, cem vezes descrita, e de uma amplitude, de uma força, de uma universalidade incomparáveis, a invasão de hábitos e costumes, de comidas e roupas, de refinamentos no vestir e nos penteados, de estilos de mobiliário, de arquiteturas, da decoração em voga nas margens do Sena, nos salões de Paris — tudo isso veiculado por uma língua precisa, imagem de uma sociedade racional e pensante, que se instala, brutalmente, em pleno coração de uma língua alemã desprezada, boa, como dizia Voltaire, para os soldados e os cavalos. Há a Alemanha colonizada por protestantes franceses, atraídos para o além-Reno por príncipes esclarecidos — e em nenhum lugar mais e melhor do que pelos Eleitores de Brandemburgo, em breve reis na Prússia, a quem tantos calvinistas franceses forneceram os quadros, prontos, para suas empresas e para seu Estado nascente para a vida moderna: tanto na indústria quanto no comércio, nas finanças ou no exército. Há a Alemanha, mais tarde, no século XVIII, literalmente invadida por multidões de franceses de todas as profissões e origens, aventureiros ou burgueses ponderados, artesãos probos ou tratantes em busca de golpes, vadios em dificuldades com a justiça ou pais de família procurando emprego. Deixemos de lado o Estado prussiano com Frederico II, esse filho intelectual da França, falando francês, escrevendo em francês, pensando em francês, instruindo-se na escola de Voltaire e de Maupertuis, colecionando Watteau e Lancret: seu exército, uma espécie de legião estrangeira em que, em todos os postos, abundam os franceses: 25.000, dizem, em 1773. Mas e alhures, sobretudo lá, na região do Reno?

Basta, até hoje, abrir os olhos em um passeio para encontrar a cada passo provas monumentais dessa singular conquista de um povo — mais exatamente, de toda a parte dirigente de um povo — pela arte e pelos costumes de um povo vizinho. No vale em que, durante um século, sem descanso ou deferência, precipitaram-se, um atrás do outro, os regimentos de Spinola, os bandos de Mansfeld, os mercenários de Tilly, os suecos e mercenários de Bernardo de Saxe-Weimar precedendo os exércitos de Turenne e os executores dos furores de Louvois; nesse vale em que tudo, na aurora do século XVIII, precisava ser refeito ou restaurado a partir daquilo que constituía o cenário obrigatório de uma vida principesca — com uma continuidade e uma prodigalidade surpreendentes, tudo foi refeito.

Quem? Os príncipes, trabalhados pelo *Bauwurm* (nós dizemos "loucos pela pedra") e que, alucinados por Versalhes, incentivados por Marly, arruínam-se e arruínam seus súditos para satisfazer seus caprichos — ei-los, voltados outra vez para a França pródiga, pedindo-lhe os meios para calar dívidas muito gritantes. O que eles fazem? Igrejas, teatros, castelos: "residências" imponentes sobre as quais se estende a sombra de Versalhes, casas de campo ou pavilhões de caça que sugerem o Trianon: a *Favorite*, nas portas de Mayença; a *Solitude*, nas cercanias de Stuttgart, ou aquele *Monrepos* dos príncipes de Wied, dominando o Rheinthal estendido a seus pés, de Neuwied a Coblença. Melhor ainda, refazem ou fazem cidades que vêm substituir as velhas metrópoles na preferência dos senhores: Bonn, onde residiam os eleitores de Colônia; Coblença, tão cara aos de Trier; Mannheim, fundada em 1606, destruída pelos franceses, reerguida dos escombros, onde o eleitor Charles-Philippe, deixando Heidelberg incendiada e saqueada, vem se fixar a partir de 1721; Bruchsal, onde se

divertem os príncipes-bispos de Speyer; Carlsruhe, enfim, e Louisburgo: Carlsruhe, talhada em plena floresta da Hardt pelo margrave Charles-Guillaume de Bade-Durlach, potentado *bon vivant* que se faz servir, diz a história — ou a lenda — por cento e sessenta belas jardineiras; o tarô, toda noite, designava entre elas a sultana de uma noite...

E ainda, como elas são refeitas? À francesa. Por certo, em torno desses Schoenborn de origem austríaca que monopolizam, no começo do século XVIII, os eleitorados eclesiásticos e os bispos francônios — e podem-se encontrá-los em Mayença, Trier, Speyer, Bamberg e Wurtzburgo —, forma-se um centro de arte "barroca" alimentado por arquitetos renano-francônios: Welsch, Neumann, Ritter de Gruensteyn. Eles continuam imitando Marly na *Favorite* de Mayença, obra-prima perdida de Welsch, e continuam indo a Paris em pessoa, freqüentando Robert de Cotte e Boffrand, enviando seus filhos à escola de França: o "barroco" entrega as armas ao "rococó", para usar a distinção, aliás desprovida de nuances, que os críticos do além-Reno tanto apreciam. E, excetuando-se estes últimos, passemos em revista todos os grandes construtores das cortes renanas no século XVIII: Pigage, Hauberat, Fromont, La Guépière, Salins, Ixnard, desprovidos dos epítetos com os quais se agraciaram amplamente, o que transformou seus honestos nomes franceses em espécies de nomes de guerra grandiloqüentes: Louis-Rémy de la Fosse, quando é chamado de Le Rouge; Nicolas-Alexandre Salins de Montfort, coronel, quando é simplesmente Salins, arquiteto, marido de uma estrasburguesa — eis os autores de todos esses monumentos sempre de bom gosto, freqüentemente de muito bom gosto: perto de Mannheim, os jardins de Schwetzingen; perto de Düsseldorf, o castelo de Benrath e suas perspectivas; Poppelsdorf ligada a Bonn por uma avenida; a igreja de São Brás na Floresta Negra; os castelos de Coblença, de Darmstadt e cem outras residências e moradias construídas lá onde, muito altivos, muito grandes, muito ilustres, os Senhores Margrave, o Eleitor, o Príncipe-Bispo são acordados, a cada dia, em seu belo cenário francês, por um criado de quarto francês, arrumados em seguida por um barbeiro francês,

adestrados por seu mestre de dança ou por seu professor de postura francês, servidos, aconselhados, dirigidos, obedecidos por seu *chef* francês, seus jardineiros franceses, seus adestradores, seus intendentes, professores de balé, mestres-de-capela franceses — todos bem na corte, pagos duas vezes mais que seus colegas alemães, todos conspirando para afrancesar, nas pequenas como nas grandes coisas, aqueles que os empregam e os cercam.

Pois quem usa todo o dia roupas francesas; quem come todo dia à francesa com prataria da França, diante de amigos ou esposas morganáticas nascidas parisienses; quem não escreve um bilhete ou não fala senão em francês — como poderia deixar de receber, cada vez mais e em todos os níveis, as idéias do país cujos costumes adotou? E que, finalmente, sob a influência destas concepções importadas, se realize, às margens do Reno, uma espécie de limpeza nos espíritos dos dirigentes; que eles expulsem, enfim, essas querelas de igrejas e escolas que transformavam em galos irritados os polemistas católicos e os doutores luteranos ou pastores calvinistas; que liberem seus pensamentos dessas correntes seculares, purifiquem-nas desses fanatismos herdados; que abram, enfim, o caminho para a *Aufklärung*, para a "Filosofia das Luzes", para o racionalismo crítico e libertador — eis o que acaba de demonstrar que, nas características das sociedades, tudo se mantém: das palavras passa-se às idéias, das maneiras corteses aos sentimentos refinados, da clareza dos desígnios monumentais à clareza na construção dos pensamentos.



Hora grave para as Alemanhas. Elas estão em grande atraso, e em muitos pontos essenciais. Ainda não se trata de nação alemã, de espírito nacional alemão, de ação propriamente nacional na margem direita do Reno. Que diferença do que acontece na França — nessa França ainda não satisfeita com uma unidade que, no entanto, é antiga e sólida: não estava ela se preparando para derrubar o velho edifício de sua grandeza monárquica, para substituí-lo por uma construção logica-

mente distribuída, como essas Cidades-Novas que os príncipes levantam completas, de uma só vez, em um ano?

Observemos. De Lauter a Ijssel, do ângulo norte-ocidental da fronteira francesa da Alsácia à separação entre o ducado de Kleve, território prussiano, e as Províncias-Unidas, noventa e sete Estados sucedem-se nas vésperas da Revolução de 89. Povoados, alguns, por 280.000, 160.000 ou 130.000 habitantes; outros por alguns milhares; grandes como províncias ou cantões. À frente deles, dinastas que resmungam, inchados de importância, secretamente necessitados e que se agitam nervosamente: passar por alguém em um mundo de soberanos de quinta, de sexta categoria; subir, se possível, um degrau nessa hierarquia ridícula à força de inundar de papéis as chancelarias, era adquirir títulos sólidos de uma dessas pensões providenciais que, do céu versalhês, caíam como maná nos bolsos dos mais hábeis. Mas o que era preciso para sustentar esse jogo, puro jogo, essa parada pela metade convencional? Exército, não. Fortalezas, não. Tesouros, não. Von Erthal, o Eleitor de Mayença, que, em 1785, 1786, posando de campeão das liberdades germânicas, contrariou os desígnios do imperador e do papa, vendia seu crédito, enquanto isso, por bons táleres ou guílderes sonantes — von Erthal, arquichanceler do Império, possuía 100 cavaleiros, 120 artilheiros e 12 mineiros sapadores para sustentar sua alta política. Arranjos diplomáticos, posturas à Luís XIV, maquiavelismo de jogador de xadrez, mas, ao fim e ao cabo, o quê? Alguns milhares de escudos para os mestres, se possível; e aos súditos, se a sorte mudasse, os problemas muito reais, nada quiméricos, de uma invasão e de uma ocupação.

Os súditos: nada de mais total que sua indiferença diante desses grandes desígnios em miniatura. Todo o jogo se desenrola a despeito deles. Eles não o olham sequer como espectadores. Cultivam suas vinhas, trabalham seus campos, fumam seus longos cachimbos, sorvendo cerveja fresca em potes ou seu vinho de âmbar louro em copos coloridos. Mediocridade agrícola, qualquer progresso chocava-se com a camisa-de-força do regime senhorial. Mediocridade industrial, qualquer iniciativa rompia-se contra as rotinas corporativas, tradução de

um velho estado de espírito: fabricar pouco, vender caro — e sempre um olho invejoso no vizinho... Mediocridade comercial, enfim, o Reno permanecia entravado pelos privilégios das cidades e de seus bateleiros, e as estradas de terra não passavam de pequenos trechos muitas vezes cortados nos limites dos Estados, barrados, aliás, por vinte postos alfandegários. Mediocridade — um estado de fato e um estado de espírito: um ideal imóvel.

Pouca ou nenhuma cultura nas massas. Nenhuma visão mais ampla do mundo e de suas necessidades. Os camponeses, laboriosos mas sem iniciativa, nada viam além da satisfação de suas necessidades; os artesãos, os operários das cidades eram escravos de velhas receitas; os próprios burgueses sem opinião, sem idéias, felizes com as pequenas alegrias que uma existência abastada lhes garantia. Colocados pelo berço em uma condição da qual não tentavam escapar, dóceis, de resto, aos ensinamentos de um clero que, tanto na Renânia quanto em qualquer outro lugar, não pregava a impaciência e a revolta: todo esse pequeno mundo de outrora, simples e pacífico, sonhava apenas com o bem-estar na imobilidade. E se, por acaso, tendo se beneficiado dos esforços reais que então faziam os "déspotas esclarecidos" para "divulgar as Luzes" — criar escolas, transformar a Academia de Bonn em universidade, fundar em Mayença uma rival da velha universidade teológica de Colônia —, algum burguês renano renascesse para a vida das idéias, cidadão do Universo, *Weltbürger* de fantasias flutuando entre os suaves vapores desse Iluminismo que irá conquistar tantos adeptos, não aspirava de forma alguma à nação solidamente enquadrada e de textura compacta; afastava-se com horror do tipo prussiano de Estado militar que a Regência de Kleve já lhe colocava sob os olhos — é para a grande pátria humana, sem exércitos ou fronteiras, que vão, ardentes, as suas devoções.

As possessões prussianas no extremo norte; no extremo sul, a Alsácia francesa: duas pedras angulares. Em qual das duas, para uma reconstrução conjunta, vai se apoiar a massa amorfa dos pequenos Estados renanos? Depois dos fatos passados, é assim que vemos o problema; os renanos sequer o colocavam. Jogando o jogo tradicio-

nal, seus dinastas evoluíam entre as potências rivais, flertavam — muito raramente — com a Prússia e de bom grado com a França e a Áustria, as velhas fadas benfazejas do mundo diplomático; selada sob Luís XV, a aliança austro-francesa permitia aos renanos não separá-las em suas predileções tantas vezes interesseiras. E se alguns jovens nobres, por aventura, seduzidos pelo prestígio de um Grande Frederico vingando, enfim, a Alemanha de suas humilhações, colocavam-se, como Stein, filho de um íntimo conselheiro do Eleitor de Mayença, a serviço da Prússia, muitos, dando continuidade às velhas tradições, ainda faziam carreira no Império — já nos tempos de Luís XV e de Luís XVI, nos regimentos do Rei de França estacionados em Metz e Estrasburgo, os nobres renanos pululavam e ganhavam postos: alguns irão se destacar nas guerras da Revolução ou do Império.

Finalmente, nessa Renânia de onde não fluem cantos pessoais, todos os apelos vêm de longe. Do Leste prussiano e do Oeste francês, se a questão é de organização política e de unificação. Da França apenas, ou quase, se é de cultura intelectual, de gosto artístico, de modos e maneiras de ser. Dessa França que há séculos amadurecia em seu seio, como belos frutos vivos, sistemas de idéias cada vez mais claramente universais e colocava sobre o último deles a seguinte coroa: a grande palavra Civilização — que cobre o arsenal inesgotável de concepções humanas nas quais os franceses irão buscar razões fortes para agir e esperar que os renanos negligenciem, por um tempo, seus velhos alimentos morais e espirituais. Reagir ou renunciar a si mesmo; sem resistência, deixar-se absorver moralmente — ou, então, levantar-se contra a corrente, agarrar-se para não ser arrastado e cuspir uma recusa na face do estrangeiro: o dilema está colocado. Alguns homens se agrupam.



E, sem dúvida, por muito tempo eles serão apenas uma minoria. Em suas ações, as contradições serão abundantes. Schiller, Goethe, que em tão boa hora quiseram realizar uma obra plenamente alemã na

forma e no fundo, como muitos de seus contemporâneos, Klopstock, Wieland, Lessing, Herder, Uhland, fazendo com que "puristas" profissionais dissecassem a língua, encarregados de expulsar as palavras de origem francesa e substituí-las por outras de verdadeira cepa germânica; esses homens, que participaram de todas as exaltações, de todas as reações ao *Sturm und Drang*, irão receber com orgulho de Napoleão I, vencedor de Iena, a cruz da fita vermelha — eles que já haviam sido condecorados pela Convenção com o título de Cidadãos Franceses.

Devemos nos espantar? O que importa, finalmente, se, nessa obra de incontestável força, o analista, o crítico, passeando sua lupa minuciosa, pode dizer a cada instante: "Alto lá! Idéia francesa! Tomada à França! Modo de pensar, jeito de sentir do nosso Turgot, do nosso Voltaire, do nosso Diderot ou do nosso Rousseau"? O fato importante, o único, é que no final do século XVIII surgiu o mito glorioso de um germanismo criador da Idade Média (feudalidade, cavalaria, arte gótica) e, ao mesmo tempo, do mundo moderno (Lutero, a Reforma, os direitos da consciência). É que, tanto tempo desprezados e considerados incapazes de inventar, os bárbaros, levantando a cabeça, saudaram com orgulho seus ancestrais alemães: aqueles cujo gênio original fez surgir a rainha das naves medievais, Colônia; pelo menos, é o que eles proclamam. Aqueles que engendraram (eles o escrevem, acreditam nisso e fazem com que se acredite) a cavalaria e seus torneios, a escolástica e suas disputas. Aqueles que deram ao mundo, ao mesmo tempo, a pólvora de canhão do monge Schwarz e a imprensa de Gutenberg, natural de Mayença. Enquanto isso, longe, no extremo limite norte de seu domínio, no trecho mais estéril e mais recuado, um rei de gênio, Frederico II, lhes confere a glória das armas. Responder com Notre-Dame de Amiens a quem diz Colônia, discutir Schwarz e sua química, Gutenberg e sua tipografia, de que serviria?

Mito — e todos sabem que os mitos, para tomar corpo, não precisam ser uma emanação das realidades. Mito, e bem-feito, para seduzir os milhares de luteranos burgueses que, rejeitando de todo o seu ser o racionalismo crítico dos filósofos, rebelam-se contra tudo o que

existe — idéias e sentimentos — de catolicismo difuso em uma consciência francesa... Retomada, ampla e eficaz dessa vez, de um luteranismo que o pietismo colore de sentimentalismo romântico e que, depois de ter dado à Alemanha apenas divisões e dissabores, ajuda vigorosamente a lançar as bases desse nacionalismo de raça e língua do qual, cada vez mais numerosos, irão se nutrir os alemães — antes de inocular o vírus em toda a Europa moderna. Inclusive a França. Essa França largamente cosmopolita do século XVIII, cujo "patriotismo" se ampliava, desde o final do século XVII, nas concepções dos filósofos, até os limites da Razão. Mito, sim. E tão conquistador, tão capaz de falar aos corações, que irá encontrar franceses, um Adalbert de Chamisso, um Charles de Villiers, para abjurar a França e, voluntariamente, passar-se para o germanismo — no campo desses propagandistas liberados do instinto individual, do anarquismo sentimental e de espírito livre e rebelados contra aquilo que Görres um dia irá chamar de "velho gosto de jardim francês" — de árvores tosquiadas e niveladas. Mito, mas que cativará, finalmente, a viva, falante e vulcânica Corinne, genovesa de ascendência germânica: seu livro *De l'Allemagne*, um grande documento, um depoimento. Aliás, os criadores da nova cultura cozeram e recozeram o seu ideal especificamente alemão no fogo de um ódio feroz contra essa França que havia semeado em terra germânica alguns dos fundamentos mais firmes sobre os quais, audaciosos arquitetos, eles edificaram sua própria obra — na verdade, seria preciso ser ingênuo de uma incurável ingenuidade para ficar surpreso.

Inútil repetir verdades primeiras sobre a personalidade que se constrói ao opor-se. Mas o conflito de dois ideais gerou em seguida o conflito de duas políticas: convém menos ainda mostrar-se surpreso quanto a isso. Contra uma França que proclamava na face do mundo sua fé na Fraternidade fundada na Razão — que uma jovem, uma nova Alemanha, opondo ao Humano o Nacional e recusando com desesperada energia o torniquete de um espírito cujo hálito sutil e diluente ela sentia a seu redor e sobre ela; que uma Alemanha feroz em suas resoluções tenha se retraído até tocar o ódio no fundo de si

mesma e se alegrar com isso —, pois o ódio, para ela, era a afirmação exasperada daquilo que ela buscava com paixão e finalmente reencontrava com delícia: o sentimento de um eu distinto, irredutível e gozando assustadoramente com suas afirmações mais carregadas de ingratidão e de brutal selvageria — ficam livres para se mostrarem penalizados os doces sonhadores; a lógica da história aí está para nos dar a chave de uma tal revolução.

Ora, entre as duas nações que se enfrentam, entre os dois ideais que, um contra o outro, se afirmam e se opõem — o Reno. O Reno, eixo mediano, eixo vital de uma série de países atravessados por ele e, há séculos, encerrados entre duas fronteiras de cultura: uma, a oeste, marca os avanços e recuos das influências francesas; outra, a leste, traduz a linha de demarcação relativamente estável entre uma Germânia receptiva às influências ocidentais ou meridionais e aquilo que poderíamos chamar de Alemanha da *Reconquista* — a Alemanha penosamente ampliada à custa de um Oriente eslavo apoiado na Ásia.

O drama do Reno moderno está lá. O drama das Renânias presas entre duas culturas, entre duas nações: cobertas, depois descobertas sucessivamente — e que sofrem, mas hesitam em fixar-se. Pois entre os dois partidos elas não se sentem completamente nem de um, nem de outro. Recebem, absorvem, emprestam-se por um tempo, mas não se dão a fundo, querem se preservar, querem poder retornar. E efetivamente retornam.

CAPÍTULO IV

Como se faz e se desfaz uma fronteira

1. DO RENO FRONTEIRA DA FRANÇA AO RENO RIO DO IMPÉRIO FRANCÊS

Fronteira: palavra de exércitos em movimento, palavra relativamente nova que se opõe a *limite*, essa velha palavra indulgente de medidores de terra. Fronteira, verdadeira fronteira, linear e de choque — um dos nervos à flor da pele, cuja dor lancinante nossa velha Europa carrega em seus flancos: ainda no final do século XVIII, o Reno não era nada disso, nem de Speyer a Kleve, nem mesmo, mais ao sul, de Wissemburgo a Basiléia. Pois a Alsácia, onde dezenas de príncipes possessores continuavam a introduzir o espírito, as tradições e até mesmo homens do além-Reno; a Alsácia, tratada "como estrangeiro efetivo" e retirando de um comércio intenso com a margem direita o que havia de mais brilhante em sua prosperidade comercial — o que ela tinha de um país realmente unificado? Mas passado o Lauter, tinha-se a geografia dos Estados a cavalo sobre as duas margens; a complicação dos pedágios, das concessões, dos privilégios; a mistura de interesses privados e públicos: tudo afastava, aí também, a idéia de um Reno fronteira, estendido para separá-los entre grupos nacionais irredutíveis — tudo, exceto o velho mito forjado sobre a bigorna dos *comentários* de Júlio César e que, ao sabor das políticas, ora dormitava, ora tornava à vida. Discuti-lo, porém, jamais.

Que a natureza tenha destinado como limite ocidental para a monarquia francesa o curso do largo rio em que o vencedor de Ariovisto havia marcado a separação entre a Gália e a Germânia — era

um dogma. E o voto formulado em 1738, num documento relacionado no tomo VIII de suas *Obras* (Berlim, 1848, p. 15), por Frederico, o Grande, demonstra-o muito bem: "Que o Reno possa continuar a representar os confins da monarquia francesa" — essa monarquia, precisava ele, "que em direção ao oeste não tem outros limites senão sua própria moderação e justiça".

Sobre isso é fácil reconstituir uma história sem problemas, partindo sem pontos obscuros. Sobre os fatos que se sucedem: 20 de abril de 1792, a guerra declarada pelo Legislativo ao imperador, aliado do rei da Prússia; o exército de Custine tomando, quase sem um tiro, Mayença, que um exército de opereta e seu comandante sequer tentaram defender; Eckmeyer, que vai acabar sua carreira como general francês; renanos que plantam, de Landau a Colônia, um sem-número de Árvores da Liberdade e fundam, em Mayença, um clube à Jacobina; depois, Dumouriez arruinando os Imperiais em Jemappes e a França nova bordejando o Reno em todo o seu comprimento — os cento e trinta membros de uma Convenção reno-germânica reunindo-se em Mayença para declarar rompidos os laços que os ligavam ao Império "em toda a extensão das regiões de Landau a Bingen" e finalmente, decidindo, no dia 21: "O povo reno-germânico quer a incorporação à República francesa e a reivindica." Tudo isso, dizem, na linha desse tempo. Problema moral, nenhum: basta ver o texto de Frederico II. Um problema político, sim, mas colocado há longo tempo: a solução que a França revolucionária iria encontrar para ele não é a mesma, sem mais nem menos, que há anos a monarquia francesa julgava lícita e moral?



Mas não vamos tão depressa: a realidade era mais complicada. Repletas de tradição mas esquecidas de abrir os olhos para o mundo, as chancelarias podiam considerar que nada tinham a ver com os "súditos" e inaugurar assim a longa história de efeito retardado que vai preencher um século agitado. Nós, que queremos compreender, acabamos por ver que seria necessário, antes de qualquer coisa, organizar um mapa preciso de opiniões — melhor, de sistemas de idéias que, às margens do Reno, enfrentando-se e unindo-se, ditariam aos povos suas reações.

Seria preciso, pois o trabalho longo e escrupuloso que permitiria que uma história verdadeira fundamentasse suas conclusões não havia sido realizado. Instintivamente, nós, franceses, vemos avançar triunfalmente, por trás de nossos estandartes tricolores, sobre uma Renânia sem sentimentos próprios, aquilo que poderíamos chamar de sistema de Direitos do Homem — esse conjunto de idéias generosas e de impulsos nobremente humanos que, com ingênuo orgulho, os soldados do ano II propagavam como se, aliás, fossem especificamente franceses. Perdoáveis, eles, por pensarem assim: nós o seríamos sem dúvida bem menos, nós que conhecemos, para não falar em outras coisas, o programa dos Iluministas da Baviera tal como era formulado em 1788, um ano antes da Revolução, por um adepto, Mauvillon, no tomo IV de *La Monarchie prussienne* de Mirabeau: liberação dos "servos da gleba", abolição da mão-morta*, das corvéias, das corporações, tolerância universal de todas as opiniões religiosas etc.: o programa da Constituinte antes da Constituinte. Ora, simplesmente vejamos: iluminista, Dalberg, futuro príncipe primaz da Confederação do Reno; iluminista, Montgelas, futuro primeiro-ministro da Baviária; iluminista, provavelmente, Dietrich, futuro prefeito de Estrasburgo, e Rebmann, juiz de Mayença: alguns exemplos entre muitos outros.

E também conhecemos — ou deveríamos conhecer — esse "despotismo esclarecido" que foi, na Bélgica daqueles tempos, o "Josefismo", que, temos que admitir depois dos tomos V e VI da *Histoire de Belgique* de Pirenne, não deixava os povos indiferentes: eles não nos mostram, esses volumes tão ricos de sugestões, a França revolucionária conseguindo finalmente realizar tais reformas na Bélgica — igualdade civil, abolição dos direitos feudais, reforma dos códigos e tribunais, supressão das corporações —, que José II havia editado sem conseguir impor às populações refratárias? Estava reservado à nossa

* Costume que dava ao senhor feudal a posse dos bens de seus servos quando estes morriam. (*N. da T.*)

Revolução retomá-las no Consulado e realizá-las no Império: temos, assim, Napoleão tomando ares, na Bélgica, de executor testamentário de José II. Esse despotismo esclarecido, acomodando-se em cada principado às condições locais, pode ser encontrado no Reno às vésperas dos acontecimentos revolucionários — e suscita resistências. Quando, em Mayença, morre um seu adepto — o eleitor Emmerich Joseph —, o diretor da Escola Normal, que esse prelado "amigo das Luzes" havia criado em 1771, não é obrigado a fugir e ver-se — de longe — queimado em efígie?

Onde estão as análises de estrutura social, as únicas que poderiam nos esclarecer sobre tais reações e, de antemão, sobre as reações do Reno diante das reformas revolucionárias? Mas qual, a história é feita, em seus mínimos detalhes, das marchas e contramarchas de Custine, das tratativas diplomáticas dos renanos, das deliberações dos Comitês das assembléias revolucionárias: não é feita de filiações a doutrinas que permitiriam medir tudo e, de antemão, as reações muitas vezes hostis dos povos, das classes e das religiões contra sistemas, mesmo liberais e racionais — mas como Trajano, no dizer de Voltaire, pretendia impor reformas sem ter criado nos beneficiários o desejo prévio ou o entusiasmo. Aí está a chave de tantas dificuldades surgidas no curso dos anos revolucionários. A *tabula rasa* renana, sobre a qual nossa Revolução viria gravar seu Decálogo irresistível? Deixemos essa fantasia de lado de uma vez por todas e coloquemos o princípio mestre: não há fronteira quando dois dinastas, estabelecidos em terrenos que exploram, levantam, dividindo as despesas, algumas cercas pintadas com suas armas ao longo de um campo ou traçam uma linha ideal de separação no meio de um rio. Há fronteira quando, ultrapassada essa linha, encontramo-nos diante de um mundo diferente, de um complexo de idéias, sentimentos, entusiasmos que surpreendem e desconcertam o estrangeiro. Uma fronteira, em outros termos, o que a finca profundamente na terra não são as forças policiais, nem as alfândegas, nem os canhões por trás de muralhas. Sentimentos, isto sim; paixões exaltadas — e ódios.

ꝏ

Tudo então se esclarece: essa história tão patética da França e da Alemanha em suas relações recíprocas durante cento e cinqüenta anos — há várias maneiras de percebê-la e apreendê-la. E para começar, a tradicional, à qual não faltaram operários. No decorrer dos anos, seguir os acontecimentos políticos e diplomáticos ou reconhecidos como tal. E discutir. Mas como chegar finalmente a um acordo, se só percebemos gestos e não aquilo que, na consciência dos homens e dos povos, explica e dita tais gestos?

Março de 1793: os renanos reclamam a extensão ao Reno da República francesa. Os franceses discutem, hesitam e, finalmente, só agem depois de vinte reviravoltas. Abre-se a controvérsia: os renanos eram unânimes em seu desejo? Não. Aqueles que falavam em seu nome formavam algo mais que uma minoria? Evidentemente, não; e depois, mistério? Os próprios franceses eram unânimes, naquele tempo, ao reivindicar a abolição da monarquia? Mas, entre as assinaturas alegadas, embaixo dos endereços aparentemente explícitos, quantos imigrantes, quantos franceses de origem? E quem redigiu tais endereços? Eles não teriam sido entregues já prontos? De quantos homens eles traduzem o sentimento justo? Onde está o plebiscito? Veio a réplica: nem todos os renanos votaram, em 1793, pela França; mas em 1814, 1815 teriam eles votado pela Prússia ou pela Baviera? Pode-se sentir o ar de semelhantes controvérsias. História, não. Rabulices.

Passemos aos textos: "O Reno é a fronteira natural de uma grande República que não deseja cometer nenhum rapto violento, mas abrir seus braços às Nações que, livremente, a ela quiserem se juntar... O Reno, se nos remetermos à eqüidade, deve continuar como fronteira da França." Assim falava George Forster, renano, em Mayença, 15 de novembro de 1792, diante de renanos. E em 30 de março de 1793, em Paris, diante da Convenção: "A própria Natureza, proclama ele ainda, quis que o Reno fosse fronteira da França. Ele o era, de fato, nos primeiros séculos do reino de França." Linguagem nova? Não mais nova na boca de Forster do que, no 11 de fevereiro precedente, na de Carnot, retomando por sua conta a velha antífona: "Os limites antigos e naturais da França são o Reno, os Alpes e os Pireneus." O que

não implicava, aliás, que Forster ou Carnot pretendessem fazer da linha do rio uma linha de choque. Efetivamente, o que eles proclamavam solenemente eram lugares-comuns da política e da tradição. E se a oferta de Forster demandava exame, não é porque levantava objeções de princípio; é porque colocava um problema realista de forças a mobilizar, de possibilidades a explorar.

Novos textos, os de 1797 — quando os renanos foram consultados sobre suas intenções, no dia seguinte à paz de Campoformio (outubro, 1797), pela qual o imperador concedia "que os limites da República francesa se estendessem até o Reno". A situação agora se complica com uma idéia nova, a do autonomismo: digamos, de uma República cisrenana. Afastada, em 1793, pela Convenção reno-germânica, ela reapareceu em 1797: conseqüência natural das hesitações de uma Convenção em que, desde o dia seguinte à paz de Basiléia de 1795, teses contraditórias chocavam-se de novo. Quando a Assembléia, votando em 1º de outubro de 1795 a reunião da Bélgica, adiou qualquer decisão quanto à Renânia; quando o Diretório que substituiu a Convenção — Bonaparte, enfim — revelou-se inclinado a sacrificar o Reno a seus projetos de República cisalpina, os renanos, sentindo o imperador por trás do cônsul, retomaram a solução do meio-termo à qual a história tão raramente dá razão. E Hoche estava lá para apoiá-los; Hoche, a quem as ambições de seu rival não deixavam indiferente; em sua lápide, seu exército gravou: *Ele seria o Bonaparte do Reno*. Como propagandistas, professores, advogados, administradores; à frente, o "camaleão renano" ainda debutante, o estranho Görres, que encarnaria tantos personagens: cidadão do mundo e francófilo; propagandista da Cisrenânia; cantor devoto do rei da Prússia e mais tarde, enfim, em Estrasburgo e em Munique, fugitivo da cólera desse mesmo rei, agora por ele difamado... Um bom fio condutor através de tantas contradições e oposições, esse jornalista inflamado — esse precursor renano de Veuillot.

Assim, em maio de 1798, quando os renanos foram convidados a dar uma opinião sobre sua própria sorte, três cantilenas encheram seus ouvidos. Cuidado, sussurravam os agentes dos príncipes: "E se a

França for vencida?" Os arautos da Cisrenânia propunham a sua solução: a morte de Hoche, porém, em setembro de 1797, privou-os de todo apoio. Os partidários da união à França falavam alto: sentiam-se fortes com a introdução das principais "conquistas" da Revolução. Três cantilenas. E não quatro: nem sombra da exortação a não trair a Alemanha, a não cair nos braços do "inimigo hereditário".

Recoloquemos diante de nossos olhos algumas fórmulas de então: "Dêem-nos à França, como nos deram à liberdade", diziam os de Crefeld. Mas os de Aachen: "O Reno masculino foi feito para confraternizar com o Sena, o Garonne, o Loire* — e a Natureza deu-lhe um curso de sul a norte apenas para que limitasse legitimamente o tabuleiro de xadrez da França." Geografia cordial dos rios, seguida de um pastiche bem feito até demais, à maneira de Bernardin de Saint-Pierre. "Queimamos, acrescentavam eles, do desejo ardente de ver-nos reunidos a nossos antigos irmãos, os gauleses, por um ato legislativo." De maneira mais breve, de Eschweiler: "Só queremos ser reintegrados em nossos direitos de cidadãos franceses." Portanto, nenhum traço de escrúpulo nacional. Devemos concluir que os renanos não tinham nem o senso nem o desejo de uma nação alemã? Temos de novo, diante de nós, o problema de 1793: estes textos, quem os redigiu? Como foram assinados? O que estava sendo elaborado naquelas horas instáveis, no fundo dos caldeirões renanos? Textos, mas e o contexto vivo, que nunca é mostrado? Pobre película de história, esta que assim se inscreve na face de papéis feitos para a ostentação...



Discutir? Melhor seria compreender. Nessa época, os renanos já conheciam bem a administração francesa. Encarregado, em 4 de novembro de 1797, de estabelecer uma nova organização na região conquistada, Rudler dividiu-a em quatro departamentos: Roer no norte, capital

* O rio (*fleuve* — curso d'água de grande volume) Reno é masculino em francês, enquanto os outros três (*rivières* — cursos d'água de importância média) são femininos — Sena etc. (*N. da T.*)

Aix; Rhin-et-Moselle no centro, capital Coblença; Sarre no sudoeste, capital Trier; e Mont-Tonnerre no sudeste, capital Mayença. Em 6 germinal do ano VI (26 de março de 1798), publicando, em bloco, leis sucessivas que, na França, haviam abolido o regime feudal e os privilégios, ele deu aos camponeses renanos um magnífico presente, e completamente gratuito. Estabeleceu o júri, publicou o Código francês de delitos e penas, introduziu o sistema decimal, aboliu as corporações, decretou a liberdade do trabalho, secularizou o casamento e o estado civil. E nós aqui pensamos: "Quantas benfeitorias! Impossível que não tenham sido percebidas como tais..."

Respondemos: "Vocês esquecem os abusos." E temos de novo os trapaceiros em ação. "O regime francês, um idílio? Não, queixam-se os moderados. Nada mais que um escândalo. Uma obra humana, misturando o bem e o mal." É verdade, mas seria esta a questão? Elaboradas por franceses para franceses, as leis revolucionárias foram promulgadas, aliás, umas depois das outras, e não todas de uma vez: da noite para o dia, em bloco, embaralhadas, sem aprendizagem ou discriminação, foram aplicadas a homens que, por assim dizer, não as haviam merecido... Discussão razoável; mas a razão toca sempre o fundo das coisas?

Continuemos, colocando a nosso favor, entre as benfeitorias, a igualdade perante a lei; os dízimos, corvéias e mãos-mortas abolidos sem indenizações; os bens dos antigos soberanos, dos imigrantes e da Igreja seqüestrados, depois divididos democraticamente em 1804; mais tarde, os Códigos luminosos substituindo um amarrado informe de leis locais; os cultos protestantes e israelitas reconhecidos em 1802 e 1808; o culto católico beneficiando-se da Concordata publicada em Mayença em 4 de maio de 1802; uma chicotada violenta na economia, o Reno purgado de seus trinta e três pedágios, sua liberdade reafirmada pelas assembléias francesas, que, desde o final de 1792, promulgavam também a do Escalda; o Mosa unido a ele por Venlo, Gueldre e Rheinberg; estradas magníficas cruzando o país: a grande dorsal Basiléia-Nimègue, como um Reno terrestre; a calçada de Mayença a Coblença, orgulho de Jeanbon Saint-André, ou a de Mayença a Trier pelas planícies, e sobretudo as três grandes perpendiculares: Paris-

Hamburgo por Maastricht e Wesel; Lyon-Bingen por Chalon-sur-Saône; Paris-Mayença por Metz, Sarrebrück, Kaiserslautern, Alzey. Uma grande obra, inscrita em traços indeléveis sobre o solo renano...

O recrutamento para o serviço militar era muito pesado? Não mais para os renanos do que para os "velhos franceses". Os convocados reclamavam? Mas iam. E muitas vezes sofriam o contágio da glória, do devotamento ao Senhor, que, a seu modo, servia ao "espírito do século". E, depois, o exército com suas perdas, suas vitórias: era apenas isso. As cidades desenvolviam-se, orgulhosas de seus grandes prefeitos: em Aix, Lameth e depois Ladoucette; em Coblença, o antigo constituinte Lezay-Marnesia, próximo ao coração dos renanos e, mais tarde, também dos cidadãos de Estrasburgo; em Mayença, sobretudo, Jeanbon Saint-André, antigo membro do Comitê de Salvação Pública do ano II. Um trabalhador incansável, esse calvinista de Montauban, e uma cabeça cintilante de espírito e ironia; um homem orgulhoso que não cedia nem aos generais nem aos marechais e enfrentava vitoriosamente os engalanados, balbuciantes diante de suas meias negras e seu uniforme escuro. Ele pressentiu o fim, embora não tenha chegado a vê-lo: o país que ele havia administrado já tinha se submetido aos prussianos quando "o Conselho Municipal de Mayença, imbuído de forte lembrança", deu a seus herdeiros o terreno onde repousava o prefeito do Mont-Tonnerre. Foi ao redor desses chefes que os renanos se reuniram, se aliaram. Mas nem todos. Nessa massa de estrutura social ainda mal estudada, havia os amuados, pensando em seus interesses lesados. Havia os ideólogos, como dizia o Mestre; no Sarre, contra o Consulado vitalício, foram 1.624 *Não*, uma das cifras mais altas do protesto. Havia sobretudo (enfrentemos o velho problema) homens que, pouco à vontade nas vestes francesas tão apressadamente adotadas, fechavam-se em si mesmos, buscavam-se na noite; Görres, se quisermos, advogado das idéias francesas em 1798, completamente mudado em 1802, dedicava seu ódio à "quarta dinastia", tentando formular um germanismo autóctone e já voltando os olhos para a Prússia; enquanto isso, em Colônia, em torno de Schlegel, professor na escola secundária, agrupavam-se, desde 1804, artis-

tas, letrados, curiosos de história e de arqueologia: como os irmãos Boisserée, salvadores da arte renana e que já falavam em terminar o Domo, interrompido há tantos séculos, com sua grua em forma de ponto de interrogação.

Nesse meio tempo, crescia uma geração que, no novo ambiente de um Reno afrancesado, sentia-se mais à vontade que a precedente. Além disso, o vento soprava a favor da indústria. "Todos os esforços das pessoas ativas estão voltados para as fábricas, as manufaturas e o comércio", observava A.G. Camus em um *Rapport à l'Institut*, na volta de uma viagem, no final do ano X, aos departamentos do baixo Reno e da margem esquerda do rio. Estes esforços, inútil repetir o quanto os prefeitos do Império esforçavam-se para servi-los, favorecendo com todo o seu poder os "progressos da indústria manufatureira", que Chaptal celebraria em 1818. Como então reprimir a questão que nos vem aos lábios: o que teria acontecido, qual teria sido a sorte ulterior da Europa, se a formidável potência industrial que, no século XIX, transformou essas regiões renanas, cujo desenvolvimento a França já encorajava, tivesse se constituído sob seus auspícios?

Em 1º de janeiro de 1814, Blücher cruzava o Reno em Caub. Um acaso na história? Acaso, palavra cômoda que absolve nossas ignorâncias. De fato, não era nenhum acaso, mas uma conseqüência. A guerra, eis o que incomodou, contrariou sem cessar sob o regime napoleônico, os esforços e tentativas inteligentes que talvez... Talvez, palavra prudente, pois é difícil levantar a conta exata dos verdadeiros sentimentos da Renânia em 1814, 1815. Ouvíamos sons de vozes discordantes e não sabíamos. Da mesma maneira como não avaliamos justamente, na mesma época, as reações mais profundas dos belgas, flamengos ou valões. Até mesmo dos franceses, no tempo de Waterloo (outro grande acaso). Fazer o estudo comparado de todas essas maneiras de ser, ninguém pensou nisso. Sobre um mapa, traçamos linhas, feitas de cruzes ou pontos — e vamos dizendo: "A história foi feita." Não. No máximo, sua projeção sobre o solo. E, entretanto, há a França, a Alemanha, suas relações e reações naturais: isso não é, na verdade, um pequeno capítulo de nossa história européia.

Vamos concluir com uma palavra essa exposição contraditória e que quisemos o mais nuançada, o mais aberta possível às vozes alternadas do Leste e do Oeste. Podemos recordar a dominação francesa na Renânia sem corar. Nada de violências contra as pessoas. Nada de perseguições contra as idéias. Obras materiais úteis, progressos de civilização. Mas uma empresa moral definitiva, pelo menos uma crença no futuro? Questão reservada. Tendo faltado o tempo, este grande mestre; a política napoleônica tendo evoluído e conduzido aos resultados que conhecemos — ninguém poderá jamais dizer com segurança: "era loucura"; ou "lá havia um futuro".

2. DO RENO FRONTEIRA DA ALEMANHA AO RENO RIO ALEMÃO

A história continua a passar. 1814-1914, um século pleno: que acontecimentos, que revoluções políticas e morais! Mais que saber, podemos adivinhar: pois, ainda essa vez, nenhuma história dos sentimentos renanos durante esses cem anos. E também nenhuma história dos sentimentos franceses em relação à Renânia, sua evolução, suas vicissitudes. Como sempre, os historiadores olharam apenas para as chancelarias e diplomacias. Os projetos que criavam, os planos que propunham — os povos que estavam por trás delas apoiavam-nos ou não, com uma adesão íntima, aquela cujo nascimento nenhum governo é capaz de provocar? Davam ou não esse assentimento profundo, sem o qual uma política é apenas um jogo caduco, uma vitória vacilante? Enigmas. Quando, então, por trás de uma história diplomática muitas vezes apoiada sobre o nada — grandes pesquisas nos revelarão as realidades profundas da vida dos povos?

Não vamos resumir o que tantos livros, ardentes na repetição, nos ensinam com monótona insistência. E para começar, como, lá onde a França havia criado quatro departamentos — um departamento, bem mais que um quadro vazio: um potente instrumento para modelar, misturar, unificar homens antes separados por cem distinções, hoje

colocados em pé de igualdade e obrigados a estabelecer, queiram ou não, relações as mais diversamente ativas — como, por sobre as fronteiras derrubadas de noventa e sete domínios, ela conseguiu passar sopros de vida geral. Quatro territórios à moda antiga foram recortados: o menor para Oldenburgo, de posse de Birkenfeld, no Nahe; os dois médios para a Hesse grã-ducal, que levava Mayença, e para a Baviera, que recebia o Palatinado; o maior, enfim, para a Prússia, reinstalada em Kleve, em Gueldre, em Moers — mas, por acréscimo, implantada em Colônia e Trier, Coblença e Bonn. Uma Prússia orgulhosa de seus sucessos, já sonhando com outras presas e, logo depois de Waterloo, fazendo campanha para que a Alsácia fosse retirada da França; uma Prússia que se identificava com aquela grande Alemanha, cuja concepção os propagandistas da revanche afagaram com paixão: *Gesta Germaniæ per Borussos.*

Nada de inúteis retornos ao passado. Uma potência, entre todas, trabalhou para que a Prússia recebesse, no Reno, um lugar tão surpreendente, historicamente falando: a França de Talleyrand, que pressionou para que a Prússia aceitasse tal destino, uma Prússia à qual Colônia inquietava, à qual Trier absolutamente não atraía e que teria preferido cem vezes ceder a Renânia a um rei de Dresde despojado de seus Estados — história conhecida e de pouco interesse hoje em dia. Outra coisa importa e é preciso sublinhá-la com força: o estabelecimento da Prússia no Reno — que nos obstinamos a ver apenas como um fato político e diplomático — era um acontecimento de singular amplitude: o anúncio de uma mudança total de frente na velha Alemanha, uma revolução da mentalidade coletiva de nação. Ontem, os renanos a sós com os renanos, dando livre curso, em suas variadas regiões e suavizados pelos sopros do Sul e do Ocidente, à vivacidade bonachona, ao abandono despreocupado, à fantasia facilmente sonhadora. Bruscamente, esses homens rudes do extremo nordeste da grande planície indefinida que vai, sem cortes, mergulhar e se perpetuar em meio ao mundo eslavo; esses súditos de eleitores e depois de reis dominadores, tão curvados e treinados para as disciplinas militares que nem sentiam mais o jugo, só o orgulho; bruscamente, estes

portadores de um ideal de ordem e de serviço, endurecidos no orgulho da raça e no culto devotado das ordens — eram eles que se estabeleciam no Reno, estreitavam-no em seus punhos brutais e, campeões eleitos de um germanismo traído pelos frágeis homens do oeste, tentavam reerguer os renanos, inculcar neles, por bem ou pela força, seus métodos, suas maneiras, suas idéias e seus sentimentos sem nuances. Drama brutal, conflito entre duas Alemanhas, a primeira já vencida antes mesmo que o combate começasse, e que, no entanto, vai resistir, vai se debater antes de ceder e, logo, se entregar: mas atenção, precisamente, para não mencionar, diante desses sobressaltos e resistências, sobrevivências francesas, nostalgia das coisas da França — quando se deveria falar de tradições renanas, nostalgia de um passado amado, pleno de felicidades, preferível, para muitos, ao ideal ascético de uma Prússia militar: servidão e grandeza.

Não vamos insistir sobre esse aspecto, sobre a brusca intrusão, às margens do Reno, de métodos já provados — o mestre-escola (personagem de importância primordial desde que teve início a elaboração de uma idéia nacional baseada na língua) abrindo o caminho para o Feldwebel, modelador de massa humana; a ciência a serviço de fins políticos, e, em 3 de agosto de 1818, em Bonn, no antigo Palácio dos Eleitores que havia servido de liceu para os franceses, foi aberta uma universidade para dar ao rei da Prússia uma nova "fortaleza de ação positiva" no Reno. Peças conhecidas de um sistema muitas vezes descrito. Ainda céticos, os renanos deixaram as coisas correrem: aos *Rheinische Lümmel* de seus instrutores, respondiam com o eterno *Hungriger Preusse* das regiões ricas, ou com a desabusada palavra de Görres: *Littauer!* Lituanos, ou seja, cossacos. O purgatório, pensavam, só vai durar um tempo: estavam enganados.

Primeiramente porque, nas mãos de seus novos senhores, o que a diplomacia européia, abusada, fez levianamente quando entregou o Reno, foi dar-lhes um temível instrumento. Sem dúvida, ela tomou suas precauções e, com o mesmo gesto, prestou aos princípios de Revolução vencida uma homenagem tão característica quanto involuntária. Em 1814, sob proposição do plenipotenciário francês, pro-

clamou, pelo artigo V do tratado de 30 de maio: "A navegação do Reno será livre, do ponto onde o rio se torna navegável até o mar, de tal maneira que não possa ser proibida a ninguém." Mas duas ou três ressalvas insidiosas, introduzidas no texto por proposição do representante da Prússia (Guilherme de Humboldt), foram suficientes para tornar a cláusula ilusória, abrindo a porta para tratamentos diferenciados. E Blücher ainda não havia posto os pés no Reno em 1813, quando uma brochura apareceu: *Der Rhein, Teutschlands Strom, aber nicht Teutschlands Gränze*. Uma palavra de ordem. Uma reviravolta completa das velhas posições. O autor — esse Arndt que, da ilha de Rügen, tinha vindo a Greifswald por volta de 1800 para pregar seu ódio à França — não se desviava por caminhos transversos...

O Reno havia sido, ainda era nessa data, uma fronteira. Separava a Alemanha da França em um trecho de seu curso. Aliás, uma fronteira nada carregada de ódios. O Reno fronteira era um fato: ao redor dele, nenhuma exaltação. E quando ruiu o regime napoleônico, este fato ainda subsistiu? Toda uma Alemanha napoleônica cobria, em direção ao leste, as terras renanas. O reino da Westfália juntara-se ao grão-ducado de Berg para jogar para o extremo oriente da Europa uma Prússia de dentes limados. Um fio condutor de departamentos franceses alongava-se, seguindo o mar do Norte, até Hamburgo. E de seus reis, de seus grão-duques recém-consagrados, uma Confederação do Reno, instituída em Paris em 1806, mascarava o cadáver do Santo Império — morto, no dizer de Görres, desde a segunda rendição de Mayença, "na idade brilhante de 955 anos, 5 meses e 28 dias". Lembremos enfim: entre as vozes de 1792, 1793, 1797 proclamando que a fronteira da França era o Reno, nenhuma voz alemã gritou: "Erro sacrílego!", nem em nome de uma Natureza mais étnica que geográfica; nem em nome de um germanismo totalmente reunido em um corpo de Nação...

Grave coisa para os novos patriotas alemães — como Arndt e seus êmulos. Pois essa doutrina do Reno fronteira da Alemanha não era o título de crédito dos franceses para reivindicar a margem esquerda? E não menos o título moral dos renanos para deixar sem respostas os apelos apaixonados dos germanizantes. Fronteira, lá onde

acaba uma cultura para dar lugar a outra... Ora, a oeste havia uma cultura, e prestigiosa: os renanos acabavam de experimentar seu sabor. Criar uma outra a leste, e em outras bases: bem; mas onde iria parar sua expansão em direção ao oeste? No Reno, fronteira da Alemanha? E então, era toda a margem esquerda abandonada às idéias francesas? Não, o Reno não era, não poderia ser a fronteira da Alemanha. Bem comum dos alemães, ele deveria ser um traço-de-união — o centro de expansão de uma cultura alemã...

Idéias que não se perderam. Os prussianos, quando se instalaram no rio em 1815, estavam imbuídos delas. E repentinamente, por um golpe de sorte de conseqüências incalculáveis, nas próprias margens do rio — livre em teoria, mas que na prática eles tinham se arrogado o direito de controlar —, a mais rica de todas as bacias carboníferas da zona herciniana deu origem, na província renana e na Westfália, à mais forte aglomeração industrial de toda a Europa central, e dotou a fórmula de Arndt de um sentido econômico, de um sentido material mil vezes mais importante e pleno do que seu sentido político e espiritual... O destino, na verdade, movia-se a favor da Prússia.



Já se disse muitas vezes como um trabalho de idéias havia começado, desde 1815, às margens do grande rio. Ao trabalho historiadores, filólogos, juristas e lingüistas: os territórios compreendidos entre o limite das línguas e o Reno, territórios povoados por "homens sem caráter" — epíteto homérico que por meio século escoltou os renanos — de que se tratava? De bom grado, nós franceses dizemos: de banir a França e as lembranças francesas. E, sem dúvida, é verdade. Eles, os alemães, dizem: forjar uma Alemanha segundo as idéias e os métodos prussianos — criar, nesse sentido, uma consciência alemã. E eles também não estão errados.

Do presente, o rei da Prússia se ocupava, desajeitadamente às vezes, mas metodicamente. Do passado, o professor prussiano tinha se encarregado. E as vontades práticas viram-se, por seus cuidados, fanta-

siadas com vestes científicas. Podemos entrever esta história bastante bem, assim como podemos adivinhar qual foi sua contrapartida: a história das omissões francesas no Reno. A golpes de documentos diplomáticos, é possível restituir sua aparência oficial. Mas ela não foi feita, permanece no ar. A história ampla e remexida dos sentimentos franceses em relação ao Reno e à Alemanha, essa história de importância capital — quem soube, quem quis escrevê-la? Quem irá compor seus capítulos mais fundamentais? Onde estão as análises dos jornais, e não apenas dos jornais mais importantes: daqueles jornais de província, periódicos de toda a espécie (revistas de sociedades eruditas, de grupos políticos ou outras, correspondência privada etc.), que poderiam nos esclarecer (nem que fosse por seu silêncio) sobre os verdadeiros sentimentos dos franceses de diversas categorias? Certamente, é cômodo limitar-se ao jogo dos ministros e embaixadores: construções em falso, mais uma vez. Mas quando uma reviravolta brusca nos surpreende, não é que, sob a bela superfície das relações diplomáticas, uma caverna profunda cresceu no país?

Os fatos aí estão. Nem em 1830, quando Edgar Quinet, marido de uma renana do Palatinado, escreveu à mãe: "Estamos tontos de alegria, e todo o povo das margens do Reno espera apenas um sinal para reunir-se à França"; ou quando, voltando de uma inspeção às mesmas margens, o general prusiano Rochus von Rochow especificava que "nenhum renano deve ser encarregado da guarda de fortalezas" (seria como tentar o diabo, pensava, com ou sem razão, este desconfiado servidor do ideal prussiano) — nem então, nem mais tarde, o governo de Luís Filipe pôde ou quis reaparecer nas margens do *Vater Rhein* que Heinrich Heine nos mostrava ao estudar de novo, em profundidade, a gramática francesa de Meidinger: "Eu o ouvia conjugar *eu amo, tu amas, ele ama, nós amamos*... O que ele amava? Em qualquer caso, não os prussianos!" Da mesma forma em 1848: enquanto em 1837 dava-se a brutal deportação do arcebispo de Colônia, von Droste-Vischering, e de seu vigário-geral para as casamatas de Minden e Magdeburgo; enquanto a caça aos burgueses amotinados pelos soldados e gendarmes prussianos despertava ardentes paixões; enquanto toda a Renânia reivindicava liberdades constitucionais a seus senhores e Herwegh, de Wurtemberg, respondia no *Rhin Allemand*, não sem sutileza:

*Der Rhein, der Rhein könnt freier sein;**

enquanto quase em toda parte, enfim, em Aachen, Trier, Colônia, Düsseldorf, rebeliões sangrentas lançavam os renanos contra seus senhores — o jovem governo da Segunda República não pôde nem quis arriscar um gesto sequer, não digo nem para reconquistar as posições perdidas em 1815; simples e muito mais modestamente para dar apoio a reivindicações que não eram francesas, mas renanas.

Estavam certos ou errados? Problemas que um historiador não tem que resolver. Ele se coloca diante dos fatos tal como aconteceram e tenta explicá-los, nada mais. Todavia, não pode esquecer o texto nuançado de Heinrich Heine, que ele próprio citava a todo instante: "O que ele ama? Não os prussianos..." E é verdade. A hora ainda não havia chegado. Mas a idéia cândida de que, na margem esquerda do Reno, os relógios tinham parado em 1814 e marcavam obstinadamente a hora francesa — uma hora que nem mesmo nos tempos da República e do Império soava com alegria —, esta idéia, um historiador não poderia fazê-la sua. Carrilhões franceses e carrilhões renanos estavam desconcertados desde 1815 — mais, talvez, do que eles próprios percebiam. Em que medida exata e sob quais influências? Esqueceram de dizer, assim como os brilhantes informantes — para quem uma temporada em Ems era suficiente para confirmar idéias parisienses — esqueciam de se perguntar?

Também, seria enorme a tarefa de reconstituir esta história em toda a sua profundidade. Lenta descida às massas, sob formas simplificadas — ainda mais difíceis de reconhecer — dessa ideologia romântica que Goethe já esboçava em sua reação contra o mecanismo; progresso da idéia de organismo vivo evoluindo ao mesmo tempo sob a pressão de forças externas e sob a ação dinâmica de seu próprio impulso; e, conse-

* O Reno, o Reno pode ser mais livre. (*N. da T.*)

qüentemente, toda uma germinação de idéias e sistemas filosóficos ou religiosos, e, no interior dessas vastas sínteses, tão inebriantes para cérebros alemães, inúmeras passagens do individual para o universal, inúmeras propostas de conciliação entre autonomia pessoal e ordem coletiva: tais caricaturas de sistematização, tais enlevos de especulação no seio de um povo para o qual a palavra não se transforma imediatamente em ação, mas em ebulição interior e fermentação — pode-se acreditar que eles não tenham levado muitos espíritos cultos a realizar, no campo da política, essa conciliação de tendências cosmopolitas e tendências nacionalistas que aconteceria fatalmente na Alemanha, se a palavra "unidade" pudesse assumir algum sentido no país?

Poderíamos acreditar que os renanos não foram pouco a pouco influenciados e penetrados por todo esse grande processo intelectual, expressão do desejo de um povo que, para sair dos abismos sondados entre 1806 e 1816, decretou, em um imenso impulso místico, "que a alma alemã é fundada no Eterno"? Coisas da Prússia: mas seria possível nomear aqueles entre os renanos que colaboraram útil e ativamente com o pangermanismo político, literário e econômico, de Hansemann a von der Heydt, a Sybel, a Görres, a Lamprecht e a Clara Viebig — à espera de Thyssen, Krupp e Stinnes? Três nomes que nos introduzem a um outro domínio, a região do Ruhr, cuja calma campestre o príncipe Pückler descrevia em 1815, embora os grandes pioneiros do movimento industrial já se preparassem para entrar em ação: depois de Franz Dinnendahl († 1827), que instalou a primeira máquina a vapor usada pelas carvoarias da Wetsfália, e de Friedrich Krupp († 1826), um Friedrich Harkort que, prevendo e organizando o progresso das estradas de ferro e dos canais, preparou o leito onde iria se estender a poderosa indústria — à espera de que um Friedrich Grillo, levando as minas de Ruhr para Emscher, fomentasse, de 1853 a 1857, os destinos de Essen. Nomes evocadores, como o de David Hansemann, pequeno caixeiro viajante que se transformou em grande negociante de Aachen e fundou, em 1851, a Disconto-Gesellschaft — eles significam adesões de outra ordem. Eles explicam uma evolução que não tem apenas raízes políticas ou filosóficas. Eles nos ajudam a compreender que, para saber como se

criou lentamente uma Alemanha nas consciências renanas, é preciso — antes que Bismarck tenha inaugurado seu jogo alternado de golpes de força e manobras — projetar sobre a tela da unidade tanto a imagem conhecida do professor e do oficial prussianos quanto a silhueta do agente alfandegário ou do agente de execução do Zollverein, junto com aquelas do industrial e do banqueiro.

E ainda seria preciso falar da cumplicidade do tempo — as vitórias, sobre a cultura mais refinada das aristocracias renanas, de uma cultura de nível inferior veiculada por esses duros cérebros camponeses da baixa Alemanha, nos quais residia, cada vez mais, a força alemã. Seria preciso avaliar a influência crescente de um catolicismo reforçado pelo prestígio do papado restaurado que, mais e mais, aspirava a uma única Concordata, à unificação de uma grande Alemanha católica. Fatores imponderáveis? Se assim o quisermos, mas que acabam por pesar terrivelmente na balança. É por não conhecê-los, por não colocá-los em seu justo lugar, que ministros e diplomatas, baseando seus cálculos unicamente em dados políticos e conveniências diplomáticas, enganam-se tão freqüentemente. Precisamente porque acreditam na autonomia da política e não querem ver que o *Homo politico-diplomaticus*, essa abstração das abstrações, só recupera sua realidade no seio do *Homo universalis*, esse eterno desconhecido...

Se, depois de tudo isso, essa ou aquela família de Mayença ou Coblença guardou ou não o busto de Napoleão herdado do pai ou a cruz do avô sob sua redoma de vidro — pouco importa. Lembranças de museus; e aqueles para quem elas ainda representavam uma recordação da juventude, esses acabavam de descer ao túmulo. Fim de uma geração, fim de um estado de espírito.



E deu-se a "catástrofe": 1870, a Alsácia-Lorena ocupada pelo Reich, o programa de Arndt enfim realizado: o Reno, de Basiléia a Emmerich, todo o Reno ou quase, alemão, essencialmente alemão. Então, se é verdade que, ainda em 1830, a França teria podido, talvez, encontrar

no fundo das velhas cinzas algumas chamas capazes de reacender; se é verdade que, durante cerca de trinta anos, seus dirigentes puderam lembrar-se de que, outrora, prefeitos administravam Aachen, Trier e Mayença, agora ela sequer pensava nisso. Depois de suas derrotas, a França sonhava com essa Alsácia, com esses fragmentos de Lorena que eram os vínculos vivos de um Reich interessado — inteiramente, renanos inclusive — em sua posse, sua conservação, sua conversão ao germanismo integral. E de que lhe serviriam, aliás, sonhos e arrependimentos? Também na Renânia tudo mudou. A partida não é mais disputada pelos mesmos parceiros: renanos contra prussianos. Agora ela confronta o Reich e os renanos. Um Reich que, sem dúvida, é dominado pela Prússia — mas que é também uma criação comum, um bem de todos. E aquilo que os renanos suportaram nos dias que se seguiram a 1815, agora sem indignação, aceitam que, por sua vez, a Alsácia suporte nos dias que se seguiram a 1871: que um jornal como o *Strassburger Post* retome as tradições do *Rheinischer Beobachter*, criado outrora em Colônia para expulsar os miasmas franceses — à espera de que um assunto de Saverne reviva os enfrentamentos colonianos de 1846. Irônico desmentido para aqueles que, tentando evitar um mal limitado, desencadearam sobre a Europa — e por quantos anos — a tempestade de ventos que, em 1815, com suas mãos sutis de antigo prelado, Talleyrand havia trancado em um odre prussiano.

1870: nesse acontecimento temos visto apenas nossas próprias e mais próximas infelicidades: a mutilação do território, o sangramento da poupança, nosso aviltamento e nossas humilhações. Mas e do ponto de vista alemão? E do ponto de vista renano? Pela primeira vez, uma grande potência, reforçada pelo prestígio de suas vitórias, enriquecida pelos progressos de sua economia, instalava-se no próprio coração da Europa, dispondo das grandes vias que aí se entrecruzavam: Leste-Oeste, Norte-Sul; entre elas, o Reno e seus desaguadouros, na subida e na descida. Não se tratava de uma potência distante, do Oeste ou do Sul, partindo da periferia para se instalar no centro da Europa; na verdade, ela se perdia sempre, sem resultados duráveis. Solidamente mantido pela armadura prussiana, o novo Império alemão retomava

a posição central que o Santo Império romano germânico havia ocupado de fato, mas sem jamais conseguir, em sua fraqueza, o controle real. No coração do continente, e dominando sua grande artéria renana, ele instalava uma massa compacta de territórios orgulhosos de seu recente amálgama, fundido ao fogo das vitórias, e já se embriagava diante das perspectivas de riquezas materiais e de força que, no exato momento em que se completava o triunfo político, os realizadores expunham aos olhos da nação.

O mundo alemão que o Império de Bismarck vinha enquadrar já não era mais, em sua textura íntima, o mesmo que, em 1815, logo depois de Waterloo, os Aliados haviam reorganizado a partir de um novo plano. Os 25 milhões de homens que então povoavam, aproximadamente, os territórios do futuro Reich tinham se transformado em 40. De seu solo eles já retiravam 26 milhões de toneladas de carvão, 12 só da bacia do Ruhr. As vias férreas — podem-se vê-las no mapa do *Handatlas* de Aubin, em cores diversas segundo as datas e que, em 1870, estendem-se ao longo do Reno, enquadrado por elas — reviviam as vias transversais: a que margeia os maciços hercinianos e se liga à via renana nas proximidades do Ruhr; a que se afasta nas cercanias de Frankfurt e, pela via do Maine, mergulha em direção à Saxônia e à Boêmia. Pequenos começos, mas que prometem belos desenvolvimentos. Podemos acreditar que os renanos, à beira de seu Reno já revitalizado por todas essas novidades — podemos acreditar que eles não sentiram um começo de grato orgulho?

Falando da Alsácia e da Lorena no final do Antigo Regime, Vidal de la Blache, em um belo livro infelizmente pouco conhecido, *La France à l'Est* — depois de ter notado que, nas vésperas da Revolução, alguns alsacianos esclarecidos começavam a formular o voto de que "a Alsácia consinta, para sua própria felicidade, em não ser mais tratada como estrangeira nos Estados do Rei" —, escreve estas palavras clarividentes: "A Lorena e a Alsácia sentiram despertar as primícias de um grande futuro industrial e tiravam desse justo pressentimento uma apreciação mais ampla e mais exata de seus verdadeiros interesses." E acrescenta: "Uma longa infiltração havia precedido a conquista; um pe-

queno trabalho preparou a adaptação. Foi obra dessa administração do Antigo Regime, notavelmente leve e inteligente, apesar de suas lacunas; ela simplesmente praticou esse realismo de boa cepa que consiste em não subordinar a visões já atrasadas os votos e as maneiras de ver seus administrados."

Isso permite compreender admiravelmente o que havia se passado antes de 1870 e, mais ainda, o que haveria de se passar depois dessa data na Renânia. Com a pequena diferença de que a administração prussiana, rígida e tensa, não era a do nosso Antigo Regime, e praticava uma política sistemática, consciente e definitiva. Mas é bem verdade que a partir de 1870 tudo se precipitou. As forças econômicas da Alemanha ganharam um impulso grandioso. População? O ritmo é conhecido: 1816, 25 milhões; 1871, 41; 1880, 45; 1890, 49; 1900, 56. População das duas províncias industriais da Wetsfália e da Prússia renana? 1871, 5 milhões; 1890, 7; 1900, 9; 1908, 11; 1925, 12. Bacia do Ruhr no sentido estrito da palavra? 1871, 778.000 habitantes; 1925, 2.832.000. No *Handatlas* de Aubin, dois mapas traduzem a densidade da população na Província renana em 1820 e em 1905: a escala, no primeiro, pára em "mais de 200 por km^2"; na segunda, em "mais de 1.000". Quanto às riquezas minerais, quanto ao carvão, a mesma progressão: em 1870, 26 milhões de toneladas; em 1913, 190 milhões; na região do Ruhr, em 1870, 12 milhões; em 1875, 18,5; em 1890, 35; em 1900, 60; em 1913, 114. População? 60% trabalhando ou vivendo de um trabalho industrial, realizando a produção maciça do aço, dos têxteis, dos produtos químicos que fez a Alemanha econômica e sua grandeza. E nessas regiões vermelhas do fogo das usinas, a alta chama das cidades colossais que brilham consumindo: 1870, nem 10 cidades de 100.000 habitantes; 1900, 40 cidades de mais de 100.000, das quais 8 têm mais de 300.000 habitantes...



Estas cifras, os renanos não as conhecem abstratamente; eles as vivem. Sentem-nas em si. São tomados por elas. Os renanos, orgulhosos

de seu magnífico Reno: uma das vias mais poderosas de todo o universo. *Der Rhein, nicht Teutschlands Gränze*: fato consumado em seguida ao tratado de Frankfurt. *Der Rhein, Teutschlands Strom*: toda uma Alemanha apaixonada emprega seus esforços para transformar esta fórmula em uma realidade viva. Lento trabalho que acumula resultados pacientemente e, de repente, triunfa. A partir de 1880, uma prosperidade sem precedentes espalha-se sobre as terras renanas: a prosperidade que decorre do Reno. O ouro do Reno, não são mais aquelas partículas arrancadas pouco a pouco das areias batidas; é um imenso Pactolo, filho do labor humano, que enche os renanos de orgulho e bem-estar. E que dá origem à grande tentação: um Zollverein interpondo, entre o Escalda e o Mosa, suas tarifas, suas combinações de transportes sabiamente calculados em proveito da Alemanha e da Europa central. O Reno, desaguadouro de uma via colossal de comércio e influência, atingindo, através do Gothard e de Gênova, o Mediterrâneo — e, pelo Danúbio e Constantinopla, a Ásia anterior, Bagdá, o golfo Pérsico. O Reno, rio alemão? Ou antes, rio da Europa central: traço-de-união colossal entre o mar do Norte e os mares asiáticos.

Sonhos — mas que se transformaram em realidade. E que, tendo como suporte um Reno "fabricado", dominado, rodeado pela Alemanha, desmoronaram no dia em que a França, reinstalando-se no Reno, livrou o velho rio de sua servidão, fazendo-o outra vez livre e internacional, e quebrou — de acordo com suas tradições — um monopólio de opressão e exploração. O Reno "feito e desfeito": mais uma vez, vamos repetir a fórmula; melhor que todas as outras, ela diz aquilo que, para o historiador, o grande rio significa no mundo.

CONCLUSÃO Um olhar para o passado

Desde a aurora da história humana até o desabrochar da civilização moderna, é assim que nos aparece a grande originalidade do Reno, aquela que as paixões nacionais não poderiam destruir, pois está gravada, apesar delas, em cada século, na vida e na obra das sociedades humanas: sua virtude de ligação e aproximação.

Hoje, o Reno, via fluvial incomparável, domina a vida econômica dos países que atravessa. Ele oferece um aparato de circulação sem igual na Europa e que faz eclodir em suas margens uma poderosa vida urbana, comercial e industrial. Sem levar em conta as fronteiras, ele distribui de um Estado a outro os grandes produtos da economia universal. Cria entre os ribeirinhos, da montanha ao mar, uma solidariedade de interesses, uma associação internacional entre nossas sociedades, hoje dominadas pela economia, e outrora, quando a primazia era dela, pela política. Nessa missão de unir os homens, o historiador do Reno contém belicosas fatalidades — nós quisemos sobretudo esclarecer o que ela representa de contatos humanos, de entendimentos espirituais e trocas materiais.

A tese da fronteira predestinada não resiste, de fato, nem ao estudo do passado nem à observação do presente. A França não esteve sempre vorazmente voltada para a conquista do rio — não mais do que a Alemanha, na medida em que ignora a mística de o Reno, como muitos dizem e acreditam, ter sido durante séculos, unicamente, o abrigo da fortaleza Alemanha ou o corte inicial do setor França. Ou ele não seria o Reno, pois as nações não se compreendem pela borda ou pelos cortes. A França de um lado, há muito tempo unificada; do

outro lado, os pedaços da federação cristã da Idade Média que chamamos de Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça: todos esses países se compreenderam, se penetraram e se fecundaram mutuamente através do Reno. Mesmo quando houve conquista militar, ocupação pela força, a dominação francesa deixou mais coisas sobre o Reno do que ódios estéreis. E a quem poderíamos convencer de que a Prússia — essa Prússia que os renanos, por livre vontade, consideravam exterior, se não estrangeira a seu mundo alemão — tenha vindo até o Reno como arcanjo da justiça para vingar os sofrimentos do germanismo? A verdade não está apenas naquilo que arrematou a obra de paciência voluntária empreendida pelos eleitores de Brandemburgo e que os reis da Prússia continuaram — esse foi o contato que, apesar deles mesmos, sua política teve, e seu espírito, com essas terras renanas tão profundamente diferentes das terras germânicas do norte e do leste, e que — percorridas pelos ventos liberais de uma Europa mais evoluída, isoladas, aliás, em um catolicismo que não as opunha apenas por seus ritos e crenças, mas por sua concepção geral da vida, às regiões luteranas — seriam as únicas a permitir, por sua adesão a uma potência oriental como a Prússia, que surgisse uma Alemanha total com dois pólos: um a leste, na área do Elba e do Oder, diante do eslavismo; o outro a oeste, no Reno, face aos liberalismos sedutores trazidos pela França e pela Inglaterra.

Somente a esse preço o Estado prussiano poderia encarnar a Grande Alemanha. Ele precisava do contato com o rio, do batismo renano, o único que poderia conferir universalidade às obras germânicas; ele precisava desse Reno que, do Lutero de Wittemberg sentado diante de sua cerveja, havia feito o Lutero de Worms que abalou o mundo inteiro; esse Reno que, na mesma época, viu eclodir em Estrasburgo o primeiro calvinismo, infinitamente mais universal nesse cruzamento cheio de espírito do que mais tarde em uma Genebra encerrada no fundo de seu lago Léman; esse Reno de onde partiu, para se expandir sobre o universo pensante, todo o povo anônimo dos impressores — aquele que o nome tradicional de Gutenberg, de Mayença, simboliza. Mostrando-se pouco entusiasmada com o presente renano que a política das potências, estimulada pelas indicações falsas de Talleyrand, lhe oferecia depois da queda do vencedor de Iena, a Prússia pecou pela falta de previsão. No momento preciso em que o destino colocava em suas mãos o instrumento de seu triunfo — em que, aliás, entregava-lhe, ainda insuspeitas, as prodigiosas riquezas carboníferas que não tardariam a transformá-la na primeira potência mineral do mundo alemão —, ela viu apenas as aflições de um conflito fatal. Depois de mais de um século, como ela poderia resumir em uma só fórmula — a *Wacht am Rhein* — o que para ela foi um golpe de sorte inesperado que, colocando-a no Reno, rio que liga e universaliza, permitiu que se apropriasse da célebre fórmula que Otton de Freising cunhou em 1157; "*Totam provinciam a Basilea usque Maguntiam, ubi maxima vis regnis esse noscitur, paulatim ad suam inclinavit voluntatem.*" De Basiléia a Mayença, "o coração mesmo da Alemanha política"? A observação não vale apenas para o século XII...

Assim continua a história; assim o Reno permanece sendo o rio que reúne, apesar dos ódios políticos e dos conflitos. Hoje mesmo, na verdade, qual o Estado que poderia reivindicá-lo só para si? Moralmente, seria necessária outra justificativa, além do desejo de concretizar um mito e realizar imaginações coletivas. Seriam necessários os desaguadouros dos desfiladeiros alpinos que fundaram a Suíça, e os estuários no mar do Norte que fundaram a Bélgica e a Holanda, e a soberania de Londres para que os estuários não deixassem de ser as portas comerciais da Europa continental...

Colocada assim em terreno político, nos limites atuais de nossas mentalidades nacionais, a questão do Reno não comporta solução. É por isso que preferimos levá-la para um terreno mais sólido: o das virtudes eternas do grande rio.

Referências bibliográficas

As notas que se seguem retomam a bibliografia composta e comentada pelo próprio Lucien Febvre, sublinhando que ela indicava apenas as obras que ele havia consultado para a organização de seu texto. Todas as referências foram verificadas sob nossos cuidados e completadas na medida do possível. (Peter Schöttler)

1. GENERALIDADES HISTÓRICAS

Sobre a "história humana"do Reno, não há trabalhos de conjunto. *Le Rhin dans l'histoire* de Ernest Babelon, 2 vols., Paris, 1916-1917, pertence à categoria das obras que, seguindo as pegadas dos *Frankreichs Rheingelüste* de Johannes Janssen (1861), tentam explicar com a obsessão pelo Reno toda a história franco-alemã. A *Géopolitique* (a esse respeito Lucien Febvre, *Revue critique*, 1929 [retomado em *Pour une histoire à part entière*, Paris, 1962, pp. 131-138], e Albert Demangeon, *Annales de Géographie*, janeiro de 1932) reveste-se agora, na Alemanha, com as roupagens da moda (p. ex., Paul Wentzcke, *Rhein und Reich*, Berlim, 1927 etc.).

A assinalar simplesmente o esboço de história política, nítido e útil, de Gaston Zeller: *La France et l'Allemagne depuis dix siècles*, Paris, 1932 [reed. ampl. 1948], retomando alguns temas já indicados em sua grande história de *La Réunion de Metz à la France (1552-1648)*, 2 vols., Estrasburgo, 1926. No plano não mais polí-

tico, mas cultural, consultar (com precaução) a *Histoire générale de l'influence française en Allemagne* de Louis Reynaud, t. 1, Paris, 1913; *L'Influence allemande au XVIII[e] et au XIX[e] siècles*, Paris, 1922, e *Français et Allemands*, Paris, 1930. Sobre o Rheinland: Hermann Aubin, Theodor Frings, Josef Müller, *Kulturströmungen und Kulturprovinzen in den Rheinlanden. Geschichte-Sprache-Volkskunde*, Bonn, 1926 [reed. Darmstadt, 1966].

2. GEOGRAFIA HISTÓRICA E AMBIENTE GEOGRÁFICO

Não há atlas histórico do Reno; suprir com o *Elsaß-Lothringischer Atlas*, dirigido por Georg Wolfram e Werner Gley, Frankfurt, 1931 (cf. Lucien Febvre, *Revue critique*, 1933, pp. 141-144); o *Geschichtlicher Handatlas der Rheinprovinz*, dirigido por Hermann Aubin e Josef Niessen, Colônia, 1926 [reedição:1950]; o *Geschiedkundige Atlas van Nederland* de A.A. Beekman, Haia, 1911-1935.

Sobre o ambiente: Albert Demangeon, *Belgique, Pays-Bas, Luxembourg* (*Géographie Universelle*, t. II), Paris, 1927. — Emmanuel de Martonne, *Europe Centrale*, 2 vols., Paris, 1930-1931 (*Géographie Universelle*, t. IV). Do lado alemão; Robert Gradmann, *Süd-Deutschland*, 2 vols., Stuttgart, 1931 [reedição: Darmstadt, 1959] (abundantes bibliografias).

3. OS TEMAS DO RENO

A. A rota. Georges de Anteyer, *Les Voies fluviales primitives et leurs cols dans les Alpes*, Gap, 1928. Ernst Sprockhoff, *Zur Handelsgeschichte der germanischen Bronzezeit*, Berlim, 1930. Rudolf Petersdorff, *Germanen und Griechen*, Wiesbaden, 1902. Rudolf Much, *Ulyxes in Germanien*, in *Wörter und Sachen*, vol. 12, 1929, pp. 342-361. Camille

Jullian, "Ulysse en Germanie", *Revue des Études anciennes*, vol. 14, 1912, pp. 283-284. Rotas do âmbar, croquis no *Geographical Journal*, vol. 66, 1925, pp. 481-507 (J.M. de Navarro).

B. A fronteira. Lucien Febvre, *La Terre et l'évolution humaine. Introduction à la dimension géographique de l'histoire*, Paris, 1922 [reedição: 1970]; "Frontière, étude de vocabulaire historique", *Bulletin du Centre International de Synthèse*, n. 5, junho de 1928 [retomado em *Pour une histoire à part entière*, Paris, 1962, pp. 11-24]. Karl Haushofer, *Grenzen in ihrer geographischen und politischen Bedeutung*, Berlim, 1927. Albert de Lapradelle, *La Frontière*, Paris, 1928.

C. Raça e língua. Além das obras gerais de Joseph Deniker [*Les Races et les peuples de la terre*, Paris, 1900], Eugène Pittard [*Les Races et l'histoire*, Paris, 1924] e Henri Neuville [*Peuples ou races?* in *Encyclopédie Française*, t. VII, 1936, pp. 7-44-1 a 7-64-15], cf. Sigmund Feist, *Kultur, Ausbreitung und Herkunft der Indogermanen*, Leipzig, 1913. Antoine Meillet, *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*, 3ª ed., Paris, 1912; *Les Dialectes indo-européens*, Paris, 1922; *Caractères généraux des langues germaniques*, Paris, 1927; *Esquisse d'une histoire de la langue latine*, 2ª ed., Paris, 1931.

4. CELTAS E GERMANOS

Henry d'Arbois de Jubanville, *Les Premiers habitants de l'Europe*, 2ª ed., 2 vols., Paris, 1889-94. Georges Dottin, *Les Anciens peuples de l'Europe*, Paris, 1916. Joseph Dechelette, *Manuel d'archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine*, 4 vols., Paris, 1908-1914. Camille Jullian, *Au seuil de notre histoire*, 3 vols., Paris, 1930; *Histoire de la Gaule*, 9 vols., Paris, 1920 [reedição: 1994]. Henri Hubert, *Les Celtes et l'expansion celtique* e *Les Celtes depuis Tène*, 2 vols., Paris, 1932.

Torsten Evert Karsten, *Les Anciens Germains*, Paris, 1931. Eduard Norden, *Die germanische Urgeschichte in Tacitus Germania*, 2ª ed., Berlim, 1923. Gustav Kossina, *Ursprung und Verbreitung der Germanen*, Leipzig, 1926. Sigmund Feist, *Germanen und Kelten*, Halle, 1927.

Karl Schumacher, *Siedlungs- und Kulturgeschichte der Rheinlande*, 3 vols., Mayença, 1921-1925.

5. ROMA

Corpus Inscriptionem Latinarum, t. XIII, pp. I-IV. Émile Esperandieu, *Recueil de bas-reliefs de la Gaule*, Paris, 1907-1930.

Germania Romana, ein Bilder-Atlas, publicado por Römisch-Germanische Kommission, 2ª ed., Bamberg, 1924 e seg.

Frieder Koepp, *Römer in Deutschland*, 3ª ed., Leipzig, 1926. H. Dragendorff, *Westdeutschland in römischer Zeit*, 2ª ed., Leipzig, 1919. Jean Colin, *Antiquités romaines de la Rhénanie*, Paris, 1927. Albert Grenier, *Manuel d'archéologie gallo-romaine: I, Travaux militaires; II, Routes; III, Navigation, Occupation du sol*, Paris, 1931-1934. Robert Forrer, *Strasbourg-Argentorate*, 2 vols., Estrasburgo, 1927. Joseph Hagen, *Römerstraßen der Rheinprovinz*, 2ª ed., Bonn, 1931. Hermann Aubin, "Rheinhandel in römischer Zeit", *Bonner Jahrbücher*, vol. 130, 1926, pp. 1-37 [retomado em *Grundlagen und Perspektiven geschichtlicher Kulturraumforschung und Kulturmorphologie*, Bonn, 1965, pp. 147-175]. Johann-Baptist Keune, "Moselverkehr", *Trierer Heimatbuch*, 1925.

Jules-François Toutain, *Cultes païens dans l'Empire*, Paris, 1920. Alfred von Domaszewski, "Religion des römischen Heeres", in *Westdeutsche Zeitschrift*, Trier, 1895. Friedrich Drexel, *Götterverehrung im römischen Germanien* (Römisch-Germanische Kommission, 14, Berlim, 1923). Hans Lehner, "Orientalische Mysterienkulte im römischen Rheinland", *Bonner Jahrbücher*, vol. 129, 1924, pp. 36-91.

6. OS BÁRBAROS

Ferdinand Lot, *La Fin du monde antique*, Paris, 1927 [reedição: 1989]. Alphons Dopsch, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung*, 2ª ed., Viena, 1923 [reedição: Aalen, 1961]. Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne*, Paris, 1936 [reedição: 1963]; "Un Contraste économique: mérovingiens et carolingiens", *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, vol. 2, 1922-1923 [retomado em *Histoire économique de l'occident médiéval*, Bruxelas, 1951, pp. 71-82] . Louis Halphen, *Les Barbares*, Paris, 1926.

J.J. Schmaus, *Geschichte der alten Franken*, Bamberg, 1912. Godefroid Kurth, *Études franques*, t. III, Paris, 1919 [reedição: 1982]. *Clovis*, 3ª ed., 2 vols., Bruxelas, 1923 [reedição: 1982]. Camille Jullian, *De la Gaule à la France*, Paris, 1922. Marc Bloch, "Observations sur la conquête de la Gaule par les rois francs", *Revue Historique*, vol. 154, 1927, pp. 161-178 [retomado em *Mélanges historiques*, Paris, 1963, t. I, pp. 75-89]. Félix Rousseau, *La Meuse et le pays mosan*, Namur, 1930.

Albert Meitzen, *Siedelung und Agrarwesen der Germanen*, Berlim, 1895 (atlas). Guillaume Des Marez, *Le Problème de la colonisation franque et du régime agraire en Belgique*, Bruxelas, 1926. Marc Bloch, *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Oslo-Paris, 1931 [reedição: 1986]. Adolf Schiber, *Die fränkischen und alemannischen Siedlungen in Gallien, besonders in Elsab und Lothringen. Ein Beitrag zur Urgeschichte des deutschen und französischen Volksthums*, 1891. Auguste Longnon, *Les Noms de lieux de la France*, ed. por Paul Marichal e Léon Mirot, Paris, 1923. Albert Dauzat, *Les Noms de lieux*, Paris, 1926; *Les Noms de personnes*, Paris, 1925. Ernst Wilhelm Förstemann, *Altdeutsches Namensbuch*, I: *Personennamen*, 2ª ed.; II: *Ortsnamen*, 3ª ed., 2 vols., Bonn, 1900 e 1913-1913. Wilhelm Heintze, *Die deutschen Familiennamen*, 6ª ed. por Paul Cascorbi, Halle, 1925. Godefroid Kurth, *La Frontière linguistique en Belgique et dans le Nord de la France*, 2 vols., Bruxelas, 1895-1898. Paul Lévy, *Histoire linguistique d'Alsace et de Lorraine*, 2 vols., Estrasburgo, 1929 (mapa e referências à enorme bibliografia sobre o assunto).

7. A IGREJA

Além, naturalmente, de *Kirchengeschichte Deutschlands* de Albert Hauck, 5 vols., 1911-1920, ver Heinrich Böhmer, *Das germanische Christentum*, Gotha, 1913. Johannes Ficker, *Altchristliche Denkmäler des Christentums im Rheingebiet*, Estrasburgo, 1905. Ernest Lavisse, "La Conquête de la Germanie par l'Église romaine", *Revue des Deux Mondes*, vol. 80, 1887, pp. 878-902. Louis Gougaud, *Les Chrétientés celtiques*, Paris, 1911. Eugène Martin, *Saint Colomban*, Paris, 1905. Johannes Laux, *Der heilige Kolumban*, Friburgo, 1919. Godefroid Kurth, *Saint Boniface*, 4ª ed., Paris, 1913. Joseph M. Jansen, *Die Einführung des Christentums in Deutschland. Der heilige Bonifatius*, Paderborn, 1926.

Percy Ernst Schramm, *Kaiser, Rom und Renovatio*, 2 vols., Stuttgart, 1929 [reedição: Darmstadt, 1957]. Rudolf Köpke, Ernst Dümmler, *Kaiser Otto der Große*, Leipzig, 1876. Wolfram von den Steinen, *Otto der Große*, Breslau, 1928. Heinrich Schrörs, *Erzbischof Bruno von Köln*, 1917 (*Annalen des historischen Vereins für Niederrhein*). Augustin Fliche, *La Chrétienté médiévale*, Paris, 1929. François-Louis Ganshof, "Quelques aspects de l'histoire de l'Empire au XIe siècle", *Revue des Cours et Conférences*, 1927-1928. Marc Bloch, *L'Empire et l'idée d'Empire sous les Hohenstaufen*, ibid., 1928-1929 [retomado em *Mélanges historiques*, Paris, 1963, I, pp. 531-559]. Édouard Jordan, "Dante et la théorie romaine de l'Empire", *Revue d'Histoire du Droit*, 1921, 1922. Ernest Tonnelat, *Histoire de la littérature allemande des origines au XVIIe siècle*, Paris, 1923.

8. AS CIDADES

Henri Pirenne, *Les Villes du Moyen Âge*, Paris, 1927 [reedição: 1992]; *La Civilisation occidentale au Moyen Âge* (*Histoire Générale*, dir. por Gustave Glotz, t. VIII), Paris, 1933. Gustav Schmoller, *Bevölkerungsbewegung der deutschen Städte von ihrem Ursprung bis ins 19. Jahrhundert*, in *Festschrift Otto von Gierke*, Weimar, 1911 [retomado em *Deutsches Städtewesen in älterer Zeit*, Bonn-Leipzig, 1922, pp. 60-104]. K.A. Schaab, *Geschichte des großen rheinischen Städtebundes*, 2 vols., Mayença, 1843-1845. Julius Weizsäcker, *Der Rheinische Bund (1254)*, Tübingen, 1879. Ludwig Quidde, *Studien zur Geschichte des Rheinischen Landfriedensbundes von 1254*, Frankfurt, 1885. Theo Sommerlad, *Die Rheinzölle im Mittelalter*, Halle, 1894. Rudolf Wackernagel, *Geschichte der Stadt Basel*, 3 vols., Basiléia, 1906-1924. Rodolphe Reuss, *Histoire de Strasbourg*, Paris, 1922. Karl Köhne, *Ursprung der Stadtverfassung in Worms, Speyer und Mainz*, 1890. Alexander Dietz, *Frankfurter Handelgeschichte*, 4 vols., Frankfurt, 1910-1925. Bruno Kuske, *Quellen zur Geschichte des Kölner Handels und Verkehrs im Mittelalter*, 3 vols., Bonn, 1917-1923. Hermann Keussen, *Köln im Mittelalter*, Colônia, 1918. Richard Koebner, *Anfänge des Gemeinwesens der Stadt Köln*, Bonn, 1922. Walter Hävernick, *Der Kölner Pfennig im 12. und 13. Jahrhundert*, Stuttgart, 1930.

9. OS PRÍNCIPES

Vincent Bourilly, *Guillaume de Bellay*, Paris, 1904. Gaston Zeller, *La Réunion de Metz à la France*, 1552-1648, 2 vols., Paris, 1926. Wilhelm Mommsen, *Kardinal Richelieu. Seine Politik im Elsaß und in Lothringen*, Berlim, 1922.

Georg von Below, *Territorium und Stadt*, 2ª ed., Munique-Leipzig, 1923. Paul Sander, *Feudalstaat und bürgerliche Verfassung*, Berlim, 1906. Aloys Schulte, *Fürstentum und Einheitsstaat in der deutschen Geschichte*, Berlim, 1921. Lucien Lévy-Bruhl, *L'Allemagne depuis Leibniz*, Paris, 1890. Bertrand Auerbach, *La France et le Saint-Empire depuis la paix de Westfalie jusqu'à la Révolution française*, Paris, 1912. Aloys Schulte, *Frankreich und das linke Rheinufer*, 2ª ed., Stuttgart-Berlim, 1918 [tradução francesa: Lausanne, 1922]. Georg Mentz, *J.Ph. von*

Schönborn, Kurfürst von Mainz, Bischof von Würzburg und Worms 1605-1673, 2 vols., Iena, 1896-1899. Friedrich Meunecke, *Weltbürgertum und Nationalstaat*, Munique, 1907 [reedição: 1969]. Fritz Brüggemann, *Das weltbild der deutschen Aufklärung*, 2 vols., Leipzig, 1930-1931. Louis Réau, *L'Art français dans les cours rhénanes*, Paris, 1930.

10. A REVOLUÇÃO E O IMPÉRIO

Charles Schmidt (e outros), *Sources de l'histoire des territoires rhénans*, Paris, 1921. Philippe Sagnac, *Le Rhin français pendant la Révolution et l'Empire*, Paris, 1917. Clemens Theodor Perthes, *Politische Zustände und Personen in Deutschland zur Zeit der französischen Herrchaft*, 2 vols., 2ª ed., Gotha, 1862-1869. Justus Hashagen, *Das Rheinland und die französische Herrschaft*, Bonn, 1908.

René Le Forestier, *Les Illuminés de Bavière et la franc-maçonnerie allemande*, Dijon, 1914. Jacob Venedey, *Die deutschen Republikaner unter der französischen Republik*, Leipzig, 1870. K.G. Bockenheimer, *Die Mainzer Klubisten der Jahre 1792 und 1793*, Mayença, 1896. Georg Forster, *Sämtliche Werke*, 9 vols., Leipzig, 1863 (correspondência, t. 8-9). Saint-Alban, *Vie de Hoche*, 2 vols. (t. II = documentos), Paris, ano VI. Alphonse Aulard, "Hoche et la République rhénane", *Revue de Paris*, 1919. Hyacinthe de Font-Réaulx, *Hoche et les pays rhénans*, in *Les Lettres*, 1920. Johann Nepomuk Sepp, *Görres*, Berlim, 1896. Joseph Görres, *Gesammelte Schriften*, 9 vols., Munique, 1854-1874.

Paul Vidal de la Blache, *La France de l'Est*, Paris, 1917 [reedição: 1995]. Gabriel Ramon, *Frédéric de Dietrich, premier maire de Strasbourg sous la Révolution française*, Paris, 1920. Max Springer, *Die Franzosenherrschaft in der Pfalz 1792-1814*, Stuttgart, 1926. K.G. Bockenheimer, *Geschichte von Mainz, 1798-1813*, Mayença, 1890. Albert Sorel, "Le Comité de Salut public et la rive gauche du Rhin", *Revue Historique*, vol. 18, 1882, pp. 273-322. Lazare Carnot, *Correspondance*. Étienne Charavy, 4 vols., Paris, 1892-1907. — Hyppolite Carnot (org.), *Mémoires de Carnot*, 2 vols., Paris, 1850.

Raymond Guyot, *Le Directoire et la paix de l'Europe, des traités de Bâle à la deuxième coalition (1795-1799)*, Paris, 1911. Jacques Rambaud, *La Domination française en Allemagne, 1804-1814*, Paris, 1897. Georges Servières, *L'Allemagne française sous Napoléon*, Paris, 1904. Charles Schmidt, *Le Grand-Duché de Berg*, Paris, 1905. Léon Lévy-Schneider, *Le Conventionnel Jeanbon Saint-André, membre du Comitê du Salut Public, organisateur de la marine sous la Terreur 1749-1813*, Paris, 1901. *Souvenirs d'un préfet de la monarchie (le baron Sers)*, Henri Sers e Raymond Guyot, Paris, 1905. Théodore-Joseph de Puymaigre, *Souvenirs*, Paris, 1884.

11. 1814-1914

Ernest Denis, *L'Allemagne, 1810-1852*, Paris, 1898; *La Fondation de l'Empire allemand*, 1852-1871, Paris, 1924. Julien Rovère, *Les Survivances françaises dans l'Allemagne napoléonienne 1815-1914*, Paris, 1918.

Gustave Monod, *Michelet. Étude sur sa vie et son œuvre* (notas de *Voyage en Allemagne*), Paris, 1905. Henri Hauser, *Le Principe des nationalités*, Paris, 1917. Hermann Oncken, *Die Rheinpolitik Kaiser Napoleons III*, 3 vols., Berlim-Leipzig, 1926. Christian Schefer, *D'une guerre à l'autre*, Paris, 1920. Henri Hauser (e outros), *Histoire diplomatique de l'Europe*, 2 vols., Paris, 1929. Charles Andler (org.), *Documents du pangermanisme*, Paris, 1915-1917.

Pierre Benaerts, *Les Origines de la grande industrie allemande*, Paris, *1932*. Maurice Baumont, *La Grosse industrie allemande et le charbon*, Paris, 1928. Walter Däbritz, *Unternehmergestalten aus dem rheinisch-westfälischen Industriebezirk*, Iena, 1929.

Anexos

ANEXO I

Conclusão da primeira edição (1931)

Retomar, para resumi-lo em algumas palavras, todo o esboço sumário cortado por imensas lacunas — a rede de malhas desmesuradamente largas que jogamos sobre o velho Reno, sorridente e trágico em sua barba sem idade? Mas não se resume um resumo.

Pousados sobre o passado, os dois pés apoiados vigorosamente sobre a base imponente dos séculos acumulados, tentar nos lançar em direção ao futuro? Mas a história não prevê. Pelo menos, não o amanhã. Já é suficiente se consegue, às vezes, prever a véspera... De fato, não há curva única, regular, contínua do passado que possamos, através do pensamento, sem excessiva temeridade, prolongar pelos espaços ainda vazios do porvir. A cada instante, a curva se divide e se rompe, bifurca, entorta, se volta para o sentido contrário. A história do Reno não "necessita" de nada. A história do Reno não "demonstra" nada. Exceto uma coisa, talvez: a potência criadora da imaginação.



O Reno: uma reunião de mitos. Um grande rio, sem dúvida — bastante longo para um rio da Europa, entenda-se; bastante possante em seu volume, se não o compararmos aos gigantes dos outros continentes. Pitoresco? Certamente, mas também aí, sem excessos, não em todo o seu curso e não mais que tantos outros que não são o "Reno". O Reno, algo de único. De estranhamente prestigioso. Que atrai, que fascina, que enfeitiça. Seria apenas sua rapidez que toca os espíritos, sua rapidez de cavalo galopando direto, para a frente, com o ar de

saber aonde vai, para onde corre irresistivelmente? Mas há outros rios rápidos sem ser o Reno — esse Reno diante do qual o viajante vindo de longe sente uma vertigem perturbadora.

O Reno fala, muito alto. Dominando o murmurar surdo de suas vagas, vozes elevam-se. Elas cantam em nossas memorias os velhos temas consagrados. O tema da fronteira predestinada. O tema do domínio europeu. Velhas, velhíssimas cantigas cujas letras não correspondem mais à realidade: mas quem jamais fala da idade de uma canção — e o que importa a data, se a melodia é tocante, se o ritmo é envolvente?

Discutir, dissertar, tentar demonstrar: não, a França não esteve sempre voltada, voraz, gulosamente, para a conquista do Reno; não, a Alemanha não foi sempre o país coerente, unificado, consciente que quer ser hoje. Não, se o Reno fosse apenas uma fronteira eriçada de lanças e canhões — abrigo da fortaleza Alemanha, linha inicial do setor "França" —, ele não seria o Reno, pois as nações não se compreendem pelas bordas, e, França unitária de um lado, e do outro os fragmentos da velha federação cristã da Idade Média (Bélgica, Holanda, Alemanha, Suíça, como são chamados hoje em dia), esses países acabaram por compreender-se, penetrar-se, fecundados mutuamente pelo Reno. Mais uma vez não, mesmo quando houve decisão pela força, ocupação militar, tomada pela conquista: a dominação francesa deixou, no Reno, algo mais que ódios estéreis. A Prússia não chegou como arcanjo de justiça para vingar os sofrimentos de um germanismo pisoteado. Aliás, hoje, que política pode pretender — sem rir — que o Reno permitiria o domínio da Europa? Seria preciso outra coisa: os estuários no mar do Norte, Bélgica, Holanda — e além, Londres, esse posto de comando supremo das Renânias...

Discutir, dissertar, tentar demonstrar? Mas o problema do Reno é, na verdade, um problema de razão — ou seria de sentimento?



Argumentar contra um mito, obra vã. Substituí-lo, combatê-lo com outro mito? Com o mito do Reno, eixo do díptico europeu? Unindo,

e não separando. Unindo interesses, sem dúvida; mas sozinhos os interesses não podem grande coisa. Unindo pensamentos, cérebros e corações? Sim. Mas fazer com que um mito tome conta dos espíritos, fale às imaginações, se instale na consciência de uma nação é empresa quimérica por definição. Já seria quimérica em se tratando de um único país, e que não pode ser levado docilmente para onde se quiser: a França. Se são duas nações, moldadas diferentemente e cujos relógios, já há séculos, não marcam a mesma hora — seria simplesmente quimera a palavra a ser usada?

O Reno, um rio no atlas. No passado, alternadamente, um fosso, um traço-de-união, uma estrada. No presente, tudo isso e com o vigor decuplicado. E algo mais: um sistema de idéias que vive uma vida mais ou menos autônoma. Muitas vezes um sistema de idéias falsas, e nocivas; idéias feitas por homens, mas que agora os fazem. E que amanhã poderão mudar, se os homens mudarem. Mas o próprio Reno nada tem a ver com isso, e nada fará. Continuará a correr, rápido e violento, para o mar brumoso.

No belo prefácio que em 1866, em Hyères, Michelet compôs para essa sua obra de juventude — a *Histoire romaine* —, que foi, a bem dizer, sua estréia, ele escreve: "De meu Vico, guardei um dito profundo, que é a verdadeira luz moderna: a humanidade é sua própria obra." E o grande "poeta" romântico, que foi também um dos Pais da História, segue seu pensamento e o desenvolve. Sob o calor de seu hálito fundem-se, uma a uma, as Fatalidades: a do Ambiente e a da Raça, a do Solo, a do Sangue, até mesmo aquela dos homens providenciais — na verdade, grandes porque se ergueram sobre os ombros do povo. Michelet diz bem. Mas ele diz tudo? Penso sempre no cão de Jules Renard. Solidamente amarrado, ele rosna, todos os dentes de fora, puxa furiosamente a coleira, late freneticamente. E se a corda arrebentasse? Ela arrebenta. Confuso, o rabo entre as pernas, ele volta a seu nicho. Prisioneiro voluntário de sua servidão.

A lição de história, ei-la. Clio não fala no futuro. Ela não mostra a ninguém, com um dedo professoral, os caminhos do porvir. Ela busca compreender. Ela analisa, distingue, ela desembaraça. Ela divide em

partes; a das conseqüências, a das imaginações, a das crenças coletivas. Só depois ela conclui: "Não, não digais, covardemente resignados, que a natureza dita vossos destinos e que contra ela não podeis nada. Mas não digais também que as lendas e tradições, as ilusões coletivas e os mitos têm fatalmente força de lei. Não, os mortos não devem dominar os vivos. Trabalhai livremente: eis os meios, as possibilidades, forças a combinar, a dirigir, a neutralizar. O que quer que façais e por mais novos que pareçam — há no passado ancestrais para vossos atos."

ANEXO II

Algumas reflexões sobre a história econômica do Reno[1] (1953)

Estranho e poderoso prestígio do Reno... De que é feito? Desse caráter sagrado que todos os primitivos concordavam em conferir às águas correntes? Sem dúvida. E sabemos que, por suas águas, ao mergulhar nelas, rasgando com o próprio corpo o seu seio pleno de germes, cheio de todas as formas e todas as criações, o homem de todos os tempos, sob todas as latitudes, sempre teve a sensação de regenerar-se, de retomar o contato com a substância primordial, de despir velhas aparências; em uma palavra, de conhecer um novo nascimento que o resgataria em sua força, sua potência, sua fecundidade originais. Simbolismo do batismo, caro a todos os povos. Deificação do rio, já conhecida por Homero, mas também pelos germanos, francos, cimbros que vimos oferecendo sacrifícios ao deus do Ródano... Nos pensamentos confusos nos desordenados instintos que o espetáculo do Reno faz renascer em nós — rápido, domesticado, represado, canalizado, mas sempre pronto a libertar-se de seu corpete de civilização, a arrastar enormes pedaços de gelo em uma avalanche irresistível, a jogar formidáveis trombas-d'água sobre as obras de arte que pretendiam dominá-lo para sempre; em poucas palavras, a nos levar de volta à modéstia — há, sem dúvida, um não sei quê de ressurreição de antigas cosmogonias fluviais, de obscura fidelidade a suas lições, um não sei quê de retorno à velha noção das virtualidades indefinidas da matéria deslizante...

[1] *Études Strasbourgeoises* publicados por ocasião do centésimo qüinquagésimo aniversário da Câmara de Comércio e Indústria de Estrasburgo, Estrasburgo 1953, pp. 17-26.

Legados da pré-história... Mas há também o da própria história. E imediatamente apresenta-se diante de nós aquela velha função dos rios, feitos, parece, para limitar com seu sulco, com seu fosso cheio d'água, com seu obstáculo reforçado pelos pântanos, pelos bambuzais e salgueirais e, ao longo das margens perpetuamente inconstantes, pelas lamas nas quais os germanos, no dizer de Tácito, mergulhavam os covardes e os infames para regenerá-los. Em uma palavra, "o Reno fronteira", com tudo que há de virulência e, ao mesmo tempo, de majestade nessas palavras; estas duas palavras que César pronunciou com tal nitidez que sua frase, categórica e breve, acabou por inspirar séculos e séculos de ruminações guerreiras, de cálculos políticos, de sentimentos arcaicos ou recentes, de derrotas e glórias, de desgraças e esperanças: tudo aquilo que as guerras deixam em destroços nas ribanceiras dos grandes rios históricos.

Isso é tudo que justifica o grande prestígio do Reno? O fragor das batalhas, o mau cheiro dos combates, das travessias perigosas, dos deslocamentos de limites, das invasões? Existe uma outra coisa: tudo aquilo que, para nós, franceses, é designado pela palavra "civilização", esta grande conquista do século XVIII, esta grande crença da Revolução. Há o Reno das poderosas metrópoles cristãs, Colônia e Mayença, as renanas, respaldadas por Trier, a moselana, de onde partiu para conquistar o centro da Alemanha — e, de lá, as planícies nórdicas — essa religião da salvação que, da Palestina pela Grécia e por Roma, espalhou-se por todo o Ocidente e, por um tempo, identificou-se com sua cultura.

Há o Reno das igrejas romanas e das catedrais góticas, o Reno das maravilhosas igrejas de Colônia, vítimas lastimáveis do fogo que seus próprios fiéis haviam acendido. Há o Reno dos conventos e, em suas celas, das comunhões místicas com a divindade, comunhão de moças piedosas, discípulas das grandes abadessas beneditinas: santa Hildegarda, a vidente de Bingen, santa Elisabeth de Schoenau na diocese de Trier ou das cistercienses de Helfta, santa Gertrudes ou as duas santas Matilde; comunhões de religiosos seduzidos pela profundidade dos grandes dominicanos do século XIV: Mestre Eckhart, Tauler, Suso.

Outras comunhões ainda, comunhões pela arte dos pintores colonianos, evocando com cândida minúcia os jardins guarnecidos de florinhas, de pássaros e de moitas de rosas que, por tanto tempo, nutriram de sonhos paradisíacos as monjas enlanguescidas por uma atmosfera de incenso e ouro pálido. E ainda e sempre, há o Reno das próprias grandes cidades renanas, belos sucessos coletivos, todas semelhantes e todas distintas; há aquele dos velhos mestres impressores, que a antiga tríade — Gutenberg, Fust e Schoeffer — resume e simboliza; há Martinho Lutero em Worms, e João Calvino em Estrasburgo; há, ao pé da flecha dominante, o comovente refúgio dos exilados de todos os países, e, na cidade em que morreu Erasmo, a cidade de Froben e dos Amerbach, o não menos comovente encontro de tantos perseguidos na rubra praça do Domo. Tudo isso basta para falar e voltar a falar no poder de criação, e de concentração, e de redistribuição intelectual do grande rio instalado há milênios (e, sem dúvida, não totalmente por vontade dos homens) no cruzamento de dois mundos ao mesmo tempo antagonistas e semelhantes.

Mas a esse estranho, a esse duradouro prestígio do Reno cujos componentes analisamos, em que medida e de que modo podemos acrescentar um suporte econômico? Grande pergunta, tratando-se em qualquer caso de velhos tempos, justamente aqueles que deram ao Reno sua dignidade de rio civilizador. Colocar esta questão é, ao mesmo tempo, perguntar se uma história econômica do Reno é realmente possível antes do século XIX. Se ela responde a uma realidade ou a partículas contraditórias de realidade. E se é preciso sacrificar-se ao gosto decepcionante das fórmulas ou simplesmente dizer não. E por quê? É todo o tema desta simples nota.

Albert Demangeon, em uma obra que assinamos juntos, resumia então em três frases (e em três fases) a história econômica do Reno, que ele parecia, aliás, reduzir à circulação. O Reno: antes de tudo uma via transcontinental. Depois uma via regional. E finalmente (mas um historiador poderia algum dia se servir de tal palavra, "finalmente"?) uma via, uma poderosa via internacionalizada. Desenvolvendo este tema em poucas palavras, mas lúcidas:

Transcontinental, o Reno antigo? Certamente. Nos bons tempos de Roma, ele não ligava a Itália ao mundo nórdico, o Mediterrâneo luminoso ao brumoso mar do Norte, e de lá à Bretanha de Agrícola?

Regional, o Reno medieval — suporte e fundamento, de cidade em cidade, de uma espécie de cabotagem fluvial que transportava mercadores e mercadorias para as feiras da região: algumas, aliás, de classe internacional, como as de Frankfurt, herdeiras das feiras de Champagne.

Internacionalizado, enfim, o Reno de hoje — e depois de mais de um grande século —, pois, postulado pelos tratados de Westfália em 1648, e em seguida por um decreto da convenção de 1792, o princípio de um Reno internacional teve sua primeira aplicação no congresso de Viena de 1815. Os acordos ali assinados, modificados em 1831 pelo Ato de Mayença, revistos em 1868 pela conferência de Mannheim, estiveram em vigor até 1919. O tratado de Versalhes transformou-os. Esperando que uma nova guerra recolocasse tudo em questão...

Esquema menos claro, talvez, do que pensava o excelente geógrafo, embora desenhado com pluma alerta. E que, bem involuntariamente, obcecado pela visão do Reno tal como podia ser estudado *in loco*, projetava no passado (e também, coisa curiosa, no passado mais remoto) a visão que tinha da idéia que nutria de um Reno navegável em toda a sua extensão, de Basiléia ao mar do Norte — de um Reno domado, canalizado, sujeito às necessidades dos homens, oferecendo-se aos rebocadores e barcaças e, em seu trecho inferior, aos barcos marítimos, como uma auto-estrada se oferece aos caminhões e caminhonetes.

Um Reno transcontinental nos tempos antigos? A fórmula tem impacto. *A priori*, ela não tem nada que possa chocar o sentimento do historiador. Depois que Albert Demangeon, em Estrasburgo mesmo, inventou diante de mim sua divisão tripartite, a noção de uma navegação fluvial, quiçá de uma navegação marítima ousada há muito mais tempo do que se acreditou por longos anos, desenvolveu-se e firmou-se. Toda uma história das grandes relações pela água entre países muito distantes uns dos outros nasceu. A surpresa incrédula que provocava, ainda em

nossos pais, o relato das grandes expedições mediterrâneas ao longo das costas da África não nos parece mais justificável. Podemos adivinhar o papel imenso que um oceano pouquíssimo estudado como tal, o oceano Índico, desempenhou nos tempos mais distantes da proto-história. Podemos adivinhar a parte que ocupou, no despertar da civilização no Egito, por exemplo, e no golfo Pérsico, e, a partir daí, na Índia.

Mas e o Reno, enfim? O Reno selvagem da pré-história e da proto-história, com o porte de um cavalo a galope, nas mil ramificações de um leito eternamente inconstante, entre ilhas lamacentas que apareciam, desapareciam, iam-se nas correntes ou, grudadas umas às outras, consolidavam-se por algum tempo: tudo isso com a rapidez de um caleidoscópio? Um rio, esse Reno, ou uma região à parte com sua flora, sua fauna, seus habitantes também, escondidos nas moitas, sob os salgueiros, por trás dos bambuzais? Um problema descobrir, claro e limpo, um segmento do rio no meio desses dédalos semoventes e dessas verduras confusas. Equipes de geógrafos teriam se extenuado inutilmente para fixar a imagem de tal labirinto: abolida assim que o levantamento ficava pronto.

Que, bem cedinho, audaciosos mercantes tenham se arriscado, eles e sua pacotilha, a atravessar — em alguns pontos privilegiados, em uma ou outra daquelas imensas pirogas cavadas em troncos de árvores que a própria água conservou para nós — o que chamamos de "curso do Reno"; que tenham encontrado, além das espessas florestas espalhadas pelo vale, homens curiosos, ávidos de novidades; podemos admiti-lo sem problemas. Simples episódios, anedotas de crianças perdidas. Há, sem dúvida, uma grande distância entre essas vagabundagens ao acaso e as expedições sistemáticas de abastecimento que, com a ajuda do rio, neste ou naquele trecho, os agentes das cerâmicas ou das vidrarias galo-romanas, os fabricantes de caçarolas ou, de proveniência bem mais distante, os mercadores de tapetes do Oriente, perfumes da Arábia, vinhos da região do Midi, azeite grego, frutos exóticos conseguiram realizar. Mas "transcontinental" — seria esta a palavra adequada para traduzir tais realidades? Ela evoca idéias bem modernas. Digamos a palavra justa: ela é anacrônica. Além do mais,

eu havia escrito: "com a ajuda do rio". Mas não apenas do rio. Seria preciso acrescentar aqueles outros rios, os rios de pedra, as grandes vias romanas. Pois subir de barco até Basiléia e, sem descarregar, descer o curso do Reno até Estrasburgo e, em seguida, até Mannheim, Mayença, de lá a Coblença, Colônia, Duisburgo, Nimègue, Dordrecht e Rotterdã: a aventura, hoje, nada tem de prodigioso. Alguém poderia pensar que era fácil e freqüente nos tempos antigos?



Mas vamos observar apenas a parte inferior do rio — lá onde, hoje em dia, ele forma o surpreendente caminho de água, de uma largura impressionante, sulcado, na subida e na descida, por duas filas duplas de barcos, um após o outro sem parar. Nos tempos romanos, o tráfego normal não passava por lá. Uma via de terra, uma "calçada", que irá manter, até hoje, o nome de Brunehaut, apoiava-se potencialmente no Reno. De leste a oeste, e também de norte a sul, ganhava Colônia, Juliers, Maastricht, Tongres e Bavai: depois, por Tournai e Cassel, voltava em direção ao Pas-de-Calais. Foi ela, essa via de terra, que os romanos pontilharam de *castra*, de postos fortificados, embriões de cidades futuras. Ela, e não o Reno de Neuss, de Xanten e de Kleve, que os barcos não sulcavam na descida. O que fariam eles nessas águas tão mal freqüentadas, cercadas de solidões pantanosas e infectadas, que nenhum comboio se animava a enfrentar?

O Reno de Augusto, o Reno de Trajano: confluência em ângulo reto de uma via fluvial arriscada e descontínua e de uma estrada de terra sabendo aonde ia, toda estreita. Mas para que a via de água contínua, retilínea, canalizada, que nós chamamos de Reno — o Reno todo ininterrupto, de Basiléia a Rotterdã —, se constituísse, se povoasse, se organizasse e prosperasse, foram precisos séculos e séculos. De maneira mais geral, é preciso voltar à noção do Reno feito de oásis urbanos e jardins ligados uns aos outros por um fio muitas vezes cortado: densos, ativos, móveis e laboriosos, prósperos. Mas a leste e a oeste dessa fita descontínua, solidões relativas. De um modo geral, territórios muito menos

povoados, muito menos ricos, civilizados e ativos que as cidades renanas. Mesmo na margem esquerda do rio e notadamente no grande anel descrito pelo Mosa. Com maior razão ainda, na margem direita, feudo de germanos ameaçadores e cheios de cobiça.

Portanto, não simplifiquemos nada arbitrariamente. Renunciemos a estas grandes classificações sempre marcadas pelo arbitrário — e pelo simplismo. O grande Reno unificado é uma criação recente do homem: do político, do economista, do industrial e do comerciante, servidos pelo engenheiro. A história, até o século XIX, conhece diversos "Renos", de fortuna desigual nas diversas épocas. Renos que foram elaborados, cada um, graças a uma multidão de esforços independentes uns dos outros, em função de trocas e de comércios perpetuamente móveis — móveis da própria mobilidade dos povos ribeirinhos, purgando sua inquietude...

O esquema de um único fio de Basiléia a Rotterdã precisa ser, portanto, substituído — se quisermos compreender o papel do grande rio na elaboração e no progresso da Europa — por uma grade de barras cruzadas desiguais em força e afastamento. E como, inconscientemente, projetamos sobre as imagens fragmentárias desses Renos locais e regionais a imagem de um Reno ordenado sistematicamente, pensado de cima e em conjunto, realizado por homens que executavam não mais os milhares de pequenos planos de melhorias fragmentárias, mas um grande plano de conjunto, deliberado e continuado com singular constância, não nos damos conta exatamente do que poderia significar esse programa: "escrever uma história econômica do Reno". Não apenas porque simplificamos as realidades variadas e móveis de outrora à maneira das realidades razoavelmente estabilizadas de hoje: aqui, um grande rio controlado, utilizável de Basiléia ao mar; lá, três ou quatro grandes formações políticas (grandes na escala de nossa minúscula Europa), enquadradas exatamente por fronteiras cuidadosamente marcadas, balizadas por marcos numerados, por vigas coloridas e que, cada uma delas dispondo de meios bastante grandes, trabalham para construir e depois para reparar o rio, retificá-lo, alargá-lo e aprofundá-lo para que seu rendimento seja melhor...

A idéia de que esse estado de coisas não foi eterno e que para usar apenas um exemplo, mas de importância, nos tempos modernos o "Reno alemão" viu-se em um primeiro momento de um lado amputado de suas fontes nutridoras quando, no final do século XVI, constituíram-se aqui os Países Baixos católicos (o futuro Estado belga), lá os Países Baixos calvinistas (o futuro Estado neerlandês), e, do outro, também de suas raízes que mergulhavam pelos Alpes em direção à Itália — a Suíça completa-se no século XVI, enquanto, ao fim de um longo esforço, a França, tomando posse da Alsácia, vem margear o grande rio em todo um trecho de seu curso —, a idéia de que esses grandes acontecimentos políticos não influíram menos sobre o rio do que as rivalidades entre as cidades, os privilégios dos bateleiros, o estabelecimento de barreiras alfandegárias e tarifações às vezes proibitivas em todos os afluentes do Reno, tanto os rios quanto as vias terrestres; essa idéia não nos ocorre. Essa idéia que nos impediria de falar, como se fora uma grande constante na história, de um Reno econômico cujo *status* e destino temos, hoje, dificuldade em salvaguardar...



De modo que, embora a grande história do Reno nessas épocas distantes não seja certamente uma história econômica eriçada de dificuldades sem número e reflexo de uma multiplicidade de histórias regionais semoventes e incertas, para escrevê-la seriam antes de tudo essas mudanças, todas essas transformações que precisaríamos reviver.

A grande história do Reno antes do século XIX não é a história de um tráfego incessante, entravado por pedágios escalonados ao longo do rio (o mapa 14 do *Atlas de la Province Rhénane* de Aubin localiza 71 *Zollstätten* ao longo do Reno, anteriores ao final da Idade Média), protegendo os *burgs* eriçados de torres sombrias; não é a história de um tráfego incessantemente ameaçado pelas vastas querelas do Império e do reino da França, pelas ambições dos condutores dos "blocos" político-diplomáticos alemães ou franceses ou borguinhões; do prodigioso pulular de dinastas — em 1789, 97 Estados

"soberanos" afloraram no Reno, entre a confluência do Lauter e a do Ijssel — ou, a partir do século XVI, dos dilaceramentos religiosos que acabaram por constituir Renânias luteranas, calvinistas ou jesuítas, todas hostis umas às outras, mas por outro lado perpetuamente mutantes segundo os caprichos de seus senhores; não é a história de um tráfego insuficientemente alimentado, localmente, de mercadorias substanciais e que assim vai permanecer até que a indústria carbonífera e a indústria do ferro, estreitamente ligadas uma à outra, comece a se desenvolver — não é essa a história, tão fragmentada, tão difícil de escrever e que só pode ser feita de monografias...

A grande história do Reno é a história do espírito que, sem temer entraves, fronteiras, castelos fortificados e dinastas, é o único que pode circular livremente em todo o vale, levado dos Alpes ao mar nas asas do vento, criador de vida, de união e de cultura. É a história dos grandes mitos renanos, à base de história ou de lenda — não importa se ligadas ao ouro do Reno, a Siegfried forjando sua espada, a esse héroi hitleriano, Hagen, ou a Barba-Roxa adormecido em sua tumba, a Rodolfo de Habsburgo ou à grande tríade que obcecava Victor Hugo enquanto atravessava o Rheinthal: César, Carlos Magno, Napoleão. Mitos geradores de atitudes políticas, de estados de espírito às vezes perigosos e sempre obstinados, como bem o demonstrou R. Minder. Eles têm seus repositórios, onde recuperam alento antes de continuar suas conquistas morais nas cidades do Reno. As mais magníficas criações do grande rio. Sempre vivas, ativas e prósperas, em uma e na outra margem — enquanto todas as tentativas de estabelecimento de um Estado especificamente renano sempre fracassaram, em todas as épocas...

Finalmente, não é por acaso, e talvez seja um símbolo, que, antes do nascimento da grande indústria que acarretaria a construção de um rio internacionalizado, as grandes feiras de Frankfurt se transformaram, pouco a pouco e quase que exclusivamente, em Feiras do Livro. O grande mercado de abastecimento intelectual, cuja abertura todos os impressores, todos os livreiros, todos os sábios esperavam a cada ano, atestando, justamente com esta espera, que, de fato, a grande história do Reno é a história do espírito.

LUCIEN FEBVRE

ANEXO III

Bibliografia complementar organizada por Peter Schöttler

Depois da publicação do livro de Lucien Febvre, inúmeros trabalhos foram consagrados à história renana e/ou à história franco-alemã. A fim de facilitar o acesso ao leitor interessado, reunimos aqui alguns títulos particularmente importantes ou significativos que permitirão um aprofundamento da problemática esboçada neste livro.

L'Alsace et la Suisse à travers les siècles, prefácio de Lucien Febvre, Estrasburgo-Paris, 1952.

Ament, Hermann "Der Rhein und die Ethnogenese der Germanen". *Prähistorische Zeitschrift*, vol. 58, 1984, pp. 37-47.

Ancel, Pierre. *Géographie des frontières*. Paris, 1938.

Anrich, Ernst. *Die Geschichte der deutschen Westgrenze*. Leipzig. 1940.

Aubin, Hermann. *Grundlagen und Perspektiven geschichtlicher Kultur raumforschung und Kulturmorphologie*. Bonn, 1965.

Ayçoberry, Pierre. *L'Unité allemande*. Paris, 1968.

Ayçoberry, Pierre. *Cologne entre Napoléon et Bismarck. La croissance d'une ville rhénane*, Paris. 1981.

Ayçoberry, Pierre e Ferro, Marc (eds.). *Une Histoire du Rhin*. Paris, 1981.

Badia, Gilbert (org.). *Histoire de l'Allemagne contemporaine*. 2 vols., Paris, 1988.

Barbey, Hélène. *Le Voyage de France en Allemagne de 1871 à 1914*. Nancy, 1994.

Bariéty, Jacques e Poidevin, Raymond. *Les Relations franco-allemandes 1815-1975*. Paris, 1977.

Baechler, Christian. *Le Parti catholique alsacien 1890-1939*. Paris, 1982.

Bentley, James e Waite, Charlie. *Le Rhin*. Paris, 1989.

Berchtold, Alfred. *Bâle et l'Europe. Une Histoire culturelle*. 2 vols., Lausanne, 1990.

Berding, Helmut, François, Étienne e Ullmann, Hans-Peter (orgs.). *La Révolution, la France et l'Allemagne. Deux modèles opposés de changement social?*. Paris, 1989.

Berstein, Serge e Milza, Pierre. *L'Allemagne 1870-1987*. Paris, 1988.

Beumann, Helmut e Schröder, Werner (orgs.). *Nationes*. Sigmaringen, 1978 e seg., 9 vols. publicados.

Blanpain, Marc. *La Frontière du Nord. De la mer à la Meuse 843-1945*. Paris, 1990.

Bock, Hans-Manfred, Meyer-Kalkus, Reinhart e Trebisch, Michel (orgs.). *Entre Locarno et Vichy. Les relations culturelles franco-allemandes dans les années 1930*. 2 vols., Paris, 1993.

Boehner, Kurt *et al.* (orgs.). *Das erste Jahrtausend Kultur und Kunst im werdenden Abendland an Rhein und Ruhr*. 3 vols., Düsseldorf, 1962-1964.

Boldt, Hans, Hüttenberger, Peter, Molitor, Hansgeorg e Petzina, Dietmar (orgs.). *Der Rhein. Mithos und Realität eines europäischen Stromes*. Colônia, 1988.

La Bourgeoisie alsacienne. Études d'histoire sociale. Estrasburgo-Paris, 1954.

Boutier, Jean, Dewerpe Alain e Nordmann, Daniel. *Un Tour de France royal. Le voyage de Charles IX (1561-1566)*. Paris, 1984.

Braudel, Fernand. *L'Identité de la France*, t. I: *Espace et Histoire*. Paris, 1986.

Brühl, Carlrichard. *France-Allemagne. Naissance de deux peuples*. Paris, 1995.

Chudoba, Karl F. (org.). *Der Kampf um den Rhein*. Bonn, 1943.

Cüppers, Heinz (org.). *Die Römer in Rheinland-Pfalz*. Stuttgart, 1990.

Defrance, Corinne. *La Politique culturelle de la France sur la rive gauche du Rhin, 1945-1955*. Estrasburgo, 1994.

Demandt, Alexander (org.). *Deutschlands Grenzen in der Geschichte*. Munique, 1990.

Digeon, Claude. *La Crise allemande de la pensée française (1870-1914)*. Paris, 1959.

Dion, Roger. *Les Frontières de la France*. Paris, 1947. Nova edição: Brionne, 1979.

Dollfus, Jean. *L'Homme et le Rhin*. Paris, 1960.

Dollhof, Josef. *Die Kölner Rheinschiffahrt. Von der Römerzeit bis zur Gegenwart*. Colônia, 1980.

Dollinger, Philippe (org.). *Histoire de l'Alsace*. Toulouse, 1970.

Dollinger, Philippe. *La Hanse XII^e -XVII^e*. Paris, 1988.

Droz, Jacques. *Le Liberalisme rhénan 1815-1848*. Paris, 1940.

Dufraisse, Roger. *L'Allemagne à l'époque napoléonienne*. Bonn-Berlim, 1992.

Dülmen, Richard van e Labouvie, Eva. *Die Saar. Geschichte eines Flusses*. Sankt Ingbert, 1992.

Dumont, Franz. *Die Mainzer Republik, von 1792/93. Studien zur Revolutionerung in Rheinhessen und der Pfalz*. Alzey, 1982.

Dumont, Jean (org.). *Le Rhin, Nil de l'Occident*. Paris, 1946.

Duteil, Henri Jean. *Le Fleuve qui porte le monde (Le Rhin)*. Paris, 1958.

Düwell, Kurt e Köllmann, Wolfgang (orgs.). *Rheinland-Westfalen im Industriezeitalter*. 3 vols., Wuppertal, 1984.

Ebeling, Dietrich. *Der Holländer-Holzhandel in den Rheinlanden. Zu den Handelsbeziehungen zwischen den Niederlanden und dem westlichen Deutschland im 17. und 18. Jahrhundert*. Stuttgart, 1992.

Ennen, Edith. *Gesammelte Abhandlungen zum europäischen Städtewesen und zur rheinischen Geschichte*. Bonn, 1977.

Espagne, Michel e Werner, Michael (orgs.). *Transferts. Les Relations interculturelles dans l'espace franco-allemand (XVIII^e-XIX^e siècles)*. Paris, 1988.

Ewig, Eugen. *Spätantikes und fränkisches Gallien. Gesammelte Schriften*. 2 vols., Zurique-Munique, 1979.

Faber, Karl-Georg. *Die Rheinlande zwischen Restauration und Revolution.* Wiesbaden, 1966.

Febvre, Lucien. *Au coeur religieux du XVI^e siècle.* Paris, 1957. Nova ed.: Paris, 1983.

Febvre, Lucien e Martin, Henri-Jean. *L'Apparition du Livre.* Paris, 1958. Nova ed.: Paris, 1971.

Flüeler, Nikolaus. *Der missbrauchte Rhein. Untersuchungen zu einen problematischen Thema der Geschichte deutsch-französischer Beziehungen.* Tese, Zurique, 1966.

Folz, Robert. *Le Couronnement impérial de Charlemagne.* Paris, 1964.

Ford, Franklin L. *Strasbourg in Transition, 1648-1789.* Cambridge, Mass., 1958.

Foucher, Michel. *L'invention des frontières.* Paris, 1986.

Francastel, Pierre (org.). *L'Art mosan.* Prefácio de Lucien Febvre. Paris, 1953.

François, Étienne. *Koblenz im 18. Jahrundert.* Göttingen, 1982.

Les Francs: Précurseurs de l'Europe, V^e-VIII^e siècles. Paris, 1997 (catálogo).

Frontières et contacts de civilisation. Colloque universitaire franco-suisse. Besançon-Neuchâtel, octobre 1977. Neuchâtel, 1979.

Funck-Brentano, Franz. *Le Chant du Rhin.* Paris, 1934.

Gachot, Édouard. *La Dispute du Rhin. De l'Antiquité à nos jours.* Paris, 1952.

Gassen, Richard W. e Holeczeck, Bernhard (orgs.). *Mythos Rhein.* 3 vols., Ludwigshafen, 1992.

Geary, Patrick J. *Naissance de la France. Le monde mérovingien.* Paris, 1989.

Girard d'Albissin, Nelly. *Genèse de la frontière franco-belge. Les variations des limites septentrionales de la France de 1659 à 1789.* Paris, 1970.

Hahn, Peter-Michael. "Frankreich und das Reich während des 17. Jahrhunderts im Spiegel der deutschen Geschichtswissenschaft des 19. und 20. Jahrhunderts". *Historische Zeitschrift*, vol. 247, 1988, pp. 53-94.

Hansen, Joseph. *Preußen und Rheinland von 1815 bis 1915. Hundert Jahre politischen Lebens am Rhein.* Georg Mölch, Colônia, 1990. Importante bibliografia. 1ª ed. 1918.

Hartmann, Peter C. *Geld als Instrument europäischer Mächtepolitik im Zeitalter des Merkantilismus. Studien zu den finanziellen und politischen Beziehungen der Wittelsbacher Territorien Kurbayern, Kurpfalz und Kurköln mit Frankreich und dem Kaiser 1715 bis 1740.* Munique, 1978.

Haushofer, Karl (org.). *Der Rhein. Sein Lebensraum, sein Schicksal.* 3 vols., Munique, 1984.

Heim, Wolf-Dieter. *Romanen und Germanen in Charlemagnes Reich.* Munique, 1984.

Heit, Alfred (org.). *Zwischen Gallia und Germania. Frankreich und Deutschland. Konstanz und Wandel raumgeschichtlicher Kräfte.* Trier, 1987.

Hermann, Hans-Walter e Irsigler, Franz (orgs.). *Beiträge sur Geschichte der frühneuzeitlichen Garnison- und Festungsstadt.* Sarrebruck, 1983.

Herold, Martin, Niessen, Josef e Steinbach, Franz. *Geschichte der französischen Saarpolitik. Ausgangsstellung und Angriff — Von der Saar zum Rhein — Wende und Wiederkehr*, Bonn, 1934.

Heussen, Gottfried e Wrede, Adam. *Volk am ewigen Strom.* 2 vols., Essen, 1935.

Hlawitschka, Eduard: *Vom Frankenreich zur Formierung der europäischen Staaten- und Völkergemeinschaft 840-1046.* Darmstadt, 1986.

Honnef, Klaus *et al.* (orgs.). *Vom Zauber des Rheins ergriffen... Zur Entdeckung der Rheinlandschaft.* Munique, 1992.

Hübinger, Paul Egon. *Ausgewählte Aufsätze und Vorträge. Beiträge zur Geschichte Europas und der Rheinlande in Mittelalter und Neuzeit.* Siegburgo, 1990.

Hudemann, Rainer e Wittenbrock, Rolf (orgs.). *Stadtentwicklung im deutsch-französisch-luxemburgischen Grenzraum (19. und 20. Jarhundert).* Sarrebruck, 1991.

Husser, Philippe. *Un instituteur alsacien. Entre France et Allemagne. Journal 1914-1951*. Paris, 1989.
Hüttenberger, Peter e Molitor, Hansgeorg (orgs.). *Franzosen und Deutsche am Rhein, 1789-1918-1845*. Essen, 1990.
Irsigler, Franz. *Die wirtschaftliche Stellung der Stadt Köln im 14. und 15. Jahrhundert. Strukturanalyse einer spätmittelalterlichen Exportgewerbe- und Fernhandelsstadt*. Wiesbaden, 1979.
Irsigler, Franz. *Bettler und Gauner, Dirnen und Henker. Randgruppen und Außenseiter in Köln 1300-1600*. Colônia, 1984.
Jaffé, Fritz. *Zwischen Deutschland und Frankreich. Zur elsässischen Entwicklung*. Stuttgart-Berlim, 1931.
Jeismann, Michael. *Das Vaterland der Feinde. Studien zum nationalen Feindbegriff und Selbstverständnis in Deutschland und Frankreich 1792-1918*. Stuttgart, 1991.
Julliard, Étienne. *L'Europe rhénane. Géographie d'un grand espace*. Paris, 1968.
Julliard, Étienne. *Problèmes alsaciens vus par un géographe*. Paris-Estrasburgo, 1968.
Jürgens, Arnulf. *Emmerich von Dalberg zwischen Deutschland und Frankreich. Seine politische Gestalt und Wirksamkeit 1803-1810*. Stuttgart, 1976.
Just, Leo. *Um die Westgrenze des alten Reiches*. Colônia, 1941.
Kaelble, Hartmut. *Nachbarn am Rhein. Entfremdung und Annäherung des französischen und deutschen Gesellschaft seit 1880*. Munique, 1991.
Kern, Werner. *Die Rheintheorie in der historisch-politischen Literatur Frankreichs im Ersten Weltkrieg*. Tese, Sarrebruck, 1973.
Kienast, Walter. *Deutschland und Frankreich in der Kaiserzeit (900-1280). Weltkaiser und Einzelkönige*. 3 vols., Stuttgart, 1974-1975.
Kirn, Paul. *Politische Geschichte der deutschen Grenzen*. 4ª ed., Mannheim, 1958.
Knipping, Franz. *Deutschland, Frankreich und das Ende der Locarno-Ära 1928-1931*. Munique, 1987.
Krumeich, Gerd. *Jeanne d'Arc et l'Histoire*. Paris, 1993.

Koelner, Paul. *Die Basler Rheinschiffahrt vom Mittelalter zur Neuzeit*. Basiléia, 1954.
Koltes, Manfred. *Das Rheinland zwischen Frankreich und Preussen*. Colônia-Weimar-Viena, 1992.
Koops, Tilman e Vogt, Martin (orgs.). *Das Rheinland in zwei Nachkriegszeiten. 1919-1930 und 1945-1949*. Coblença, 1995.
Korinman, Michel. *Quand l'Allemagne pensait le monde. Grandeur et décadence d'une géopolitique*. Paris, 1990.
Krumeich, Gerd. *Jeanne d'Arc et l'Histoire*. Paris, 1993.
Kuske, Bruno. *Köln, der Rhein und das Reich. Beiträge aus fünf Jahrzehnten wirtschaftgeschichliter Forschung*. Colônia-Graz, 1956.
Leenhardt, Jacques e Picht, Robert (orgs.). *Au jardin des malentendus. Le commerce franco-allemand des idées*. Arles, 1990.
Lefort, Bernard. *Le Rhin. Mémoires d'Europe*. Paris, 1992.
Le Gloannec, Anne-Marie (org.). *L'État de l'Allemagne*. Paris, 1995.
Levillain, Philippe e Riemenschneider, Rainer (orgs.). *La Guerre de 1870-71 et ses conséquences*. Bonn, 1990.
Lévy, Paul. *La langue allemande en France. Pénétration et diffusion des origines à nos jours*. 2 vols., Lyon-Paris, 1950-1952.
L'Huillier, Fernand. *L'Alsace en 1870/1871*. Paris, 1971.
Livet, Georges. *L'Intendance d'Alsace sous Louis XIV (1648-1715)*. Estrasburgo, 1956.
Livet, Georges e Oberlé, Raymond (orgs.). *Histoire de Mulhouse*. Estrasburgo, 1977.
Livet, Georges e Rapp, Francis (orgs.). *Histoire de Strasbourg des origines à nos jours*. 4 vols., Estrasburgo, 1980-1982.
Lohrmann, Dietrich e Janssen, Walter. *Villa-curtis-grangia. Économie rurale entre Loire et Rhin de l'époque gallo-romaine aux XII*ᵉ*-XIII*ᵉ *siècles*. Munique, 1983.
Mayer, Theodor (org.). *Der Vertrag von Verdun 843. Neun Aufsätze zur Begründung der europäischen Völker- und Sttatenwelt*. Leipzig, 1943.
McDougall, Walter A. *France's Rhineland Diplomacy 1914-1924*. Princeton, N.J., 1978.

Marzolff, Peter. "Die Flussgrenze". *Geographica Historica*, 7, 1994, pp. 347-375.

Metz, Friedrich. *Land und Leute. Gesammelte Beiträge zur deutschen Landes- und Volksforschung*. Stuttgart, 1961.

Minder, Robert. *Allemagnes et Allemands*, t. I: *Vue d'ensemble. La Rhénanie*. Paris, 1948.

Molitor, Hansgeorg. *Vom Untertan zum Administré. Studien zur französischen Herrschaft und zum Verhalten der Bevölkerung im Rhein-Mosel-Raum von den Revolutionskriegen bis zum Ende der Napoleonischen Zeit*. Wiesbaden, 1980.

Montfrans, Manet van. "Le Rhin, entre littérature et politique". *Yearbook of European Studies*, vol. 6, 1993, pp. 125-151.

Morizet, Jacques e Möller, Horst (orgs.). *Allemagne-France. Lieux et mémoire d'une histoire comune*. Paris, 1995. (Boa bibliografia)

Musall, Heinz. *Die Entwicklung der Kulturlandschaft der Rheinniederung zwischen Karlsruhe und Speyer vom Ende des 16. bis zum Ende des 19. Jahrhunderts*. Heidelberg, 1969.

La mystique rhénane. Colloque de Strasbourg, 16-19 mai 1961. Paris, 1963.

Nora, Pierre (org.). *Les Lieux de mémoire*. 7 vols., Paris, 1986-1993.

Nordmann, Daniel e Ozouf, Marie-Vic. *L'Espace français et les structures administratives (Atlas de la Révolution française*, t. III). Paris, 1989.

Nordmann, Daniel e Revel, Jacques. "La formation de l'espace français". In Revel, Jacques (org.). *L'Espace français*. Paris, 1989, pp. 29-169.

Nusteling, H.P.H. *De Rijnvaart in het tijdperk van stoom en steenkool 1831-1914*. Amsterdã, 1974.

Paravicini, Werner (org.). *Nord und Süd in der deutschen Geschichte des Mittelalters*. Sigmaringen, 1990.

Parisse, Michel (org.). *Lothringen. Geschichte eines Grenzlandes*. Sarrebruck, 1984.

Petri, Franz e Droege, Georg (orgs.). *Rheinische Geschichte*. 4 vols., Düsseldorf, 1976-1982.

Poidevin, Raymond. *Les Relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne de 1898 à 1914*. Paris, 1969.

Problèmes de la Rhénanie 1919-1930. Die Rheinfrage nach dem Ersten Weltkrieg. Actes du Colloque d'Otzenhausen 14-16 octobre 1974. Metz, 1975.

Raumer, Kur von. *Die Zerstörung der Pfalz von 1689 im Zusammenhang der französischen Rheinpolitik*. Neustadt an der Saale, 1982 (1ª ed.: 1930).

Rapp, Francis. *Les Origines médiévales de l'Allemagne moderne, de Charles IV à Charles Quint (1346-1519)*. 2 vols., Paris, 1989.

Rassow, Peter (org). *Histoire de l'Allemagne*. 2 vols., Paris, 1969-1970.

Réau, Louis. *L'Europe française au siècle des Lumières*. Paris, 1971 (1ª ed.: 1938).

Reichelt, Günther. *Lasst den Rhein leben! Strom im Spannungsfeld zwischen Ökologie und Ökonomie*. Berlim, 1986.

Reimer, Klaus. *Rheinlandfrage und Rheinlandbewegung* (1918-1933). Frankfurt-Berna-Las Vegas, 1979.

Rhein und Ruhr. Kunst und Kultur 800-1400. 2 vols., Colônia, 1972-1973.

Der Rheinische Städtebund von 1254/56. Coblença, 1986.

Le Rhin. Son évolution depuis la Deuxième Guerre mondiale et son avenir. Estrasburgo, 1960.

Roth, François. *Les Lorrains entre la France et l'Allemagne. Itinéraires d'annexés*. Nancy, 1981.

Rovan, Joseph. *Histoire de l'Allemagne*. Paris, 1994.

Rousseau, Charles. *Les Frontières de la France*. Paris, 1954.

Sahlins, Peter. "Natural Frontiers Revisited: France's Boundaries since the Seventeenth Century". *American Historical Review*, vol. 95, 1990, pp. 1423-1451.

Schoenbaum, David. *Zabern 1913. Consensus Politics in Imperial Germany*. Londres, 1982.

Schöttler, Peter. "Le Rhin comme enjeu historiographique dans l'entre-deux-guerres. Vers une histoire des mentalités frontalières". *Genèses*, nº 14, jan. 1994, pp. 63-82.

Schulze, Hans K. *Vom Reich der Franken zum Land der Deutschen. Merowinger und Karolinger*. Berlim, 1987.

Schütz, Rüdiger. *Preußen und die Rheinlande*. Wiesbaden, 1979.

Schwabe, Hansrudolf. *Die Entwicklung der schweizerischen Rheinschiffahrt 1904-1954*. Basiléia, 1954.

Schwarzmaier, Hansmartin. "Politische Grenzziehung und historische Bewußtseinsbildung im deutschen Südwesten". *Blätter für deutsche Landesgeschichte*, vol. 121, 1985, pp. 83-114.

Siat, Jeannine. *Histoire du rattachement de l'Alsace à la France*. Le Coteau, 1987.

Stollwerck, Dieter. *Das Problem der Rheingrenze unter besonderer Berücksichtigung Ludwigs XIV*. Tese, Munique, 1972.

Soutou, Georges. "La France et les marches de l'Est 1914-1919". *Revue historique*, vol. 260, 1978, pp. 341-388.

Srbik, Heinrich Ritter von. *Wien und Versailles 1692-1697. Zur Geschichte von Straßburg, Elsaß und Lothringen*. Munique, 1944.

Steinbach, Franz. *Collectanea. Aufsätze und Abhandlungen zur Verfassungs-, Sozial- und Wirtschhaftsgeschichte, geschichtlichen Landeskunde und Kulturraumforschung*. Bonn, 1967.

Sterzl, Anton. *Der Untergang Roms an Rhein und Mosel. Krise, Katastrophe und Kompromiß im zeitgenössischen Denken*. Colônia, 1978.

Süss, Martin. *Rheinhessen unter französischer Besatzung. Vom Waffenstillstand im November 1918 bis zum Ende der separatistenunruhen im Februar 1924*. Stuttgart, 1988.

Te Brake, William. *Medieval Frontier. Culture and Ecology in Rijnland*. College Station, Tex., 1985.

Ternes, Charles-Marie. *La Vie quotidienne en Rhénanie romaine*. Paris, 1972.

Thadden, Rudolf von. *La Prusse en question. Histoire d'un État perdu*. Arles, 1985.

Tiemann, Dieter. *Deutsch-französische jugendbeziehungen der Zwischen-kriegszeit*. Berlim, 1989.

Tümmers, Horst Johannes. *Rheinromantik. Romantik und Reisen am Rhein*. Colônia, 1968.

Tümmers, Horst Johannes. *Der Rhein. Ein europäischer Fluß und seine Geschichte*. Munique, 1994.

Ulbrich, Claudia. "Rheingrenze, Revolten und Französische Revolution". In Rödel, Volker (org.). *Die Französische Revolution und die Oberrheinlande (1789-1798)*. Sigmaringen 1991, pp. 223-244.

Vermeil, Edmond. *L'Allemagne contemporaine. Sociale, politique, culturelle. 1890-1950*. 2 vols., Paris, 1952-1953.

Villes mémoires, Villes frontières. Número temático da *Revue des sciences sociales de la France de l'Est*, n° 19, 1992.

Vogler, Bernard. "La Rhénanie". In Poussou, Jean-Pierre *et al. Études sur les villes en Europe occidentale*. T. II, Paris, 1983, pp. 389-469.

Voss, Jürgen (org.). *Deutschland und die Französische Revolution*. Munique, 1983.

Voss, Ingrid e Voss, Jürgen. "Die *Revue Rhénane* als Instrument der französischen Kulturpolitik am Rhein (1920-1930)". *Archiv für Kulturgeschichte*, vol. 64, 1984, pp. 503-551.

Wagner, Fritz. *Frankreichs klassische Rheinpolitik. Der Rheinbund von 1658*. Stuttgart, 1941.

Wahl, Alfred. *La Vie quotidienne en Alsace entre France et Allemagne, 1850/1950*. Paris, 1993.

Walther, Henri. *La Jurisprudence de la Commission centrale pour la navigation du Rhin 1832-1939*. Estrasburgo, 1948.

Walther, Karl August (org.). *Von Meer zum Bodensee. Der Hochrhein als Großschiffahrtsweg*. Olten-Fribourg-en-Brisgau, 1957.

Weber, Hermann. *Frankreich, Kurtrier, der Rhein und das Reich 1623-1635*. Bonn, 1969.

Wein, Franziska. *Deutschland Strom — Frankreich Grenze. Geschichte und Propaganda am Rhein 1919-1930*. Essen, 1992.

Weinforth, Friedhelm. *Armut im Rheinland. Dokumente zur Geschichte von Armut und Fürsorge im Rheinland vom Mittelalter bis heute*. Kleve, 1992.

Wenger, Klaus Rudolf. *Preussen in der öffentlichen Meinung Frankreichs 1815-1870*. Göttingen, 1979.

Werner, Karl-Ferdinand. *Vom Frankenreich zur Entfaltung Deutschlands und Frankreichs*. Sigmaringen, 1984.
Werner, Karl-Ferdinand. *Histoire de France*, t. I: *Les Origines (avant l'an mil)*. Paris, 1984.
Werner, Matthias. *Der Lütticher Raum in frühkarolingischer Zeit. Untersuchungen zur Geschichte einer karolingischen Stammlandschaft*. Göttingen, 1978.
Werner, Michael. "La *Germanie* de Tacite et l'originalité allemande". *Le Débat*, nº 78, 1994, pp. 42-61.
Wolfram, Herwig. *Das Reich und die Germanen. Zwischen Antike und Mittelalter*. Berlim, 1990.
Wunder, Bernd. *Frankreich, Württemberg und der Schwäbische Kreis während der Auseinandersetzungen über die Reunionen. Ein Beitrag zur Deutschlandpolitik Ludwigs XIV (1679-1697)*. Stuttgart, 1971.
Ziebura, Gilbert. *Die deutsch-französischen Beziehungen seit 1945. Mythen und Realitäten*. Pfullingen, 1970.

ATLAS HISTÓRICOS

Atlas et Géographie de l'Alsace et de la Lorraine. Paris, 1977.
Atlas historique des villes de France, Paris. 1981 e segs.
Atlas historique Meuse-Moselle, Bruxelas. 1973 e segs.
Geschichtlicher Atlas der Rheinland, Colônia. 1982 e segs.
Geschichtlicher Atlas für das Land an der Saar, Sarrebruck. 1965 e segs.
Geschichtlicher Atlas von Hessen. Frankfurt, 1960-1984.
Geschichtlicher Handatlas der deutschen Länder am Rhein, Mittel- und Niederrhein. Colônia, 1950.
Historischer Atlas der Schweiz. Aarau, 1958.
Historischer Atlas von Baden-Württemberg. Stuttgart, 1972-1988.
Niederrheinischer Städteatlas. Kleve, 1956 e segs.
Pfalzatlas. Speyer, 1963-1975.
Rheinischer Städteatlas Colônia-Bonn, 1972 e segs.

Índice

Aachen, 113, 129, 133, 137, 140, 158, 164, 165, 171, 215, 225, 226
Aar, 72, 76, 82
Adige, 74
Adriano VI, 152
Adula, 71
Agripa, 106
Agripina, 106
Ailly, Pierre d', 169
Ain, 121, 122, 125
Aisne, 121
Alais, Denis Veiras d', 194
Alberto II, 184
Alciat, André, 174
Alexandre VI, 162
Alsácia, 63, 72, 77, 82, 104, 105, 188, 189, 194, 195, 200, 201, 220, 227, 228, 229
Alzey, 217
Amerbach, Boniface, 174
Amerbach, Jean, 174
Amiens, 163, 203
Amöneburg, 136
Amsterdã, 164, 166
Andernach, 105, 161, 164
Antuérpia, 79, 171
Aosta, 105
Aquitânia, 99, 120
Arbois, 122
Arbois de Jubainville, Henry d', 89
Ardenas, 108
Arezzo, 102
Ariovisto, 99, 117, 209
Arlberg, 74
Arles, 124, 130
Arlon, 127
Arndt, Ernst Moritz, 222, 227
Arnhem, 164
Arras, 108, 121, 163
Aschaffenburgo, 169
Ascham, Roger, 159
Aube, 121
Aubin, Hermann, 229, 230
Augsburgo, 138, 142
Augst, 72, 105
Augusto, 104, 106
Áustria, 74, 196, 202
Avenches, 106
Avignon, 167, 174

Baccarat, 195
Bacharach, 164, 165, 166
Bade, 77, 82, 166, 188
Bade-Durlach, Charles-Guillaume de, 198
Bagdá, 231
Basiléia, 72, 82, 105, 107, 150, 151-153, 158, 159, 160, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 179, 183, 209, 214, 216, 227, 237
Bamberg, 198
Bari, 165
Bas-Ouémé, 81
Batavos, 72
Bavai, 79, 106, 108, 127
Baviera, 213
Bayeux, 121
Bayle, Pierre, 194

Beaune, 168
Belfort, 169
Belgas, 80
Bélgica, 192, 211, 212, 214, 236, 237
Bêne, Amaury de, 171
Berg, grão-ducado de, 188, 222
Bernardo, são, 170
Bernardino, 100
Berna, 166
Besançon, 76, 105, 163, 168
Bethencourt, Jean de, 185
Bèze, Théodore de, 174
Biel, Gabriel, 164
Bingen, 72, 105, 160, 210, 217
Birckmann, Franz, 173
Birkenfeld, 220
Birse, 151
Bismarck, Otto von, 131, 227
Blessig, J.L., 195
Bloch, Gustave, 108
Blücher, Leberecht von, 218, 222
Boaventura, são, 167
Böcklin, Arnold, 152
Boêmia, 75, 95
Boisserée, irmãos, 168, 218
Bolonha, 164
Bonaparte, Napoleão, *Ver* Napoleão I.
Bonifácio, são, 134-137, 143
Bonn, 101, 105-107, 164, 197, 201, 220, 221
Boppard, 105, 164
Born, Dietrich, 180
Bossuet, 193
Boug, 75
Borgonha, 72, 77
Bourtange, 137
Brabant, 108, 186
Brandemburgo, 196, 236
Brasil, 87
Bremen, 142, 164
Brenner, 74, 184
Breslau, 136
Bretanha, 106
Brisach, 140
Broca, Pierre Paul, 90
Broye, 72

Bruchsal, 197
Bruges, 79, 155, 160, 169, 171, 185
Brumath, 117
Brunelleschi, Filippo, 178
Bruno de Colônia, 140, 142
Bruxelas, 170
Bruyn, Barhel, 168
Bugeaud, marechal, 104

Calcar, 105, 167
Calvados, 121
Calvino, João, 172, 178
Cambrai, 106, 108, 127, 158, 163
Campânia, 87
Campine, 108
Campoformio, 214
Camus, Armand-Gaston, 218
Cannstatt, 77
Canossa, 159
Canterbury, 165
Carcopino, Jérôme, 100
Carlos Magno, imperador, 113, 117, 129, 133, 134
Carlos II, o Calvo, 113, 114
Carlos IV, imperador, 168
Carlos VIII, 178
Carlos, o Temerário, 165, 184, 186
Carlsruhe, 198
Carnot, Lazare, 213, 214
Cartago, 93
Cassel, 164, 188
Caub, 218
Catarina da Borgonha, 169
Cervino, 74
César, Júlio, 80, 85, 88, 89, 92, 93, 95, 99, 100, 104, 105, 109, 117, 118, 158, 209
Chalon-sur-Saône, 105-106, 217
Châlons, 106
Chamisso, Adalbert de, 204
Champagne, 78
Champmol, 167
Chaptal, Jean-Antoine, 218
Charente, 121
Chartres, 121
Châtenay, 115

Cher, 121
Chèvremont, 133, 140
Cícero, 92
Cláudio, imperador, 100, 106
Clermont, 121
Clóvis, 88, 118, 131
Coblença, 102, 105, 114, 137, 153, 160, 164, 165, 197, 198, 216, 217, 220, 227
Coëne, Jacques, 170
Coire, 116, 119, 138, 163, 166
Colmar, 169, 170, 178, 195
Colombano, são, 135
Colônia, 83, 101, 104, 105, 107, 108, 114, 117, 124, 127, 131, 137, 140, 142, 150, 155, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 168, 169-173, 179, 182, 186, 197, 201, 203, 210, 217, 220, 224, 225, 228
Como, lago de, 74
Comagena, 110, 111
Conrado II, 158
Constança, 72, 76, 150, 163, 166, 170
Constança, lago de, 74, 115
Constantinopla, 134, 231
Côte-d'Or, 121
Cotentin, 114
Cotte, Robert de, 195
Coutances, 121
Crefeld, 215
Custine, general, 210, 212
Cuyp, Albert, 151

Dalberg, Emmerich von, 212
Dammartin, 115
Danúbio, 77, 78, 80, 93, 115, 124, 135, 138, 231
Danzig, 136, 165
Darmstadt, 198
Delft, 164, 172
Delos, 75
Des Marez, Guillaume, 127
Deventer, 161, 164, 171
Diderot, Denis, 203
Dietrich, prefeito de Estrasburgo, 211
Dijon, 168

Dinant, 124
Dinnendahl, Franz, 226
Diodoro, 80, 85
Dionísio de Halicarnasso, 80, 85
Dionísio, o Periegeta, 75
Dixmude, 164
Dniepr, 136
Dniestr, 75
Dodona, 75
Donon, 110
Dopsch, Alfons, 132
Dordonha, 121
Dordrecht, 151, 164
Doubs, 72, 108, 121
Douvres, 100, 165
Dresde, 220
Droste-Vischering, von, 224
Druso, 105, 149
Du Bellay, Guillaume e Jean, 190
Duisburgo, 78, 161, 179
Dumouriez, general, 210
Düren, 118
Düsseldorf, 198, 225
Duurstede, 124, 156, 160

Èbre, 87
Eckhart, Johann, dito Mestre, 167, 168, 170
Eckmeyer, general, 210
Egher, Henri, 172
Eifel, 85
Einhard, 133
Elba, 75, 77, 79, 87, 114, 133, 136, 138, 139, 155, 236
Elster, 136
Elzens, 94
Emden, 164
Emmerich, 227
Emscher, 226
Ensisheim, 169, 178
Enz, 94
Erasmo, 152, 174
Erit, 83
Erthal, Friedrich von, 200
Escalda, 75, 137, 154, 155, 216, 231
Eschweiler, 215

Espanha, 101, 120
Essen, 78
Estrabão, 92
Estrasburgo, 83, 102, 105, 107, 108, 109, 113, 120, 126, 127, 134, 140, 150, 153-155, 157, 160, 164, 169-172, 178, 189, 191, 194, 195, 202, 211, 214
Estrasburgo, Ortlieb de, 171
Étienne II, 134

Farel, Guillaume, 174
Fehmarn, 75
Ferdinando I, 158
Ferrette, 169
Filipe, o Audacioso, 169, 184
Filipe, o Bom, 184, 186, 187
Finsteraarhorn, 72-73
Flandres, 63, 108, 184
Florença, 178
Floresta Negra, 63, 82
Forrer, Robert, 102
Forster, George, 213, 214
Fosse, Louis-Rémy de la, 198
Fourvière, 105
Frankfurt-am-Main, 158, 165, 166, 173, 178, 229, 231
Franco-Condado, 121
Francisco I, 190
Fredegário, 129
Frederico II da Prússia, 196-197, 202, 203, 210
Frederico III de Habsburgo, 184, 186
Freising, Otton de, 237
Friburgo, 165, 182
Froben, Johann, 173
Fugger, Jacob, 181
Fulda, 77, 136
Fürstenberg, 106

Gadifer de la Salle, 185
Gall, são, 135
Gallieni, general, 102
Gand, 79, 155, 160, 164, 171, 185
Garonne, 85, 215
Gautier, Émile, 94, 115
Gaza, 124
Geileshofen, 172
Genebra, 160, 236
Gênova, 231
Germersheim, 166
Gers, 121
Gerson, Jean, 169, 172
Gibbon, Eduard, 132
Gierke, Otto von, 157
Gisze, Georges, 180
Gobineau, 89
Godefroy de Bouillon, 133
Goethe, Johann Wolfgang, 66, 202, 225
Gonesse-en-France, 115
Gorchum, 171
Görres, Joseph, 204, 214, 217, 221, 222, 226
Goslar, 139
Gothard, 72, 100, 184, 231
Gouda, 164
Grã-Bretanha, 101, 124
Granada, 172
Greifswald, 222
Grillo, Friedrich, 226
Groenendael, 170
Groot, Gerard, 171
Grünewald, Matthias, 169, 170
Gueldre, 216, 220
Guizot, François, 67
Gutenberg, Johannes, 203, 236

Haarlem, 164, 171
Haffner, Isaac, 195
Hainaut, 78, 172
Hal, 170
Hall, 77
Halle, 77
Hallein, 77
Hallstatt, 76, 77
Hamburgo, 136, 138, 142, 217
Hansemann, David, 226
Hardt, 85
Harkort, Friedrich, 226
Haute-Marne, 121
Haute-Saône, 121
Heidelberg, 77, 164, 165, 197

Heiligenberg, 110
Heine, Heinrich, 224, 225
Helgoland, 75
Heliópolis, 110
Henrique I, o Passarinheiro, 139
Henrique IV (imperador), 159
Henrique VIII da Inglaterra, 179, 180
Hérault, 94
Herder, Johann Gottfried, 203
Hermann de Colônia, 169
Heródoto, 80
Herve, 78
Herwegh, Georg, 225
Hesbaye, 78
Hesse, 64, 159, 188
Heydt, Augusto von der, 226
Hoche, general, 214
Höfingen, 77
Hofmann, Melchior, 171
Hohenzollern, 131
Holanda, 192
Holbein, o Jovem, Hans, 152, 161, 174, 179-180
Hubert, santo, 133
Humboldt, Guilherme de, 222
Huy, 124
Huysmans, J.K., 167, 170
Hyères, ilhas de, 76

Iena, 203, 237
Ijssel, 200
Ill, 196
Inglaterra, 101, 161, 236
Inn, 74
Innsbruck, 184
Irlanda, 87
Isère, 122
Itália, 75, 101, 120, 155, 162, 192

Jeanbon Saint-André, 216, 217
Jean, duque, 188
Jemappes, 210
Jerônimo, são, 125
João XII, papa, 141
João Sem Medo, 184
Joris, David, 172
José II, 211, 212
Juliano, imperador, 77, 103, 122
Juliers, 74, 188
Jullian, Camille, 67, 71, 87-88, 93
Jupille, 133
Jura, 122
Jutland, 78, 101

Kaiserslautern, 64, 217
Kampen, 164
Kästricht, 106
Kembs, 105
Kiel, 75
Kinzig, 106, 153
Kleve, 105, 188, 200, 201, 209, 220
Kleve, Jean, duque de, 188
Klopstock, Friedrich Gottlieb, 203
Kœnigsberg, 165
Koenigsbrunn, 149
Krupp, Friedrich, 226
Kurth, Godefroy, 122

La Rochelle, 160
La Tène, 76
La Broquière, Bertrandon de, 185
Lachner, Wolfgang, 173
Ladoucette, Jean-Charles, François de, 217
Lahn, 83, 94, 137
Lameth, Charles, 217
Lamprecht, Karl, 226
Lancret, Nicolas, 197
Landau, 166, 210
Langres, 106, 163
Lannoy, Gilbert de, 185
Laon, 158
Lauter, 200, 209
Le Nôtre, 193
Leão III, papa, 134
Leclère, Léon, 112
Lefèvre d'Étaples, 165
Leide, 107, 150, 164
Leide, Jean de, 171-172
Leipzig, 136
Léman, lago, 105, 236
Leopoldo, duque da Áustria, 169

Lessing, Gotthold Ephraim, 203
Lezay-Marnesia, Adrien, 217
Liège, 133, 137, 155, 163, 166, 171
Lille, 172
Lindau, 166
Lindre, 127
Lippe, 78, 83, 94, 106, 137
Lochner, Stephan, 167-168
Loire, 215
Loiret, 121
Londres, 160, 179, 237
Longnon, Auguste, 121
Lope de Vega, Félix, 172
Lorch, 142
Lorena, 77, 127, 227, 229
Lorsch, 136
Lot, Ferdinand, 88, 121, 122
Lot-et-Garonne, 121
Lotários, os, 116, 123
Lotaríngia, 184, 186
Louisburgo, 198
Louvois, 197
Lübeck, 75, 158, 164, 182
Luís, o Jovem, 139
Luís I, o Piedoso, 113, 158
Luís II, o Germânico, 113, 134
Luís VI, o Gordo, 139
Luís XI, 178
Luís XIII, 191
Luís XIV, 194
Luís XV, 152, 196, 202
Luís XVI, 152, 202
Luís Filipe, 224
Lukmanier, 74
Lunéville, 163
Lutero, Martinho, 143, 171, 190, 203, 236
Luxemburgo, 127
Luxeuil, 135
Lyautey, marechal, 103
Lyon, 105, 106, 108, 160, 217

Maastricht, 124, 127, 153, 217
Madreis, 74
Magdeburgo, 75, 78, 136, 138, 158, 224
Main, 82, 94, 99, 106, 114, 118, 124, 138, 159
Maior, lago, 74
Maira, 74
Malines, 164
Mancha, 79
Mannheim, 197, 198
Mans, 121
Mansard, 193
Mansfeld, Ernst von, 197
Manteyer, Georges de, 74
Marburgo, 188
Marcellus, 92
Marcio, 74
Marco Aurélio, 103
Mareil, 115
Mares, Pierre des, 167
Marguerite de Navarra, 172
Marly, 197
Marne, 121
Marrocos, 104
Marsal, 102
Marselha, 124
Martigny, 105
Martin, Henri, 67
Martonne, Emmanuel de, 78
Matterhorn, 74
Matthijs, Jan, 171
Maupertuis, Pierre Louis de, 197
Mauss, Marcel, 130
Mauvillon, Jakob, 211
Mayença, 64, 72, 94, 101, 106-108, 113, 114, 120, 131, 137-141, 149, 153, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 169, 171, 172, 197, 198, 201, 210, 212, 213, 216, 217, 220, 222, 228, 237
Mayenne, 121
Mediterrâneo, mar, 64
Meersen, 113, 116, 123
Meillet, Antoine, 71, 87, 91
Mélanchthon, Philippe, 190
Memel, 75
Memling, Hans, 169
Memmingen, 166
Merseburgo, 136, 140

Maître de la deposition de la croix, 167
Maître de Saint Barthélemy, 167
Maître de Saint Séverin, 167
Mestre Wilhelm, 167, 168
Metsys, Quentin, 167
Metz, 106, 124, 126, 131, 163, 166, 189, 195, 202, 217
Michelet, Jules, 67, 149, 150
Milão, 160
Miltenberg, 118
Minden, 137, 224
Mirabeau, 211
Moers, 220
Moldau, 75
Montauban, 217
Montbéliard, 76
Montesquieu, 63
Montfort, Nicolas-Alexandre Salins de, 198
Montgelas, Max von, 211
Morvan, 90
Mosa, 75, 99, 108, 124, 125, 127-131, 133, 137, 153, 154, 155, 191, 216, 231
Mosela, 83, 99, 106, 108, 125, 131, 137
Moudon, 105
Mulhouse, 195
Munique, 168, 214
Munster, 137, 171
Murano, 180

Naab, 77
Nahe, 82
Namur, 124
Nancy, 163, 187, 195
Napoleão I, 190, 203, 212, 214, 227
Narbona, 124, 130
Neandertal, 78
Neckar, 77, 82, 94, 124
Neuss, 105, 159
Neustadt, 64
Neuwied, 197
Nidda, 77, 106
Nied, 94
Niederbronn, 195
Niedermendig, 102
Niers, 83
Nièvre, 121
Níger, 81
Nimègue, 104, 105, 107, 150, 216
Norte, 121
Nordhausen, 139
Nördlingen, 172-173
Notger, 155
Noyon, 121, 131
Nuremberg, 160, 175
Nyon, 105

Oberbergheim, 178
Obernburg, 118
Odenwald, 64, 85
Oder, 114, 136, 138, 236
Oise, 121
Oldenburgo, 220
Oppenheim, 159
Osnabrück, 137
Oto I, 140

Paderborn, 78
Países Baixos, 74, 79, 186, 192
Palatinado, 64
Paris, 169, 170, 196, 198, 217, 222
Pas-de-Calais, 100, 106, 121, 133
Passau, 142
Pechelbronn, 195
Peel, 78
Pepino, o Breve, 134
Pforzheim, 166
Picardia, 78
Piccolomini, Eneas Sylvius, 160
Pirenne, Henri, 74, 124, 153, 157, 211
Pireneus, 80, 99
Pittard, Eugène, 88
Planalto Central, 90
Planeus, 105
Plínio, o Velho, 103
Pó, 73, 74, 76
Poissy, 115
Políbio, 80, 92
Polo, Marco, 185
Pomerânia, 101
Poppelsdorf, 198

Posidônio, 92
Proudhon, Pierre-Joseph, 190
Províncias-Unidas, 200
Prússia, 196, 202, 213, 214, 217, 220, 221-223, 226, 228, 230
Pückler, Hermann von, 226
Puy-de-Dôme, 110

Quatro-Cantões, lago dos, 72
Quedlinburgo, 139
Quinet, Edgar, 224

Radewijns, Florent, 171
Ratisbonne, 142, 160
Rebmann, A.G.F., 211
Reims, 106, 131, 158, 163
Reinach, Salomon, 87
Remagen, 105
Rembrandt, 83
Rems, 94
Rennes, 121
Reuss, 72
Reval, 164
Rheinberg, 216
Rheinfelden, 166
Riga, 136, 160, 165
Rocamadour, 165
Roche, Alain de la, 172
Rochow, Rochus von, 224
Ródano, 72, 74, 76, 77, 120
Rodes, 75
Rodolphe de Suabe, 159
Roer, 94
Roma, 81, 92, 100, 102, 105, 113, 117, 129, 132, 134, 135, 141, 144, 165
Rossbach, 121
Rottenburgo, 77
Rotterdã, 64, 164
Rousseau, Félix, 108
Rousseau, Jean-Jacques, 195, 203
Rubens, Pierre Paul, 191
Rudler, François Josef, 215
Ruhr, 78, 83, 94, 137, 226, 229, 230
Ruhrort, 64
Ruysbroeck, 170
Ruysdael, Salomon, 152

Saale, 77, 136, 139
Sadolet, Jacques, 174
Saint-Goar, 129
Saint-Pierre, Bernardin de, 215
Salústio, 92
Sambre, 99
Samland, 75
Santiago de Compostela, 165
Saint-Denis, 114, 131, 134
São Brás, 198
Saône, 72, 73, 76, 80
Saône-et-Loire, 121, 125
Sarre, 217
Sarreburgo, 166
Sarrebrück, 217
Sauerland, 85
Saverne, 153, 166, 228
Saxe, 139
Saxe-Weimar, Bernardo de, 197
Schaffhouse, 72
Schiller, Frédéric, 202
Schlegel, August Wilhelm von, 217
Schlestadt, 168
Schumacher, Karl, 77, 104
Schwarz, Berthold, 203
Schwetzingen, 198
Schwœbisch-Hall, 171
Seine-et-Oise, 121
Seligenstadt, 136
Seltz, 105
Sena, 131, 155, 215
Sena-Inferior, 121
Septimer, 74
Sídon, 124
Sieg, 83, 94, 99, 106
Siena, 160
Sluter, Claus, 167
Soest, 182
Soissons, 126, 131
Soleure, 106
Solutré, 90
Somme, 79, 121, 133
Soubise, príncipe de, 196
Speyer, 105, 117, 120, 137, 155, 158, 164, 166, 172, 198, 209
Spinola, 197

Splügen, 74
Sprenger, Jacob, 182
Sprockhoff, Ernst, 78
Stassfurt, 77
Stavelot, 127
Stein, Freiherr vom, 202
Stinnes, Hugo, 226
Stuttgart, 166, 197
Suíça, 171, 192, 236, 237
Sundgau, 77
Sursee, 166
Suso, Heinrich, 170
Sybel, Heinrich von, 226

Tácito, 79, 82, 90, 92, 93, 103, 115, 118
Talleyrand, 220, 228, 237
Tarn-et-Garonne, 121
Tauber, 94
Tauler, Jean, 170
Tessin, 75
Texel, 164
Thann, 165, 168, 169, 195
Thierry, Augustin, 67, 131
Thoune, 72
Thyssen, August, 226
Tibério, 103
Tieffenthal, Hans, 168
Tiel, 156, 160
Tilly, conde de, 197
Tongres, 79, 108, 127, 133, 137
Töpke, Gustav, 165
Toul, 106, 163, 189
Tournai, 108, 164
Tours, 165
Trajano, 103, 107
Traun, 74
Trier, 101, 106, 114, 131, 137, 149, 164, 166, 172, 197, 198, 216, 220, 225
Turenne, 197
Turgot, 203
Turíngia, 131, 139

Ueberlingen, 170
Uhland, Ludwig, 203

Ulm, 170
Utrecht, 101, 116, 119, 137, 153, 154, 156, 164, 166

Van Cauwenberghe, Étienne, 164
Van Cleve, Josse, 167
Van de Velde, Willem, 151
Van der Weyden, Rogier, 168, 186
Van Eyck, Hubert, 168
Van Goyen, Jan, 144, 151
Vaud, 125
Vechten, 101
Vendôme, 165
Veneza, 75, 160, 162, 173
Venezas, 79
Venlo, 78, 216
Vercingetorix, 100, 105
Verdun, 108, 112, 113, 116, 123, 163, 189
Versalhes, 194, 197
Veuillot, Louis, 214
Vevey, 105
Via Mala, 74
Vidal de la Blache, Paul, 78, 84, 229
Viebig, Clara, 226
Viena, 105
Villiers, Charles de, 204
Virgílio, 89, 125
Vístula, 75, 79, 136
Voltaire, 93, 195, 197, 203, 212
Vosges, 63, 64, 82, 90, 108, 121, 127

Walcheren, 75
Waldshut, 77, 82
Walldurn, 118
Wallraf, cônego, 166
Wanzenau, 102
Waterloo, 218, 220, 229
Watteau, Antoine, 197
Wesel, 164, 166, 183, 217
Weser, 72, 75, 77
Wesserling, 195
Westerwald, 85
Westfália, 159, 222, 223, 230
Wetter, 77
Wetzlar, 137